

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social – DECSO
Curso de Serviço Social

Denise Bergamo da Rosa

Cultura: Um fazer ideológico
Análise crítica do fazer ideológico na cultura de periferia da cidade de São Paulo

Mariana- MG
2018

Denise Bergamo da Rosa

Cultura: Um fazer ideológico

Análise crítica do fazer ideológico na cultura de periferia da cidade de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer.

Mariana- MG
2018

Catálogo na fonte elaborada pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

R685c Rosa, Denise Bergamo da

Análise crítica do fazer ideológico na cultura de periferia da cidade de São Paulo [recurso eletrônico] / Denise Bergamo da Rosa.-Mariana, MG, 2018. 1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018

Ideologia - Aspectos sociais - Teses. 2. MEM. 3. Monografia. 4. Cultura - Aspectos sociais - Brasil - Teses. 5. Periferias - São Paulo (Estado) - Teses. 6. Arte - Aspectos sociais - São Paulo (Estado) - Teses. I.Mayer, André Luiz Monteiro. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 316.75
: 15
: 1419794

**"CULTURA: UM FAZER IDEOLÓGICO. ANÁLISE CRÍTICA DO FAZER
IDEOLÓGICO NA CULTURA NA PERIFERIA DA CIDADE DE SÃO PAULO"**

DENISE BERGAMO DA ROSA

ORIENTADOR (A): PROF. DR. ANDRÉ MAYER

**Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto - UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.**

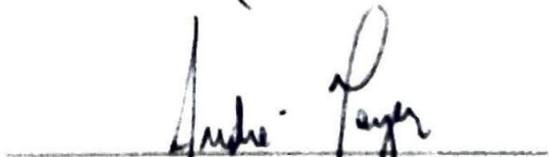
Aprovado em: 07 / 02 / 2018



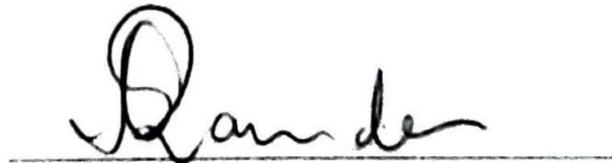
PROFA Dra. KATHIUÇA BERTOLLO



PROF. DR. ALEXANDRE A. ARBIA



PROF. DR. ANDRÉ MAYER



PROFA Dra. SILVIA RAIMUNDO LOPES

Dedico este estudo a todas e todos
que estão junto à luta na incessante
busca à emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos vão aos familiares, por acreditar e incentivar minha continuação na vida acadêmica; aos amigos que mesmo distantes estavam sempre presentes e as personalidades que fui ao passo do tempo conhecendo nesta terra mineira.

Este trabalho se concretizou longe de seu lugar de origem e a isso eu agradeço a instituição de ensino que comportou minha passagem por aqui, ao mesmo tempo agradeço outros estudantes que não puderam concluir seus estudos na mesma instituição, nestes tempos em que as relações humanas já se dão no putrefazer. A um deles em específico eu agradeço, pois sem a sua experiência neste lugar não poderia me auxiliar a permanecer em Minas e terminar meus estudos nesta Universidade.

Agradeço a estas pessoas que me auxiliaram a vir para este estado e mais que chegar, eu agradeço ao auxílio do permanecer. Incentivando-me mesmo à distância para que eu continuasse e terminasse este curso, mesmo com todos os graus de adversidades durante este tempo. A estas pessoas vão meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a cultura de periferia da cidade de São Paulo como um fazer ideológico. Para isso, esta pesquisa se apresenta em etapas que vão à contextualização territorial da cidade que, ao se expandir, segrega sócio espacialmente seus habitantes e configura a periferia da cidade de São Paulo como um território de desigualdades políticas, econômicas e sociais. Desigualdades estas, dadas pelas (ir) racionalidades e (i) lógicas de um modo de produção implantado por políticas econômicas pelo Estado burguês; o aprofundamento da abordagem territorial, apresentando o distrito periférico de Campo Limpo e os impactos que estas políticas econômicas trariam ao território, dando ênfase na expressão da questão social que mais impactou o distrito – a violência; o resgate das lutas no território desde sua expansão. Resgata-se desde a época da expansão da mancha urbana em 1960, passando pelo regime militar, onde desponta o “*Clube de Mães*”, o “*Movimento contra a Carestia*” e a “*União Popular de Mulheres de Campo Limpo e adjacências*”. Além disso, analisa-se a década de 1990 sob dupla perspectiva: a da classe dominante, na construção de uma hipótese de como os valores burgueses que se pretendiam difundir na periferia com o intuito de ter o consenso popular à implantação de uma determinada política econômica pelo Estado burguês se deu no território; e a perspectiva da classe trabalhadora, que se valeu da organização cultural para se pôr no campo da luta de ideias, utilizando a linguagem artística do rap, posteriormente da literatura. Abordam-se também as lutas que estes sujeitos realizaram para a conquista de legislação para as demandas da cultura e, posteriormente, para orçamento, a fim de efetivar estas legislações. Apontam-se as arbitrariedades durante o processo que se trava entre Estado e sujeitos no congelamento de recursos para as legislações conquistadas, e mostra-se o desdobramento da luta na cultura: as articulações para um novo projeto de Brasil.

Palavras-chave: Ideologia. Cultura. Periferia.

ABSTRACT

This work has the purpose of analyzing the outskirts culture of the city of São Paulo as an ideological doing. So, this research presents itself in stages that go to the territorial contextualization of the city that, when expanding, spatially segregates its inhabitants and configures the outskirts of the city of São Paulo as a territory of political, economic and social inequalities. These inequalities occur by the rationalities and logics of a mode of production implanted by economic policies by the bourgeois state; the deepening of the territorial approach, presenting the peripheral district of Campo Limpo and the impacts that these economic policies would bring to the territory, emphasizing the expression of the social issue that most impacted the district – the violence; the retrieval of the struggles in the territory since its expansion. Thus, this work recalls since the moment of the expansion of the metropolitan area in 1960, passing through the military regime, when flourished the “*Clube de Mães*” (Mothers Club), “*Movimento contra a Carestia*” (Movement against High Costs) and “*União Popular de Mulheres de Campo Limpo e adjacências*” (Popular Union of Women of Campo Limpo and adjacencies). In addition, the 1990s are analyzed from a dual perspective: that of the ruling class, in the construction of a hypothesis of how the bourgeois values that were intended to spread in the periphery with the intention of having the popular consensus to the implementation of a determined economic policy by the bourgeois state occurred in the territory; and the perspective of the working class, which took advantage of the cultural organization to put itself in the field of the struggle of ideas, using the artistic language of rap, later literature. It also addresses the struggles these subjects have undertaken in order to achieve legislation for demands of culture and, subsequently, for budgeting, in order to implement these laws. The arbitrariness is pointed out during the process between state and subjects in the freezing of resources for the legislations conquered, and it shows the unfolding of the struggle in the culture: the articulations for a new project of Brazil.

Keyword: Ideology. Culture. City outskirts.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Regiões, Prefeituras Regionais e Distritos do Município de São Paulo em 2017.....	22
Mapa 2 Demarcação dos distritos pertencentes a região do Centro Histórico e demarcação dos distritos pertencentes a região do Centro Expandido do Município de São Paulo em 2014.....	27
Mapa 3 Distribuição de Domicílios, segundo Faixa de Renda nos Distritos do Município de São Paulo no ano de 2000.....	29
Mapa 4 Distritos do Município de São Paulo, divididos por área, segundo Faixa de Renda, no ano de 2016.....	32
Mapa 5 Distrito administrativo de Campo Limpo da Cidade de São Paulo.....	36
Mapa 6 Média de Idade ao Morrer por Residência na cidade de São Paulo em 2017.....	48
Mapa 7 Óbitos por homicídio nos Distritos da cidade de São Paulo em 2011.....	53
Mapa 8 Centros Culturais, Casa de Cultura, Espaços Culturais, Galeria de Arte e Museus no Município de São Paulo em 2013.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Densidade demográfica por subprefeituras e distritos das regiões: Sudoeste, Centro e centro expandido em 2010.....	38
Tabela 2: Domicílios ligados ou Não á Rede de Esgoto. Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais 2010.....	44
Tabela 3: Domicílios Servidos por Rede Elétrica Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais 2010.....	45

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Prospecto Uni-diversidade de Saberes de Maio de 2017.....	86
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A desigualdade entre centro e periferia na cidade de São Paulo: Breve contextualização territorial.....	15
1.1- O distrito de Campo Limpo: Breve histórico da espoliação local.....	34
2. “Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo”: Síntese das Lutas na Região Sul da Cidade de São Paulo.....	55
2.1 - “Clube de Mães”.....	56
2.2 - O Rap.....	61
2.2.1 A operacionalização ideológica neoliberal na perifeira.....	62
2.2.2 Organização cultural: Quando sujeitos da crítica ideológica entram em cena.....	69
2.3 “ <i>É tudo nosso!</i> ”: Da literatura Periférica à disputa orçamentária.....	75
2.4 Debates e projetos para o país: A “ <i>Uni-diversidades de Saberes</i> ” e o Manifesto “ <i>Periferias por um outro Brasil</i> ”	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS.....	95

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo compreender a cultura periférica como um fazer ideológico. Ao abordar a temática “território”, a fim de compreender os fenômenos advindos respectivamente dele, realiza-se um resgate histórico de sua configuração.

Para a compreensão desta configuração territorial transita-se pelas categorias políticas, econômicas, sociais e culturais. Em análise a estas categorias abordamos, conforme nossos referenciais bibliográficos, as políticas econômicas implantadas que configurariam o território, abordagem que se dá em recorte histórico, a partir de 1930.

Os impactos destas políticas econômicas que atendem um modo de produção, que por sua vez seguem (ir) racionalidades e (i) lógicas de acumulação de capital, são analisadas em perspectiva de contraste territorial: centro e periferia.

Ainda de acordo com nossos referenciais, o modo de produção capitalista seguindo uma (ir) racionalidade e (i) lógica de acumulação, segrega politicamente, economicamente e socialmente as pessoas que habitam a cidade de São Paulo.

Optou-se como metodologia, para apresentar os contrastes entre centro e periferia, dados comparativos a outros dois distritos centrais: O distrito administrativo do centro histórico da cidade (Distrito da Sé) e o distrito administrativo do “primeiro” centro expandido, pertencente ao quadrante sudoeste da cidade (Distrito de Pinheiros).

O intuito é o de ilustrar com dados oficiais e atuais (de 2000 a 2017) os contrastes que ainda configuram essa cidade. Contrastes que são: políticos, sociais e econômicos em relação aos territórios centrais, evidenciando como até os dias atuais as periferias são negligenciadas nas agendas dos poderes políticos, por sua vez, burgueses.

Essa escolha metodológica, assim como todo o estudo da formação espacial entre centro e periferia, segue referência bibliográfica e os passos de sujeitos periféricos (D’ANDREA.2013) representados pela “*Rede popular de cultura M’boi Mirim e Campo Limpo*” que integrou o “*Movimento cultural das periferias*” na época do pleito pela Lei de fomento a cultura de periferia, sancionada em 2016. O movimento em questão também realizou estudos em perspectiva de contrastes territoriais, sociais, econômicos, políticos e culturais.

A pesquisa avança na abordagem ao distrito de Campo Limpo. Desde a expansão de sua territorialidade, em 1960, atendendo as (ir) racionalidades e (i) lógicas da acumulação de capital e os processos de superexploração e espoliação de seus

habitantes. Dados atuais em perspectiva de contraste são exibidos novamente evidenciando a perpetuação do *status quo*.

Amplia-se o debate sobre a expressão da questão social que mais afetou o espaço: a violência. Os apontamentos e indicadores referenciados na pesquisa mostram que a violência e a miséria apenas seguem a “*lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.*” (MARX.2013).

A busca e resgate da configuração territorial, as políticas econômicas implementadas no período e o modo que se inserem ao território, impostas pela classe burguesa, tendo como lógica a acumulação capitalista, nos levam a resgatar as respostas práticas dadas pela classe que sofre os impactos da imposição e domínio da classe dominante.

Faz-se a apresentação da “Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo limpo”, que em nossas considerações, é síntese das manifestações e movimentos ocorridos, primeiramente dentro do território e em segundo momento para além de sua territorialidade. Manifestações e movimentos apresentados conforme a luta de classes se acirra e se intensifica.

Apresenta-se o “*Clube das mães*”, movimento popular das mulheres da região em conjunto com a igreja católica – pregando sua “*teologia da libertação*” – movimento criado devido o acirramento da espoliação urbana (KOWARICK. 1979) que agrava a expressão da questão social: fome; que tem por desdobramento “*Movimento contra a carestia*” e levam as mulheres da região a um confronto policial em frente à catedral da Sé, centro de São Paulo, época do regime militar. E por fim a sua institucionalização com a “*União Popular de Mulheres*” que fomenta atualmente coletivos de jovens na região de Campo Limpo.

Analisa-se a década de 1990, onde há um aumento acentuado nos indicadores de homicídios na região. É época em que o Estado tentava disseminar a ideologia neoliberal. Constrói-se uma hipótese de como os valores a ser difundidos pelo Estado, através de aparelhos burgueses privados de hegemonia, são disseminados no território. Outra hipótese é construída, no que se refere à escolha da classe trabalhadora para travar embates ideológicos: a organização cultural via linguagem artística utilizando a palavra como signo ideológico (BAKHTIN. 2010), dentre as assimetrias (MÉSZÁROS. 2014) entre as classes no campo de disputa ideológico. Hipótese que resgata a insurgência de uma organização cultural (GRAMSCI *Apud* COUTINHO. 2011) que pela via artística

se colocaria na arena da disputa pela hegemonia de ideias. Análise realizada por letras das músicas, de três álbuns produzidos na época pelo grupo de Rap “*Racionais MC’s*”.

A pesquisa segue em perspectiva diacrônica, dentro da organização cultural que faz da palavra seu signo ideológico por excelência. Resgatam-se as manifestações literárias que emergiam nos finais dos anos 1990 e despontavam nacional e internacionalmente nos iniciais anos de 2000. Neste período destacam-se três: Um projeto editorial encabeçado por um escritor do Capão Redondo; Uma Cooperativa de Artistas Periféricos que realizam no distrito de M’Boi Mirim, a partir de 2003, o Sarau da Cooperifa e o Sarau do Binho que se inicia como encontro informal de amigos em um bar e torna-se um ponto de cultura reconhecido pelo Estado, promovendo seus saraus no bairro de Campo Limpo, o bar que realiza o sarau chega a ser fechado pela prefeitura por questões políticas e hoje permanece de forma itinerante.

Segue-se a pesquisa expondo que após estas manifestações literárias, as periferias ganham um olhar maior em suas produções culturais pela sociedade civil e pelo Estado. E esta cultura produzida é imbricada na luta. Assim os sujeitos travam a luta dentro do Estado para ter políticas públicas para a cultura nos territórios periféricos.

Apontam-se alguns marcos legais de importância, conquistados pelas periferias nas políticas de cultura com recorte geográfico, dentre elas a que baliza esse trabalho: “*A lei de fomento a cultura de periferia*”. E as arbitrariedades do Estado no congelamento de recursos para estas políticas.

Finaliza-se mostrando a luta das periferias pela distribuição equânime do orçamento com recorte geográfico, a fim de reparação histórica. E o que esta luta viria a desencadear: a articulação da cultura periférica com a academia e a produção de um manifesto (em processo de construção) tendo como proposta um novo projeto de país construído pelas periferias brasileiras.

1. A desigualdade entre centro e periferia na cidade de São Paulo: Breve contextualização territorial

“A acumulação capitalista sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica”
David Harvey

Nossa abordagem à cidade de São Paulo será marcada por um recorte histórico para fins desta pesquisa. Interessa-nos aqui contextualizar de forma breve este município a partir da formação espacial entre centro e periferia durante o processo de desenvolvimentismo no país, analisando a questão urbana.

A questão urbana, como particularidade da “questão social”, é a expressão da distribuição desigual das atividades humanas na organização socioespacial do processo de produção e reprodução do capital e é também forma de resistência e de luta entre as classes sociais que compõem a estrutura social no contexto das cidades. (BURNETT. 2012; SILVA.1989 *Apud* CFESS. 2016)

O desenvolvimentismo, possível na cidade pela subordinação ao capital cafeeiro (CANO. 1977), foi viabilizado pela acumulação capitalista que a produção de café resultara. A subordinação da expansão industrial à dinâmica capitalista do café possibilitou a concentração industrial no Estado de São Paulo, que já em 1919 (CANO. 1977), o estado, liderava esse tipo de crescimento.

O café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior a 1930. Isto se deveu não só ao alto nível de renda por ele gerado, mas, principalmente, por ser elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar da economia brasileira no período. (...) A subordinação da expansão industrial ao capital cafeeiro, além de se exprimir na capacidade de importar, que obviamente, se refere a importação de alimentos, matérias primas e bens de capital para a indústria, reaparece também, na questão do mercado, do suprimento da mão de obra e dos níveis salariais (...) parece-me claro que efetivamente foi o capital cafeeiro que promoveu essa primeira extensão industrial tanto de forma direta como indireta (CANO.1977, p.125)

Logo, nossa abordagem à cidade se dará a partir desta época (1930 a 1990). *“A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.”* (OLIVEIRA. 1972, p.09), apresentando de forma breve também, como a industrialização, fenômeno político econômico, via Estado (OLIVEIRA. 1972), contribuiu para que esta configuração territorial se consolidasse na cidade.

Há consenso com relação à vocação autoritária e à importância do papel do Estado como organizador do processo de acumulação industrial no Brasil. Teve

o papel relevante na negociação dos níveis de participação e formas de integração entre os capitais nacionais e internacionais, e foi o grande responsável pela abertura das sucessivas "fronteiras" ultrapassadas pelo processo de acumulação. (FIORI. 1994, p. 126)

É a partir deste período de industrialização, disseminado pela ideologia¹ do desenvolvimentismo, que a cidade tem aumento considerável de sua população e de sua expansão geográfica. Houve um aporte legislativo por parte do Estado para que a mão de obra chegasse em abundância às grandes cidades

Os governos originados após a Revolução de 1930 (chefados até 1945 por Getulio Vargas), além de porem em prática uma política mais decidida de industrialização (...) criaram uma legislação do trabalho aplicável unicamente às áreas urbanas (na verdade, apenas às cidades maiores) que proporcionou aos assalariados urbanos um padrão de vida substancialmente mais alto que o das massas rurais. Surge desta maneira um sistema de incentivos que atrai uma parcela crescente dos trabalhadores rurais às cidades. A grande massa rural, confinada na economia de subsistência, passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão de obra ou, na expressão clássica de Marx, um exército industrial de reserva. (SINGER. 1985, p.122)

De 1930 até 1970 esse considerável crescimento populacional, em São Paulo, seguindo a lógica de acumulação capitalista, instaurada pelo processo de desenvolvimentismo pelo o qual o país passava, caracteriza uma expansão geográfica que se configuraria entre centro e periferia. Em Raimundo (2017) observamos a produção da metrópole de acordo com um padrão periférico.

Essa forma de produção da metrópole definiu-se a partir do padrão periférico de crescimento urbano de São Paulo entre 1930 e 1970, especialmente nas décadas de 1940, 1950 e 1960, período de maior expansão horizontal da mancha urbana. A abertura de loteamentos e a construção de casas populares a baixo custo, feitas de forma extensiva a partir da autoconstrução, funcionou como estratégia para formar a classe operária e criar um exército de reserva para a indústria nascente. A garantia de moradia para paulistanos e migrantes baixava o custo para a reprodução do trabalhador, o que facilitava a permanência em São Paulo. A autoconstrução consubstanciou-se como estratégia barata e muito lucrativa para o capital, por dois motivos fundamentais, primeiro porque as empresas aproveitaram-se da força de trabalho das grandes massas de trabalhadores e, depois porque possibilitou que houvesse a valorização do solo com intensa circulação de capital. (RAIMUNDO.2017, p.40)

Em Singer (1985) a abordagem da “marginalidade urbana” é feita com a crítica de que *“Não é verdade que a ‘marginalidade’ urbana é um produto do desenvolvimento capitalista, pelo menos no sentido de que ela não existia antes na economia colonial. Tal proposição, apesar de ser formulada como crítica ao capitalismo é reacionária.”* (SINGER.1985, p.132).

¹ Traremos um debate sobre esta categoria e sua polissemia no campo marxista ao desenvolver de nosso trabalho.

Os marginalizados, outrora nas regiões agrícolas e de pequenos centros urbanos de pouca expressão econômica, vêm compor o exército industrial de reserva na cidade, cumprindo a função de ampliar e expandir a atividade econômica capitalista.

O capitalismo, ao destruir relações de produção no campo que lhes são anteriores e antagônicas, põe em movimento massas humanas que numa primeira fase se integram no exército industrial de reserva. Como a acumulação de capital é determinada descentralizadamente, a função do exército de reserva é ampliar a liberdade de decisão dos capitalistas, que expandem a atividade econômica nas áreas que melhor atendem a seus interesses. Mas isso significa apenas que a eliminação do desperdício de força de trabalho, anteriormente submergida no setor da subsistência, se faz de modo contraditório: é preciso mobilizar milhões de trabalhadores para que o capital possa utilizar uma parte deles, mantendo os restantes em forma de desemprego menos invisíveis. (SINGER.1985, p.132)

Reconfigurar-se-ia deste modo a disposição das classes no espaço de acordo com a adoção de uma política econômica capitalista que, para ser reproduzida, carecia ter grande volume populacional e que vieram tentar sobreviver nas periferias da cidade, atendendo assim as necessidades do capital.

(...) a população em geral, e especialmente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em "exército de reserva". Essa conversão de enormes contingentes populacionais em "exército de reserva", adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar (...). (OLIVEIRA. 1972, p.12).

É importante aqui também contextualizar a “contribuição” internacional, no que concerne à instrumentalização teórica (PEREIRA. 2011) para difundir a ideia de industrialização, adotada no país e por sua vez aplicada à cidade de São Paulo. Fenômeno que caracteriza a subordinação e a relação de dependência ao capital internacional

Essa nova instrumentalização teórica tornou-se (...) possível com a criação da Comissão para a América Latina e Caribe (Cepal), em 1948, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas um ano antes. A Cepal originou-se num contexto de insatisfação dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais fruto da falta de dólares para importar, causada pelos anos de crise das exportações. Sediada em Santiago, no Chile, ao invés de ser apenas mais uma agência internacional inexpressiva como muitas já criadas, a Cepal se constituiria na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítico do liberalismo, que influenciaria toda uma geração de economistas. (PEREIRA.2011, p.121)

Pereira (2011) sintetiza as “*principais teses da Cepal para explicar as razões do atraso das economias latino-americanas em relação aos países desenvolvidos (...)*”. Entre as teses estaria a de: “centro *versus* perifera”, dos países capitalistas, aqui centro é entendido como a “relevância” econômica que os países possuem. Tese que se reflete

na configuração geográfica e social da cidade, como pretendemos apontar ao longo de nosso trabalho.

A divisão internacional do trabalho produzia efeitos diferenciados entre países ricos (centro) e pobres (periferia). O progresso técnico se expandia de maneira desigual: no centro, foi mais rápido e elevou a produtividade de todos os setores econômicos; na periferia – relegada à função de produzir alimentos e matérias-primas para o centro – a difusão do progresso técnico era restrita ao setor exportador, não se propagando pelo resto do sistema produtivo. (PEREIRA.2011, p.123)

No país periférico do capitalismo, a emergente burguesia industrial da cidade de São Paulo planeja e executa um crescimento urbano avançado “(...) os desenvolvimentistas, liderados pelo empresário paulista Roberto Simonsen², (...) representava os interesses da indústria, sobretudo da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) (...) Eugênio Gudín respeitado professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), expressava o pensamento do comércio (...)” (PEREIRA. 2011, p.122) para se consolidar ali, um centro econômico no país, já que a cidade ainda não estava preparada para a industrialização.

Nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalística razoavelmente pobre (...) com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras, incluindo-se nelas São Paulo, não passavam de acanhados burgos, sem nenhuma preparação para uma industrialização rápida e intensa. (OLIVEIRA. 1972, p.28).

Assim, para atender de forma rápida as exigências do capital e se modernizar, a burguesia da cidade se planejava para o “desenvolvimento” pela via da industrialização. E o crescimento industrial foi mais uma das causas da expansão geográfica e populacional da cidade. “É claro que a mobilização do exército industrial de reserva, constituído pelas massas rurais submergidas numa economia pré-capitalista, não se deu exclusivamente mediante a urbanização, porém esta foi sua forma predominante.”. (SINGER. 1985, p.122)

Em Raimundo (2017), ao contextualizar a aproximação de sua pesquisa com o tema “Movimento Cultural das Periferias” vai a Cavalcanti³ (2008) e Santos (1994) para interpretar esta disposição espacial como “*racionalidade capitalista*”

² É importante pontuar que Gudín é carioca e que travou um debate econômico com Simonsen. Recomenda-se a leitura da biografia de Roberto Simonsen disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/roberto_simonsen e a leitura da biografia de Eugênio Gudín, disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eugenio_gudin

³ A obra de Cavalcanti utilizada por RAIMUNDO é: Geografia da Cidade: A produção do espaço urbano de 2008 e de Milton Santos: Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico científico informacional de 1994.

A produção do espaço urbano é feita a partir da racionalidade capitalista. Essa racionalidade que define lugares na cidade segundo o processo de produção. Assim que se pode analisar a produção das periferias, das favelas, dos bairros operários, de bairros de autosegregação da burguesia, de centros deteriorados (...). A segregação é um processo fundamental da estruturação do espaço intraurbano. Seu estudo é importante para a análise da cidade na sua relação com a cultura, com o exercício da cidadania, com a vida cotidiana (CAVALCANTI. 2008). A racionalidade capitalista de expandir-se cria espaços diferentes, fragmentando-os. Alguns mais distantes geograficamente do centro não só receberam historicamente menor investimento em equipamentos públicos de uso coletivo, como também menor influência do capital, condições nas quais talvez morem as explicações para entendermos a criação das contra racionalidades vista por Milton Santos, para quem “*a força dos fracos é seu tempo lento*” surgidas de espaços opacos, onde está a classe trabalhadora, os populares e seus saberes⁴. (RAIMUNDO. 2017, p.27)

O processo de expansão territorial da cidade se dá em meio a uma segregação entre centro e periferia, principalmente. Que a nosso ver, se dá dentro de uma, (ir) racionalidade capitalista, caótica (KOWARICK. 1979) que por sua vez gera a questão urbana.

A distribuição espacial da população no quadro deste crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. O agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população de São Paulo não atinge a cidade em geral. Sobretudo a partir das últimas três ou quatro décadas, surgem e se expandem os bairros periféricos que, conjuntamente com os tradicionais cortiços e favelas, alojam a população trabalhadora. E nestas áreas que se concentra a pobreza da cidade e de seus habitantes. (KOWARICK. 1979, p.30)

Esses espaços se configuram seguindo: nas periferias, a composição de um exército industrial de reserva, perpetuando a marginalidade, observado por Singer (1985), agora nas grandes áreas urbanas; E no centro, espaço geográfico de maior atenção por parte do poder público, uma vez que o poder público é constituído historicamente pela burguesia local, consolidando neste espaço a concentração e centralização de parte das riquezas produzidas no processo de industrialização.

E é nesse centro que se encontra a burguesia da cidade, que se perpetua nos espaços de poder, legislando em causa própria, moldando o território conforme seus interesses e cuidando da manutenção da ordem social, assim ela é

(...) uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. Saía desses limites, mais como meio – não como fim – para demonstrar sua

⁴ Nossa citação possui nota de rodapé a respeito da obra de Santos (1994) que Raimundo (2017) utiliza para fundamentar sua assertiva que citamos a seguir “*Sobre conceitos de lugares “opacos” e “luminosos” ver: Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico- científico-informacional de Milton Santos, 1994.*” Porém, o conceito de lugares opacos e luminosos se encontra em outra obra de Santos e Silveira (2006) que abordaremos no segundo subtópico de nossa pesquisa.

civilidade. Nunca para empolgar os destinos da nação como um todo, para revolucioná-lo de alto a baixo. A esse ponto morto, que se objetivava a partir de dentro, contrapunha-se outro ponto morto, que vinha de fora para dentro. A transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 1930 faz parte da evolução interna do capitalismo competitivo. O eixo dessa revolução, como se sabe, estava no esquema da exportação e importação, montada sob a égide da economia neocolonial. A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara; mas ela morria dentro das fronteiras das difusões de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite. Ir além representaria um risco: o de acordar o homem ativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação externa. O impulso modernizador, que vinha de fora e era inegavelmente considerável, anulava-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário, capaz de converter a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto. A convergência de interesses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posta em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase que neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes.) (FERNANDES. 2006, p.243)

Esta burguesia se incumbiu à missão de “consolidar” a industrialização da cidade, que, ao modernizar, o fez de forma moderada somente e apenas no campo econômico, retendo qualquer potencial revolucionário (FERNANDES. 2006), limitando o processo as vias econômicas para meios de se aparentar a civilidade.

Encontrando na convergência de interesses com o exterior (países centrais do capitalismo) também sua dependência⁵ (MARINI. 1973); sua disposição em um espaço geográfico (centro) e dominação como classe social (burguesia) que se perpetuava durante o processo.

Processo dado às custas da população que ia chegando à cidade em busca de melhores condições de vida, superexplorada pelos capitalistas emergentes da cidade, classe subordinada ao capital internacional.

Este eixo sócio histórico configura geograficamente a cidade de São Paulo em cinco grandes regiões (centro, leste, oeste, norte e sul) e, na década de 1990, dividida em noventa e seis distritos administrativos⁶, pela gestão pública municipal, uma vez

⁵ A respeito do debate que se faz a obra de Marini e os estudos sobre a Teoria Marxista da dependência (TMD) recomendamos o canal do Núcleo de Estudos sobre o Capitalismo Dependente (NECAD) pela plataforma de vídeos “Youtube” https://www.youtube.com/channel/UCSCKpe9O9GfRGNPF_iuOtsg. Sobre a vida de Ruy Mauro Marini e sua obra “Dialética da dependência” recomendamos o documentário: https://www.youtube.com/watch?v=ww4_HoY-UYA.

⁶ PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Boletim PRO-AIM nº15/ 1º trimestre de 1994**. In: Secretaria Municipal da Saúde. Disponível em:

que, o Estado brasileiro assim como a administração municipal não se preparou para os impactos que teriam essa expansão. Configurando o crescimento numa lógica de desordem (KOWARICK. 1979) geográfica e social.

E a “marginalidade” (SINGER. 1985) já existente ia ocupando espaços novos na cidade, resultado de um processo de acumulação capitalista que constituiu e consolidou a cidade a partir de seu centro.

O município de São Paulo apresenta uma nova divisão espacial desde a lei ordinária 11.220/92 que criou 96 distritos administrativos. Esta divisão teve a intenção de compatibilizar, numa base territorial única, as ações e a produção de informações pelos diversos setores da administração pública em todos os níveis. A nova divisão apresentou uma maior descentralização, especialmente nas periferias, construindo áreas mais compatíveis com a abordagem dos seus múltiplos problemas sociais. (PREFEITURA DE SÃO PAULO.1994)⁷

Apresentamos logo a baixo o mapa que ilustra a atual configuração da cidade com suas cinco regiões; suas trinta e duas prefeituras regionais ou subprefeituras responsáveis pelos distritos de sua abrangência e os seus noventa e seis distritos que, importante ressaltar, são o conjunto de vários bairros dentro de um parâmetro estabelecido pelo município, conforme legislação supracitada.

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/publicacoes/index.php?p=8377>> Acesso em: 17/08/2017.

⁷ Lei Ordinária Municipal 11.220/92. A relação dos 96 distritos administrativos está Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1992/1122/11220/lei-ordinaria-n-11220-1992-institui-a-divisao-geografica-da-area-do-municipio-em-distritos-revoga-a-lei-n-10932-de-15-de-janeiro-de-1991-e-da-outras-providencias>> Acesso em 20/08/2017.

Mapa 1: Regiões, Prefeituras Regionais e Distritos do Município de São Paulo em 2017



Assim a industrialização se apresenta como processo de crescimento econômico que centraliza e concentra ao centro da cidade parte das riquezas da acumulação de capital. A continuidade deste processo na cidade foi dada na ampliação e renovação do mercado, com a inserção de mais e novos capitais internacionais, entendido como modernização (TOURINHO. 2007) da economia de São Paulo.

Na medida em que as empresas se concentram espacialmente, o mercado para cada uma delas se amplia, possibilitando assim maior concentração empresarial do capital e na medida em que esta se dá as vantagens da concentração espacial se acentuam.

(...) Essa formidável concentração de atividades industriais condicionou, por sua vez, uma extraordinária expansão de atividades terciárias na região: atividade comercial, além de ampliar, especializou-se, o mesmo acontecendo com a atividade financeira; a rede de ensino formal cresceu bastante, surgindo ao seu lado uma grande quantidade de cursos profissionalizantes; os serviços pessoais também se ampliaram, multiplicando-se os estabelecimentos de luxo: hotéis, salões de beleza, clubes de campo, saunas, escola de judô, de yoga etc. Isso sem falar da ampla gama de serviços semi domésticos em prédios e áreas residenciais suburbanas. (SINGER. 1985, p.124)

Esta nova dinâmica se iniciou a sudoeste do centro histórico da cidade, o que seria chamado “centro expandido”.

O chamado Centro expandido é a área equipada, consolidada entre meados da década de 60 e os anos 80, resultante do período chamado “milagre brasileiro”, e caracterizada pela concentração do consumo que determina o crescimento e consolidação da cidade burguesa.

Dentro do chamado Centro expandido, a Avenida Paulista consolidou-se como representação simbólica do poder modernizador de um tipo de organização que o capitalismo internacional introduziu ao projetar as suas empresas dentro da sociedade brasileira.

A Avenida Paulista é, por excelência, o centro direcional erguido nos anos 70 por uma classe dirigente que almejava construir e conduzir uma potente economia nacional, ainda que com padrões estrangeiros, para transformar a anacrônica sociedade industrial de operários em uma moderna sociedade capitalista de funcionários. (TOURINHO. 2007, p.24)

De acordo com Nakano (2004), o quadrante sudoeste da cidade (centro expandido), foi o território que o capital internacional junto à burguesia paulistana assentou-se para consolidar o novo centro econômico. “(...) o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado entre as nações e, no seu interior, entre classes e grupos sociais no âmago das relações dialéticas entre imperialismo e dependência” (IAMAMOTO. 2008, p.118), que viria, como vimos em Tourinho (2007), tornar anacrônica a industrialização, diversificando o mercado com a inserção e intensificação do setor terciário.

E como residentes da territorialidade central, se fixa a burguesia paulistana, de forma dependente ao capital internacional, usufruindo todos os benefícios de uma estrutura consolidada.

Estes são fatores que apresentam o fenômeno do “centro expandido” para além de sua expansão territorial.

A expressão “centro expandido” é insuficiente para designar esse fenômeno, pois não se trata de uma simples expansão do centro abarcando algumas áreas do quadrante sudoeste. Trata-se de um processo de mudança na própria configuração espacial das atividades centrais, principalmente naquelas de cunho administrativo empresarial, de cultura e lazer e nas formas de territorialização. Estas novas formas edificadas ocorrem seja a partir da substituição do patrimônio edificado pré-existente – a exemplo da Avenida Paulista, cujos prédios de escritórios e apartamentos levantados nas décadas de 1970 e 1980 substituíram os palacetes dos tempos do café –, seja a partir do aproveitamento de áreas não ocupadas – a exemplo das operações imobiliárias conduzidas pela empresa Bratke-Collet na avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini nas duas últimas décadas. (NAKANO. et al. 2004, p.126)

A tese Cepalina “centro *versus* periferia”, se mostra agora em uma perspectiva local, pois, são os territórios da cidade de São Paulo, onde se concentram o capital, os designados como localidades centrais.

Tornar central é ter relevância econômica na cidade. Relevância que se deu em um processo de superexploração da força de trabalho (MARINI. 1973) e espoliação urbana (KOWARICK. 1979) que concentrou estabelecimentos industriais, logo, a oferta de emprego no território, precarizando ainda mais a vida dos moradores da periferia, devida a sua necessária locomoção entre os territórios⁸ por conta mesmo desta centralização dos postos de empregos; na centralização da região comercial que acarreta na concentração de consumo, possível pelo processo de nova modernização econômica emergindo o setor terciário da cidade (comércio e serviços), que por sua vez, dificulta o acesso (econômico e territorial) ao consumo da região periférica; a estrutura de espaços de cultura e lazer, privando territorialmente o acesso à cultura e ao lazer as regiões periféricas e, anterior a esta dinâmica de concentração, a consolidação de toda a estrutura urbana necessária (transporte, saneamento, hospitais, pavimentação, iluminação e etc.) para o processo de centralização da área geográfica que viria a ser designada como centro expandido. Como aponta Nakano (2004)

O quadrante sudoeste é reconhecidamente o lugar onde se concentram as principais oportunidades e benefícios da vida urbana de São Paulo. Nele se encontra a maior parte dos empregos, as áreas de moradia dos grupos com

⁸ A questão da mobilidade urbana é ainda pauta do debate ao direito à cidade. Algumas temáticas podem ser observadas nesta Organização da Sociedade Civil “Rede Nossa São Paulo” <http://www.nossasaopaulo.org.br/tags/mobilidade-urbana>

maiores rendimentos, os melhores espaços públicos, museus, teatros, hospitais, a maior parte dos equipamentos de consumo e de prestação de serviços privados. A estruturação desta centralidade se valeu de investimentos públicos e privados de grande monta, voltados para a construção de edifícios residenciais e não residenciais, da ampliação da malha viária, da oferta de diversos serviços urbanos de uso coletivo, da implantação das infraestruturas de iluminação pública energia elétrica, transporte de massa e saneamento básico, além da criação e do paisagismo de áreas verdes. A constituição dos polos administrativos, de consumo e de serviços nas avenidas Paulista, Engenheiro Luís Carlos Berrini, Brigadeiro Faria Lima e em alguns trechos da via marginal ao Rio Pinheiros (Avenida das Nações Unidas) revela a reconfiguração econômico-territorial das atividades que apresentam grande dinamismo e capacidade de polarização. (NAKANO. et al. 2004, p.126)

Sendo estes fatores os determinantes para ter ali a mais alta valorização imobiliária, que por sua vez, pré-determina, ou perpetua, a classe que possuirá condições de habitar a região, tendo em vista que a hegemônica classe agrário-exportadora do café por ali já havia fixado residência na época anterior a 1930. Em contrapartida a essa expansão do centro em um fenômeno geográfico, temos por outro lado a superexploração da força de trabalho e a espoliação que desencadeiam essa expansão.

A análise do processo de inserção da América Latina nos moldes capitalista em Marini (1973) traz esta categoria para nossa reflexão: a superexploração da força de trabalho. Identificando três mecanismos para “*exacerbar esse afã por lucro e aguçar, portanto os métodos de extração de trabalho excedente*” (MARINI. 1973, p.12) da burguesia que se consolidava na cidade. Sendo eles

(...) intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador (...).” (MARINI. 1973, p.12)

Assim, a construção histórica deste território que viria a ser chamado de centro expandido foi consolidada pela superexploração da força de trabalho e na espoliação urbana

A lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apoia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão de obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e as espinhosas condições urbanas de existência tornam-se possíveis na medida em que a maior parte da mão de obra pode ser prontamente substituída. (KOWARICK. 1979, p.42)

E a cidade já com o status de centro econômico e financeiro do país, expandia a sua burguesia o que viria a se configurar como uma nova expansão do território central, agora, abarcando as regiões: sudeste, noroeste e leste da cidade

Deste centro expandido, fazem parte as atuais centralidades dominantes, ou “novos centros”, que se configuram como espaços centrais de maior peso econômico, de comércio e de serviços dirigidos às camadas de mais alta renda ao terciário avançado, e que concentram as inversões imobiliárias e comerciais de maior vulto da cidade. Estes espaços centrais ocupam o quadrante sudoeste do centro expandido, da região da Avenida Paulista/Jardins à calha do rio Pinheiros, compreendendo desde o parque Villa-Lobos até a ponte João Dias, passando pela antiga e pela nova Avenida Faria Lima, os bairros Pinheiros, Itaim, Vila Olímpia, Morumbi e região da Avenida Luís Carlos Berrini. A migração da centralidade dominante deriva do modo de urbanização paulistana, exacerbada ao longo da segunda metade do século XX. Processos legais e extraleais de ocupação espacial imprimiram em São Paulo uma ordem territorial marcada pela dicotomia entre as áreas residenciais de alto padrão, concentradas no quadrante sudoeste, e os bairros populares que se espalharam em todas as direções da periferia. (NAKANO. et al. 2004, p.125)

Para ilustrar este fenômeno sócio espacial, disponibilizamos abaixo o mapa que abrange a área central da cidade de São Paulo, que aponta uma “expansão” do centro expandido.

Ocorrida a primeira expansão do centro no quadrante sudoeste da cidade (Distrito de Pinheiros), hoje ultrapassa essa territorialidade. No que podemos inferir que o que determina o território como centro é sua capacidade de implementação de mecanismos de acumulação de capital e a superexploração da força de trabalho do sujeito periférico⁹ (D’ANDREA. 2013) e sua espoliação.

⁹ É um dos objetivos desta pesquisa traçar a luta destes sujeitos no recorte de espaço tempo que delimitamos para fins desta pesquisa. Em síntese se compreende o conceito de sujeito periférico em três elementos: “o reconhecer-se como periférico; o orgulho dessa condição e a ação política a partir dessa condição” (D’ANDREA. 2013, p. 177)

O mapa 2 aponta que o fenômeno que veio a se chamar “centro expandido” tem uma continuidade desde a primeira expansão do centro pelo quadrante sudoeste (distrito de Pinheiros). Ainda em Nakano (2004) podemos observar a dificuldade de configurar o que é centro na cidade de São Paulo

Não é simples definir o que constitui hoje a área central paulistana. Em princípio, podemos distinguir três escalas territoriais com função central no conjunto da metrópole: o núcleo histórico (“centro histórico”), formado pelos distritos Sé e República, com aproximadamente 4,4 km² (440 ha); o anel central, que inclui estes dois e mais oito distritos vinculados ao centro histórico, os chamados dez distritos centrais (Sé, República, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Bela Vista e Consolação, somando aproximadamente 32,6 km²), dos quais oito integram hoje a subprefeitura da Sé (Pari e Brás, antes incluído na Administração Regional da Sé, hoje pertence à subprefeitura da Mooca); e o centro expandido, imensa área abrigando atividades terciárias de caráter central, que hoje alcança praticamente toda a área contida no minianel viário, das marginais ao rio Tietê à calha do rio Pinheiros até Santo Amaro, e também ao longo dos principais eixos radiais que ultrapassam esse anel. (NAKANO. et al. 2004, p.124)

Assim a ocupação geográfica do espaço se dá: na região central (centro histórico e centro expandido), habitada pela burguesia onde se encontram os polos de emprego e serviço; e nas periferias, local dormitório dos trabalhadores, imigrantes, migrantes e população rural do interior do estado, que buscam a cidade de São Paulo como alternativa de melhores condições de vida, pela oferta de emprego.

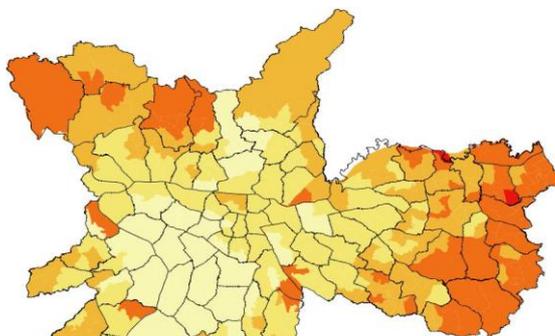
É imperioso traçar as grandes linhas desta situação. No processo desordenado de expansão urbana, o setor imobiliário levava adiante a ocupação espacial, guardando imensas áreas mais próximas aos núcleos centrais à espera de valorização, enquanto zonas mais longínqua, sem qualquer infraestrutura, eram abertas para a aquisição das classes pobres. A ocupação de novas áreas, longe de seguir critérios programados, baseou-se na retenção especulativa de terrenos, fenômeno ainda frequente na Capital - onde são abundantes os lotes ociosos, principalmente nas áreas periféricas Leste ; Norte; Sudeste e também, atualmente, cada vez mais generalizado na Grande São Paulo. (KOWARICK. 1979, p.33)

A composição da distribuição dos domicílios por faixa de renda no município é um indicativo do processo de concentração de renda que se estabeleceu na região central do município. Habitada pela burguesia, quase que de forma majoritária e que em um processo histórico possui, assim como o centro expandido, melhores condições de infraestrutura, o centro e centro expandido são símbolos da centralização e concentração de capital. Como traçamos de forma breve a composição sócio-histórica do território em sua desigualdade.

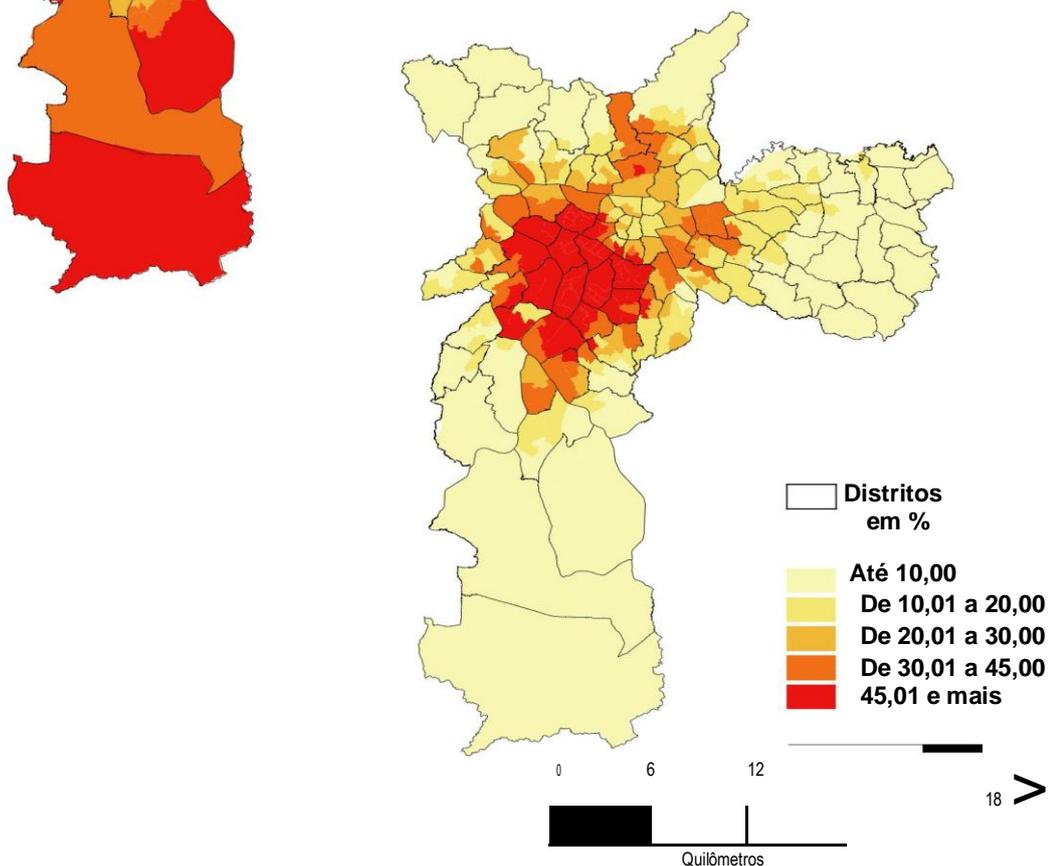
Observamos o mapa abaixo que é expressivo em relação ao panorama que traçamos até o momento:

Mapa 3: Distribuição de Domicílios, segundo Faixa de Renda nos Distritos do Município de São Paulo no ano de 2000

1) Domicílios com renda domiciliar de até 3 salários mínimos



2) Domicílios com renda domiciliar de 20 ou mais salários mínimos



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Projeto Estatística da Amostra.

Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Depto de Estatística e Produção de Informação – Dipro.

Nota: As porcentagens indicam a relação entre domicílios de determinada faixa de renda e o número de domicílios permanentes, ambas variáveis referentes a cada uma das 465 Áreas de Ponderação do Censo IBGE/2000 definidas para o Município de São Paulo.

O contraste de cores entre o mapa 1 e o mapa 2 é simbólico. A maior faixa de renda está toda concentrada no centro da cidade enquanto as periferias são alvo das expressões múltiplas da questão social, pela desigualdade desta distribuição de renda.

A área vermelha do mapa 2 mostra que 45% ou mais dos distritos encontrados no centro e centro expandido tem renda domiciliar de 20 salários mínimos ou mais, enquanto que, até 10% dos distritos periféricos alcançam essa marca. E o processo inverso acompanha a disposição geográfica: 45% ou mais dos distritos periféricos ganham até 03 salários mínimos e de até 10% na região que abrange os distritos centrais.

Esta (ir) racionalidade de acumulação, no processo de centralização e concentração de capitais resulta na: *objetivação* do trabalho, de sua apropriação como *estranhamento* e da alienação, categorias analisada em Marx (2010).

Aqui resgatamos a passagem de Marx sobre o resultado do processo de acumulação de capital pela via da exploração da força de trabalho e que serão, no desenvolver de nossa pesquisa, abordadas pela violência que resultou no território a luz de outros teóricos ao tratarmos do fenômeno ideológico.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Esse fato nada exprime, senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a *objetivação* do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*.

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob domínio do seu produto, do capital. (MARX. 2010, p.80)

A produção de riqueza que gera miséria ao trabalhador desencadeia no que Marx observou como “*desvalorização do mundo dos homens*”. O homem enquanto uma barata mercadoria é usado para atender as demandas do capital e no processo de trabalho, sendo mercadoria (barata), é acometido a objetivação do trabalho “*O produto*

do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. (...) a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação.” (MARX. 2010, p.80). A valorização do mundo das coisas em detrimento a desvalorização do mundo dos homens se reflete no processo de composição territorial.

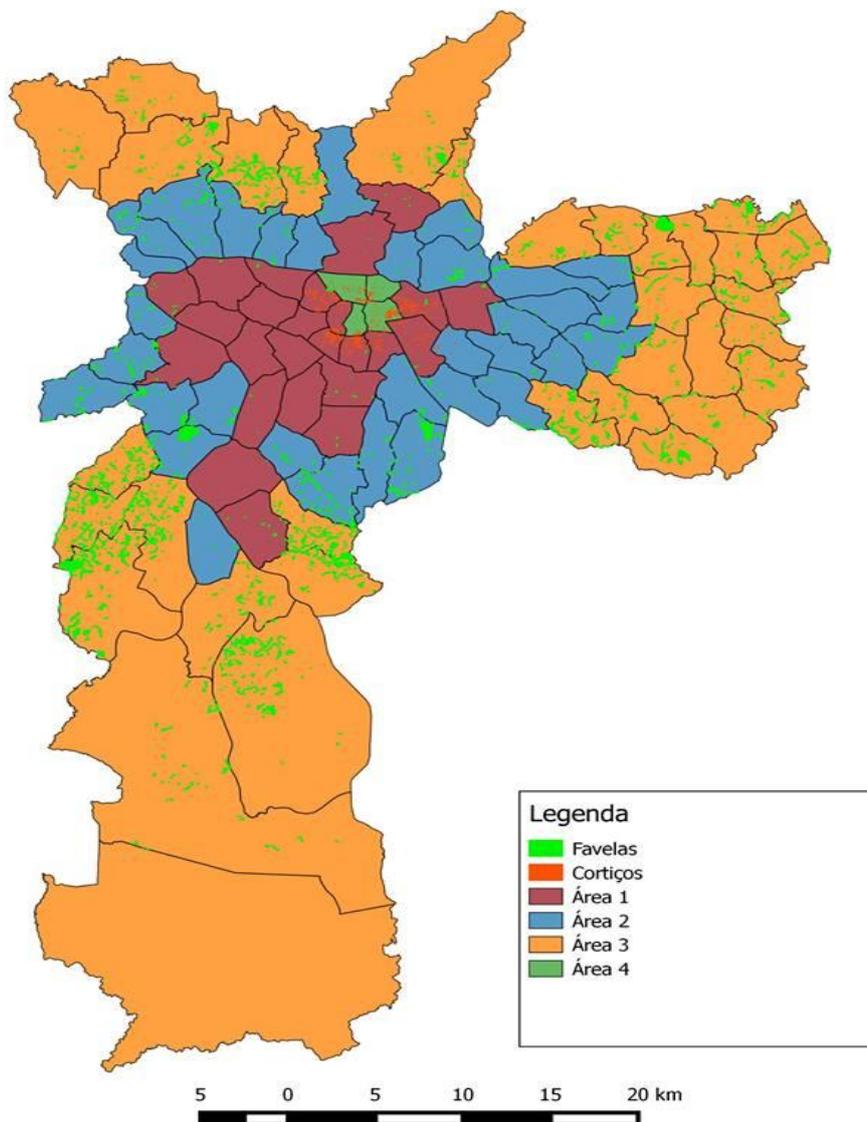
Neste sentido a exposição de indicadores, em nossas considerações, são instrumentos que possibilitam apontar este reflexo. Em nossa pesquisa a página da rede social: “Rede Popular de Cultura MBoi e Campo Limpo”, encontramos um mapa que separa em 4 áreas os distritos do município conforme sua faixa de renda. O mapa aprofunda maior a questão da distribuição desigual de renda conforme os distritos da cidade e foi uma pesquisa que se deu em um contexto de mobilização de sujeitos periféricos (D’ANDREA. 2013) em um período de composição de lei de iniciativa popular.

Publicado por um dos membros do “*Movimento Cultural das Periferias*” (Aluizio Marino), o mapa, teve como propósito auxiliar na elaboração do projeto de lei nº 16.496/2016 (Lei de fomento a Cultura de Periferias), no que concerne a equidade de distribuição de receita, previsto nesta lei – na época em processo de relatoria – para o prêmio em dinheiro aos coletivos de culturas periféricas.

As áreas apontadas no mapa são resultado do estudo elaborado pelos próprios sujeitos do movimento no intuito de orientar a distribuição equânime deste prêmio, que prevê a lei, frisando, de autoria popular.

Assim o mapa abaixo, aponta de forma mais detalhada os distritos conforme sua faixa de renda, com novos elementos: cortiços e as favelas.

Mapa 4¹⁰: Distritos do Município de São Paulo, divididos por área, segundo Faixa de Renda, no ano de 2016



Área 1 - Define-se pelos Distritos que concentram até 10% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita

Área 2 - Define-se pelos Distritos que concentram entre 10,01 e 20% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita

Área 3 - Define-se pelos Distritos que concentram mais de 20% de seus domicílios com renda de até meio salário mínimo per capita

Área 4 - Define-se pelos Distritos com as características das Áreas 2 e 3 mas que se encontram dentro do Centro Expandido

Fontes: PL 624/2015 - Lei de Fomento as Periferias
Dados abertos da cidade de São Paulo

¹⁰ A legenda elaborada para o mapa foi extraída de: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1085839718143356&set=a.407670335960301.94083.100001520156059&type=3&theater>> Acesso em 23/08/2017

É importante ressaltar aqui que o “*Movimento Cultural das Periferias*” utilizou estes mapas para embasar suas justificativas em um processo de composição de lei de iniciativa popular supracitada: A Lei municipal 16.496/2016¹¹.

Esta breve contextualização da cidade de São Paulo, no que se refere a desigualdade entre centro e periferia que se compôs no território, seguindo uma lógica de segregação social e geográfica terá continuidade ao olhar para a região periférica que fica a sudoeste da cidade. Será esta região periférica (Campo Limpo), a localidade onde se encontra a “*Rede Popular de Cultura de M’boi¹² e Campo Limpo*”, rede a qual nos debruçamos para realizar nossa análise a respeito da cultura como um fazer ideológico.

Apresentaremos sucintamente no próximo subtópico o distrito de Campo Limpo, periferia paulistana da região sul, fazendo o resgate histórico de sua configuração territorial que se deu como a consequência de um modelo de acumulação que se optou seguir (KOWARICK. 1979). Este resgate histórico começará em 1960, época da grande expansão da mancha urbana (RAIMUNDO. 2017) passando pela década de 1990 e chegando aos atuais dias. A apresentação terá a exposição de indicadores sobre a condição de vida da população de Campo Limpo que datam de 2000 até os anos de 2017. O objetivo será o de resgatar o histórico da espoliação (KOWARICK. 1979) local, debruçando-nos na expressão da questão social que mais afetou e afeta a região: a violência.

¹¹ Tem por objetivo central proporcionar apoio financeiro a projetos e ações culturais propostos por coletivos artísticos e culturais em distritos e bolsões com altos índices de vulnerabilidade social, especialmente nas áreas periféricas do Município. Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/2108/> Acessado em: 12/07/2017.

¹² O Distrito de M’boi Mirim está ao lado de Campo Limpo e por uma trajetória histórica de lutas e dificuldades estão juntos enquanto movimento social de cultura como veremos mais adiante.

1.1 O distrito de Campo Limpo: Breve histórico da espoliação local

“Eu recebi seu ticket, quer dizer, kit, de esgoto a céu aberto e parede madeirite.”

Negro Drama
Racionais Mc's

O distrito administrativo, (também designado como: prefeitura regional ou subprefeitura) de Campo Limpo, localizado na região sudoeste da cidade, área periférica, abrange três subdistritos: Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, que por sua vez, como mencionado neste trabalho, são o conjunto de inúmeros bairros.

A formação do bairro que dá nome ao distrito administrativo tem formação semelhante aos demais subdistritos que incorporam o distrito administrativo.

O Campo Limpo era inicialmente formado por chácaras e áreas verdes, que foram sendo loteadas ao longo da Estrada do Campo Limpo, a principal via do bairro. Os primeiros moradores, em sua maioria de origem pobre e migrante, principalmente do interior de São Paulo, dos estados das Regiões Nordeste e Sul do Brasil, se estabeleceram na região a partir das décadas de 1960 e 1970. O crescimento da região, assim como em outras áreas periféricas da cidade, ocorreu de maneira mais intensa entre as décadas de 1970 e 1980, sem planejamento necessário pelos órgãos públicos. (PREFEITURA DE SÃO PAULO.)¹³

A ocupação e configuração do território periférico teve papel funcional à dinâmica de acumulação capitalista durante a industrialização que se expandia e se intensificava a partir de 1930 e também na modernização e internacionalização do mercado que também se expandia e se intensificava com o setor de serviços a partir de 1960.

Processos que centralizaram e concentraram ao centro e centro expandido da cidade toda a riqueza social produzida, valorizando o território e por sua vez, expulsando do centro a classe trabalhadora.

Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares. Tais fenômenos ocorrem paralelamente à valorização dos terrenos fabris e residenciais que torna, do ponto de vista da empresa, antieconômica a construção de vilas para “seus” operários, ainda mais quando, com a aceleração do fluxo migratório, acumula-se um excedente de força de trabalho na cidade. As empresas transferem assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) conjuntamente com os gastos com transporte para o próprio trabalhador e os relacionados aos serviços- de infra- estrutura urbana, quando existentes, para o Estado. Deste momento em diante as “vilas

¹³ **Fonte:** Prefeitura de São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/marcosrey/index.php?p=5574 Acesso em: 21/08/2017

operárias” tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário.

A partir de então surge no cenário urbano o que passou a ser designado de “**periferia**”: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica. (KOWARICK. 1979, p.31)

Abaixo mapa que faz recorte a subprefeitura do distrito de Campo Limpo:

Configuração territorial dada no período de 1960 a 1980, o distrito de Campo Limpo foi um dos territórios periféricos que alocou, em primeiro momento, o exército industrial de reserva, necessário para a dinâmica de acumulação de capital.

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora.

(...) O vertiginoso crescimento demográfico da região, que entre 1960-1970 foi de 5,5% ao ano, conjugado ao processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes. Amontoam-se populações em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores. Acentua-se o processo de criação de “cidades-dormitório”, verdadeiros acampamentos desprovidos de infraestrutura (KOWARICK. 1979, p.34)

Esta época de grande expansão da mancha urbana expressa contradições do desenvolvimento capitalista, uma vez que, o processo de urbanização ao centro da cidade teve impactos diferenciados em relação a região periférica.

“(...) *O desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem requisitos da acumulação capitalista e de sua intensificação.*” (FERNANDES. 2006, p.349). A desigualdade no desenvolvimento interno se apresenta aos territórios quando, como apresentado, o centro possui investimentos de grande monta públicos e privados (NAKANO. 2004) e a periferia se torna depósito de uma superpopulação para corresponder à ampliação do capital na cidade, aumentando nesta territorialidade o pauperismo proporcionalmente a produção de riqueza social.

São muitos os mecanismos pelos quais a cidade reproduz a desigualdade social, explicitando a ausência do direito à cidade, na apropriação desigual dos espaços na lógica entre legislação urbana, serviços públicos e obras de infraestrutura (MARICATO. 2013). Os traços que desenham o perfil da sociedade brasileira são definidos, historicamente, por uma estrutura fundiária que privilegia a concentração de terra, de renda e de riqueza, em um processo que teve seu principal marco histórico na Lei de terras de 1850, que instituiu a propriedade fundiária no país. Esse processo se intensifica a partir de meados da década de 1960, com o projeto de desenvolvimento do governo militar, no incentivo à monocultura e à grande produção agrícola capitalista, e na expulsão sistemática dos/as trabalhadores/as do campo, fortalecendo os mecanismos de modernização de base técnica da agricultura, com vistas a liberar força de trabalho e garantir a cesta de alimentos para a população urbana. (CEFESS. 2016, p. 68)

O início de nossa breve contextualização da espoliação no território, logo, do desenvolvimento interno desigual, será a apresentação do contraste populacional entre o distrito periférico de Campo Limpo e os dois distritos centrais da cidade (Distrito centro histórico (Sé) e distrito do centro Expandido (Pinheiros)) no ano de 2010, conforme tabela abaixo.

Tabela 1¹⁵: Densidade demográfica por subprefeituras e distritos das regiões: Sudoeste, Centro e centro expandido em 2010

Prefeituras Regionais	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Campo Limpo	Campo Limpo	12,80	211.361	16.513
	Capão Redondo	13,60	268.729	19.759
	Vila Andrade	10,30	127.015	12.332
	TOTAL	36,70	607.105	16.542
Sé	Bela Vista	2,60	69.460	26.715
	Bom Retiro	4,00	33.892	8,473
	Cambuci	3,90	36.948	9.474
	Consolação	3,70	57.365	15.504
	Liberdade	3,70	69.092	18.674
	República	2,30	56.981	24.774
	Santa Cecília	3,90	83.717	21,466
	Sé	2,10	23.651	11,262
	TOTAL	26,20	431.106	16,454
	Pinheiros	Alto de Pinheiros	7,70	43.117
Itaim Bibi		9,90	92.570	9.351
Jardim Paulista		6,10	88.692	14.540
Pinheiros		8,00	65.364	8.171
TOTAL		31,70	289.743	9.140

Fonte: Infocidade

Elaboração: Infocidade

¹⁵ Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758> Acesso em: 19/08/2017

Em comparação aos distritos centrais, o distrito de Campo Limpo possui maior densidade demográfica. Os três distritos possuem extensão geográfica próxima. A densidade demográfica do Campo Limpo equipara-se ao distrito da Sé, que possui na sua composição oito subdistritos. É consideravelmente mais denso em relação ao distrito do centro expandido (Pinheiros), este que tem densidade demográfica inferior ao Distrito de Campo Limpo, apesar de, ressaltando, possuir extensão geográfica próxima em Km²: 31,70km² Pinheiros e 36,70km² Campo Limpo, 5km² a menos que Campo Limpo e de inferior densidade: Campo Limpo: 16.542 e Pinheiros: 9.140.

Contraste que acompanha a renda salarial *per capita*, como apontam os mapas 3 e 4 de nosso estudo. No distrito de Pinheiros 45% ou mais da população, ganha 20 salários mínimos ou mais, população pertencente a área 1 do mapa 4. Em Campo Limpo até 10% de seus habitantes tem renda de 20 salários mínimos e a renda de até 3 salários mínimos em Campo Limpo vai de 20% a 45% ou mais da população local. Pertencendo o distrito a área 3 do mapa 4.

Logo, o crescimento de capital que se expressou na expansão do centro da cidade, em meados da primeira metade do século XX e em toda a sua segunda parte, correspondeu o crescimento da força de trabalho barata e necessária para que a dinâmica da acumulação de capital se realizasse e se intensificasse e que perdura aos dias atuais a mesma configuração.

(...) A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX. 2013, p.837).

Ao passo que a burguesia da cidade, subjugada ao capital internacional, modernizou o sistema econômico do município, diversificando seus mercados, careceu “investir” em força de trabalho, nas palavras de Karl Marx, *capital variável*, para dinamizar o crescimento de capital. O capital e capital variável é assim, indissociável dentro da dinâmica da acumulação capitalista.

O crescimento do capital implica o crescimento de seu componente variável, ou seja, daquele componente que se converte em força de trabalho. Uma parte do mais-valor transformado em capital adicional tem de se reconverter sempre em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Supondo-se que, permanecendo iguais as demais circunstâncias, a composição do capital se mantenha inalterada, ou seja, que para pôr em movimento determinada massa de meios de produção ou de capital constante seja necessária sempre a mesma massa de força de trabalho é evidente que a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores crescerão proporcionalmente ao capital, e tanto

mais rapidamente quanto mais rapidamente cresça este último. (MARX. 2013, p.837).

Em releitura a Raimundo (2017) e Fernandes (2006), compreendemos que a lei geral da acumulação capitalista, possui uma irracionalidade capital redundância à parte, e burguesa¹⁶ (FERNANDES. 2006) que dinamizam a acumulação de capital. O embasamento em que nos pautamos para a releitura de irracionalidades e não racionalidades estão no pensamento de Mészáros (2014), que será trabalhado no segundo capítulo deste estudo. Estas irracionalidades compõe o quadro da questão urbana no território periférico da cidade.

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX.2013, p.875)

Irracionalidades funcionais aos interesses burgueses da cidade, que, por sua vez, são dependentes ao capital internacional. Dependência que resulta na superexploração da força de trabalho, para compensar os lucros da burguesia local no cenário desigual do mercado mundial (MARINI. 1973).

Neste particular, parece correto afirmar que a existência de um vasto exército de reserva, longe de ser uma “massa marginal”, entendida como um contingente com pouco ou nulo significado para o processo econômico, tem se constituído numa das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio, entre os quais o Brasil é um caso exemplar, pois permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão de obra engajada nas engrenagens produtivas na medida em que os segmentos desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis. É claro que a mera existência de um reservatório de mão de obra é uma condição necessária, mas não suficiente, para que o capitalismo cresça, depredando, principalmente, os segmentos não qualificados da força de trabalho, os quais, diga-se de passagem, constituem a grande maioria daqueles que levam adiante a maquinaria produtiva da sociedade brasileira. (KOWARICK. 1979, p.58)

¹⁶ Fernandes (2006) ao abordar a revolução nacional “*a qual consiste em consolidar o poder burguês através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe*” (FERNANDES. 2006. P350) aponta também para a questão da racionalidade, que nomeia como burguesa

(...) as classes burguesas procuraram compatibilizar revolução nacional com capitalismo dependente e subdesenvolvimento relativo, tomando diante da dupla articulação uma atitude política “realista” e “pragmática”, o que é, em suma, uma demonstração da sua racionalidade burguesa. (FERNANDES. 2006, p.350)

Assim a superexploração da força de trabalho dos periféricos acompanha o que Kowarick (1979) em sua análise sobre o problema habitacional urbano chamou de “*espoliação urbana*”, da qual a explicação se dá no excerto a baixo.

(...) é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

(...) A lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apoia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão de obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e as espinhosas condições urbanas de existência tornam-se possíveis na medida em que a maior parte da mão de obra pode ser prontamente substituída. (KOWARICK. 1979, p.42)

O impacto que este modo de sociabilidade capitalista causa ao território pode ser analisado pelas condições de vida que seus habitantes levam.

As condições de vida dependem de uma série de fatores, da qual a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial. Não obstante tal fato é possível fazer uma leitura destas condições através da análise da expansão urbana, com seus serviços, infraestrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital. (KOWARICK. 1979, p.29)

A análise das condições de vida, resultado da lógica da acumulação capitalista – ou de suas irracionalidades – no território periférico pode ser observada por indicadores¹⁷ que em primeiro momento são apontamentos sobre a continuidade da espoliação urbana.

Mas para analisarmos as desigualdades que perduram no território, temos de levar em conta a complexidade do estágio das desigualdades territoriais no início do século XXI. Observada em Santos e Silveira (2006) de que tomamos de empréstimo sua listagem de situações características.

¹⁷ No respectivo ano em que esse trabalho foi finalizado (2017), a Organização da Sociedade Civil: “*Rede Nossa São Paulo*” (<http://www.nossasaopaulo.org.br/>) apresentou no dia 24 de outubro um conjunto de indicadores de todos os distritos da cidade em perspectiva de contraste, intitulado “*Mapa da Desigualdade da Cidade de São Paulo*” (<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/mapa-da-desigualdade-2017.pdf>).

Os dados que serão apresentados nesta pesquisa e os indicadores formulados pela Rede Nossa São Paulo advêm de uma política pública incorporada pelo Estado de São Paulo e por sua vez a cidade. O “*Governo aberto*”: Dados abertos (http://agencia.fapesp.br/portal_governo_aberto_sp_e_lancado/13353/), seguindo o que determina a Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011).

Neste sentido obter informações institucionais, poder cruzá-las e compara-las, assim como as produzir de forma colaborativa, utilizando as novas tecnologias, para a realização de estudos e análises no campo da produção de conhecimento, é, *a priori*, uma possibilidade positiva em nossa análise crítica em relação à perpetuação do *status quo* expresso na desigualdade entre centro e periferia da cidade de São Paulo.

A noção de desigualdade territorial persiste nas condições atuais. Todavia, produzir uma tipologia de tais diferenciações é, hoje, muito mais difícil do que nos períodos históricos precedentes. As desigualdades territoriais do presente têm como fundamento um número de variáveis bem mais vasto, cuja a combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação. (...) Vale a pena, talvez, saber que uma simples listagem morfológica acaba por não ter maior interesse se ela exclui a compreensão do dinamismo de cada parcela e de sua relação com o dinamismo mais geral do território como um todo. Buscaremos (...) examinar algumas situações características, com as **zonas de densidade e de rarefação, a fluidez e viscosidade do território, os espaços da rapidez e de lentidão, os espaços luminosos e espaços opacos, antes de propormos a discussão dos espaços que mandam e daqueles que obedecem** e analisar as **novas lógicas centro-periferia**. (SANTOS & SILVEIRA. 2006, p.259)

O estudo de Santos e Silveira (2006) realiza a crítica sobre a analítica em perspectiva de comparações matemáticas no que concerne apresentar dados numéricos em contraste “*Podemos também falar de espaços de rapidez e de espaços de lentidão e de situações intermediárias, mas ainda aqui é arriscado tornar tais adjetivos como dado absoluto, autorizando simples comparações matemáticas*” (SANTOS & SILVEIRA. 2006, p.262). Movimento que realizamos neste trabalho.

Justificamos aqui nosso movimento, por levarmos em conta a complexidade que o novo século traz. A nossa exposição de dados em contraste que apontam a desigualdade entre centro e periferia são parte de uma breve síntese que têm por objetivo a contextualização e resgate histórico da implementação do desenvolvimentismo via industrialização no país, a modernização dos mercados com o avanço do setor terciário na era do “milagre econômico” em que se expande o centro da capital paulista.

Descrição de como a lei geral, absoluta da acumulação capitalista (MARX. 2013) é chave para compreensão do processo de desigualdade social que fundou o território e se perpetua, uma vez que o Estado nacional, em condição de país dependente, impôs a nação um modelo político econômico que tem como premissa a acumulação de capital.

Em recorte sócio espacial achamos em Kowarick (1979) análise da cidade de São Paulo tratando sobre a espoliação urbana que nos embasamos para fazer a exposição dos indicadores utilizados nesta pesquisa.

Assim, o processo de espoliação urbana permanece, de acordo com a exposição dos indicadores, que aqui utilizamos para dialogar e complementar junto às situações características de Santos e Silveira (2006), e, para dar substância à assertiva de que a espoliação é uma constante no espaço que reproduz a lógica de acumulação capital.

(...) conforme Maricato (2011), o processo de urbanização no Brasil recria o atraso, por meio de novas formas. O censo de 2010 revela que 97% das cidades com mais de 500 mil habitantes têm favelas, sendo que, nas cidades médias, elas se localizam em mais de 80% dos núcleos urbanos; são 83 milhões de habitantes que não são atendidos/as por sistemas de esgotos e 45 milhões de brasileiros/as que não têm acesso aos serviços de água potável (CFESS. 2016, p.14)

Tratando-se da *urbe*, as situações características em Santos e Silveira (2006) dialogam com a categoria de espoliação em Kowarick (1979) e em Maricato (2011) sobre as novas formas de desigualdade.

Todas podem ser observadas através de indicadores, assim, temos em conta de que a complexidade é fato presente, porém, acreditamos que os indicadores não simplificam a questão, mas sim dão aporte e sustentam a complexidade que se tenta evidenciar.

E foi este o caminho que moradores de todas as regiões periféricas da cidade de São Paulo tomaram ao elaborar estudos pautados em indicadores para apontar a desigualdade territorial para pleitear demandas (capítulo 2) que mobilizou e forneceu a estes sujeitos “armas” críticas para a luta.

Abaixo, apontaremos mais dois indicadores que evidenciam a espoliação no território, são as “velhas” novas formas no processo de urbanização de se implicar o atraso nas periferias.

Tabela 2: Domicílios ligados ou Não à Rede de Esgoto. Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais 2010

**Domicílios ligados ou Não à Rede de Esgoto
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais
2010**

Unidades Territoriais	Total de domicílios (*)	Ligado a rede	não ligado
Campo Limpo	185.620	165.914	19.706
Campo Limpo	63.761	56.968	6.793
Capão Redondo	81.015	70.895	10.120
Vila Andrade	40.845	38.052	2.793
Pinheiros	121.392	121.258	134
Alto de Pinheiros	15.408	15.393	15
Itaim Bibi	39.213	39.150	63
Jardim Paulista	39.686	39.649	37
Pinheiros	27.085	27.066	19
Sé	177.840	177.072	768
Bela Vista	29.868	29.868	0
Bom Retiro	10.608	10.003	605
Cambuci	12.610	12.528	82
Consolação	26.275	26.275	0
Liberdade	27.223	27.202	21
República	26.289	26.249	40
Santa Cecília	35.891	35.872	19
Sé	9.076	9.076	0

Fonte: IBGE - Censo 2010

(*) Total de domicílios MSP : Base Universo do Censo 2010. Dado levantado apenas para os domicílios particulares permanentes
Elaboração: SMDU/Dipro

Tabela 3: Domicílios Servidos por Rede Elétrica Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais 2010

**Domicílios Servidos por Rede Elétrica
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais
2010**

Unidades Territoriais	Total de Domicílios (*)	Sim, de companhia distribuidora	sim, de outras fontes	não existe energia
Campo Limpo	185.742	183.803	1.708	231
Campo Limpo	63.846	63.647	199	0
Capão Redondo	81.051	79.941	1.096	14
Vila Andrade	40.845	40.214	414	216
Pinheiros	121.392	121.099	293	0
Alto de Pinheiros	15.408	15.408	0	0
Itaim Bibi	39.213	39.193	20	0
Jardim Paulista	39.686	39.413	273	0
Pinheiros	27.085	27.085	0	0
Sé	178.113	177.438	675	0
Bela Vista	29.945	29.907	38	0
Bom Retiro	10.608	10.199	409	0
Cambuci	12.636	12.599	37	0
Consolação	26.315	26.315	0	0
Liberdade	27.307	27.259	48	0
República	26.289	26.246	42	0
Santa Cecília	35.915	35.814	101	0
Sé	9.098	9.098	0	0

Fonte: IBGE - Censo 2010

(*)Total de domicílios MSP : Base Amostra do Censo 2010

Elaboração: SMDU/Dipro

Utilizamos estes dois indicadores sobre a condição de vida na cidade para ilustrar a permanência do processo de espoliação no distrito de Campo Limpo, com dois elementos essenciais para a subsistência na *urbe*: A energia elétrica e o saneamento básico, que caracterizam o espaço como “*lento*” e “*opaco*” (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

Justificamos aqui a nossa paráfrase destas diferenciações territoriais na comparação entre os distritos centrais e o periférico de Campo Limpo. A lentidão é neste caso compreendida por nós como a demora de se ter ao território, levando em consideração o tempo decorrido desde a expansão da mancha urbana (1960) até os dias atuais, serviços essenciais que ao compararmos com os distritos centrais foram equacionados. Há nos centros maior visibilidade em demandas por parte da administração municipal do que nas periferias, o que nos levou a empregar a diferenciação de espaços luminosos e espaços opacos, pois o poder público dá maior visibilidade, joga luz aos territórios centrais “iluminando-os” em detrimento das regiões periféricas que permanecem opacas.

E nossa compreensão sobre a permanência deste estado de coisas no distrito de Campo Limpo, como apresentamos ao longo de nossa exposição sobre a formação desigual entre centro e periferia, está em Fernandes (2006), ao tratar da dominação burguesa.

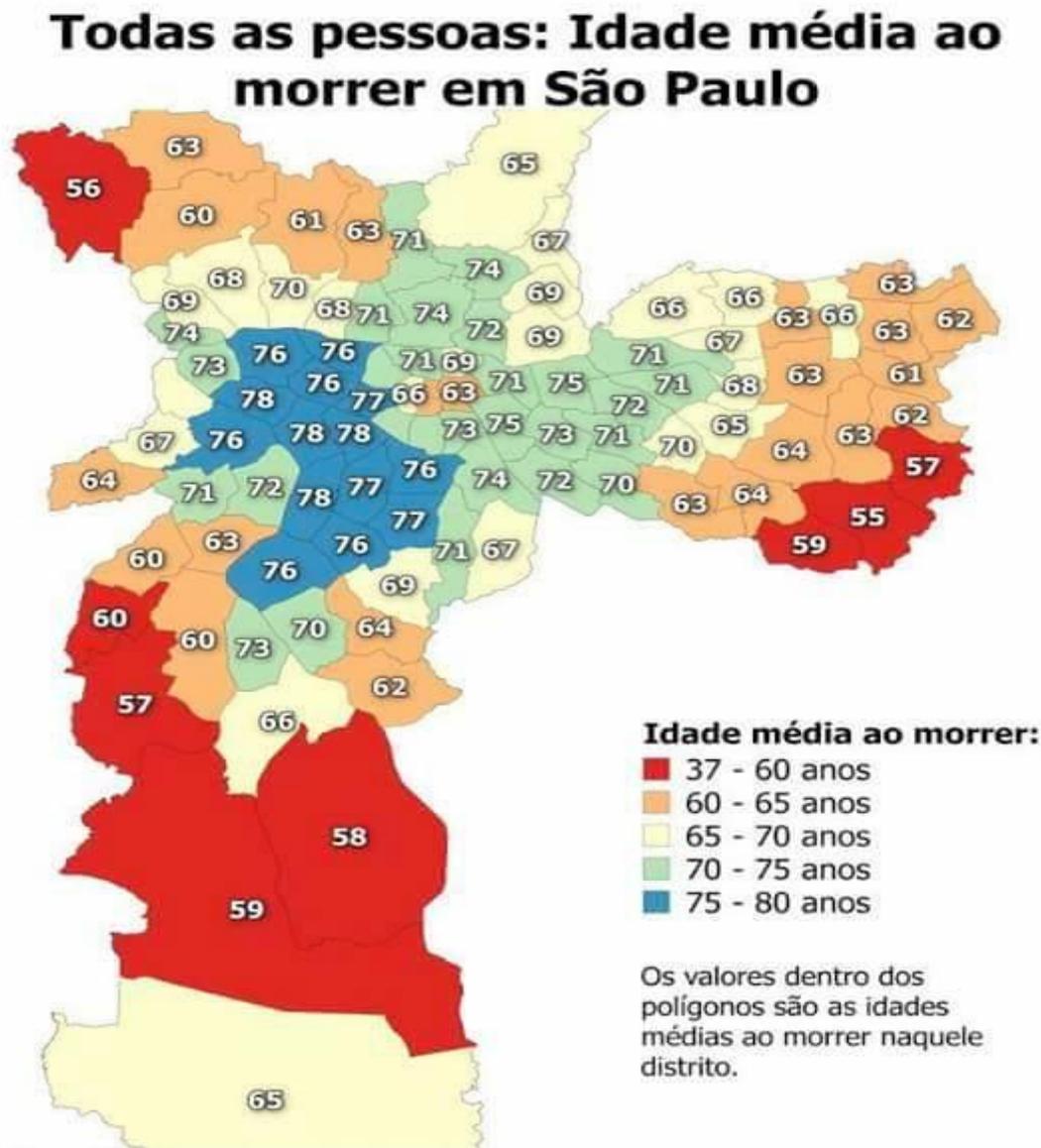
A dominação burguesa não é só uma força socioeconômica espontânea e uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação autodefensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de “poder legítimo”. Mero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reorientando, espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa. Isso explica, sociologicamente, como e por que a dominação burguesa se erige no alfa e no ômega não só da continuidade do modelo imperante de transformação capitalista como, ainda, da preservação e alteração da ordem social correspondente. Ela se impõe como ponto de partida e de chegada de qualquer mudança social relevante, e se ergue como uma barreira diante a qual se destroçam (pelo menos por enquanto) todas as tentativas de oposição às concepções burguesas vigentes do que deve ser a “ordem legal” de uma sociedade competitiva, a “segurança nacional”, a “democracia”, a “educação democrática”, o “salário mínimo”, as “relações de classes”, a “liberdade sindical”, o “desenvolvimento econômico”, a “civilização” etc. Deste ângulo, dela provêm a opção interna das classes burguesas por um tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa. (FERNANDES, 2006, p.353)

O entendimento sobre a manutenção do *status quo*, sobre a “opção interna” desta burguesia que por sua estrutura de dominação inibe, suprime ou reorienta processos econômicos, sociais e políticos, gerando por meio desta mesma estrutura, consequências que como vimos acima, “*imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa*” (FERNANDES. 2006, p.353) estaria nesta “*formidável superestrutura de opressão e bloqueio*” (FERNANDES. 2006. P353) que acaba por converter a dominação burguesa em “*única fonte de poder legítimo*” (FERNANDES. 2006, p.353).

Os dados deste início de século, junto a exposição da configuração histórica do território que apresentamos até aqui, apontam estas iniquidades do desenvolvimento desigual interno que acarretaram no território um negativo impacto social.

As condições de vida das pessoas que moram na periferia – que autoconstroem suas moradias no tempo de folga de seus empregos (RAIMUNDO. 2017); obrigados a percorrer grandes distâncias diárias para trabalhar utilizando um sistema de transporte insuficiente e precário; com baixos salários; sem infraestrutura necessária para viver com alguma dignidade (KOWARICK. 1979), oprimidos e reprimidos a qualquer manifestação contra as irracionalidades capitalista e burguesa – tornam o território um local historicamente de baixa expectativa de vida, conforme podemos observar no mapa abaixo.

Mapa 6¹⁸: Média de Idade ao Morrer por Residência na cidade de São Paulo em 2017



Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão
<https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>
 Fonte: PRO-AIM - Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade.

¹⁸ Este indicador chegou a ser noticiado pela mídia hegemônica: 1) Globo: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-sp-morador-dos-jardins-vive-23-anos-a-mais-do-que-o-do-jardim-angela-aponta-mapa-da-desigualdade.ghtml>; 2) Veja: <https://veja.sp.abril.com.br/cidades/morador-jardins-vive-24-anos-jardim-angela/>; 3) Isto É: <https://istoe.com.br/morador-dos-jardins-vive-24-anos-a-mais-do-que-o-do-jardim-angela-diz-pesquisa/>; 4) Estado de São Paulo: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,morador-dos-jardins-vive-24-anos-a-mais-do-que-o-do-jardim-angela-diz-pesquisa,70002058218>; e 5) no Caderno “Valor” da Folha de SP: <http://www.valor.com.br/brasil/5167406/em-sp-morador-dos-jardins-vive-24-anos-mais-que-o-do-jardim-angela>

A superexploração da força de trabalho e a espoliação urbana (componentes da irracionalidade capital, seguindo a lógica de acumulação), são para nós, as primeiras formas de violência que adentram a periferia e que junto a dominação burguesa formam o tripé que implicam ao território um histórico de pouca expectativa de vida.

(...) o papel do Estado é fundamental. Em primeiro lugar, por criar o suporte de infraestrutura necessário à expansão industrial, financiando a curto ou em longo prazo as empresas e por agir diretamente enquanto investidor econômico. Ademais, por ser o agente que tem por encargo gerar os bens de consumo coletivo ligados às necessidades da reprodução da força de trabalho. Em segundo lugar por manter a “ordem social” necessária à realização de um determinado “modelo” de acumulação. Neste aspecto, quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedente se realiza também através da pauperização absoluta de vastos contingentes sociais, o Estado, para viabilizar semelhante “modelo de ordem social” de características selvagens para a força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. O controle e contenção dos movimentos rei- vindicativos passam a ser condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de repartição dos benefícios, que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil. (KOWARICK. 1979, p.59)

É na estrutura da dominação burguesa que o Estado se faz presente na periferia pela via da violência. Tanto por sua negligência na geração de bens coletivos como pela manutenção da ordem social “*necessária à realização de um determinado “modelo” de acumulação.*” (KOWARICK. 1979, p.59).

Este modelo de acumulação desencadeia entre 1970 a 1990 no distrito administrativo de Campo Limpo junto ao Distrito administrativo de M’Boi Mirim visibilidade em capas de jornais e revistas da mídia hegemônica sob o estigma de “triângulo da morte” (pelos bairros: Capão Redondo, pertencente ao Distrito de Campo Limpo e Jardim Ângela e Jardim São Luis do Distrito administrativo de M’Boi Mirim) por conta dos altos índices de homicídio nos distritos, comparáveis aos números de guerra civil, durante este período o Estado executa a queima de excedentes de força de trabalho.

Para se ter uma ideia, o bairro do Jardim Ângela foi considerado em 1996 pela ONU o distrito mais violento do mundo (FILHO, 2006). Foi nesse período que o Jardim Ângela, juntamente com os bairros vizinhos Jardim São Luis e Capão Redondo, ficaram conhecidos pela mídia hegemônica como o triângulo da morte, dado os altos índices de homicídios. (DASSOLER. 2012, p.5)

Estes altos índices de homicídios fizeram com que a periferia da região sul da cidade fosse estigmatizada pelo fantasma da violência, a visibilidade do território tinha enfoque único pelo jornalismo¹⁹.

Esta época de massacre nas periferias é explicado em um livro que retrata a ação dos “grupos de extermínio” entre as décadas de 1970 a 1990, processo investigativo do jornalista Caco Barcelos em “*Rota 66*”

À medida que Barcelos e sua equipe de colaboradores prosseguiam a pesquisa, centenas de denúncias dos familiares e amigos das vítimas apontavam diversos policiais militares como integrantes de um esquadrão oficial da morte. A obra esclarece por meio da narrativa de algumas dessas histórias as circunstâncias em que os civis eram mortos pela PM. A fonte Notícias Populares pouco dizia sobre o histórico das vítimas, pois, quase metade dessas pessoas apareciam sem identificação nas páginas do jornal, sob a justificativa de estarem sem documentos na hora do tiroteio. Apenas em 1987, foi possível o acesso aos arquivos do IML, com a permissão do então diretor Rubens Brasil Maluf. Dessa forma, todo jovem proveniente de uma região de baixa-renda da cidade, cujo corpo com mais de dois ferimentos à bala foi recolhido pelo carro do IML em algum hospital de São Paulo, era considerado pela equipe jornalística como uma vítima em potencial da PM. Esse critério levou ao apontamento de 12 mil vítimas da PM, nos 22 anos investigados. Destes, foram selecionados aqueles que não tinham registro de ficha criminal e, portanto, possivelmente não estariam armados, muito menos teriam atirado contra os policiais no momento do encontro. “Acreditamos ter identificado 60% do total de vítimas dos tiroteios que envolvem a PM. Nosso Banco de Dados reunia, em abril de 1992, a identificação e um rápido perfil de 4.179 mortos. Infelizmente, a Polícia Militar se nega a divulgar os dados dos confrontos da década de 70” (GUEDES. 2007, p.98)

A década de 1990, época em que se registram os altos índices de homicídios na região, tem como cenário político econômico uma ostensiva neoliberal no país que acentua e intensifica na periferia a questão da violência, sendo a violência uma síntese de um processo de resposta do capital à crise “*que tem como raiz a secular queda de taxa de lucro*” (MONTAÑO e DURIGUETTO. 2010, p.193). Um período em que “*drástica redução do impacto das lutas de classes no contexto atual*” (ibidem) possibilita a ofensiva do capital sob a ideologia hegemônica do neoliberalismo.

No cenário particular da crise atual, a partir das novas configurações do cenário mundial, o grande capital, agora sob a hegemonia da sua forma financeira, deve reestruturar o sistema para enfrentar a crise e garantir taxas de lucro elevadas, adequando-o aos interesses fundamentalmente da acumulação financeira (mediante elevação dos juros).

Essa é uma crise que tem como raiz a secular queda de taxa de lucro (combatida temporariamente em certos contextos com medidas exógenas), e

¹⁹ Algumas reportagens sobre o território na época podem ser analisadas em: 1) Folha de SP: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/30/cotidiano/14.html>; 2) CBN: <http://cbn.globoradio.globo.com/grandescoberturas/eleicoes-2012/sao-paulo/seu-bairro,-nossa-cidade/2012/07/31/JARDIM-ANGELA-JA-FOI-CONSIDERADO-BAIRRO-MAIS-PERIGOSO-DO-MUNDO-PELA-ONU.htm>; 3) Veja: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/padre-jaime-crowe-diminuir-violencia-jardim-angela/>

que obriga o capital e o Estado à reestruturação de certos processos e instituições existentes, como forma de procurar, por via de mecanismos econômicos e extraeconômicos, atenuar ou neutralizar a crise. Esses mecanismos “neutralizadores”, diferentemente do contexto anterior, sustentam-se no *rompimento do chamado “pacto keynesiano”* (o que foi possível dada a drástica redução do impacto das lutas de classes no contexto atual), e seguem três caminhos centrais: a) a criação de áreas de superlucros fora da superprodução e do subconsumo (fundamentalmente via privatizações de empresas estatais); b) a extrema centralização de capital, acentuando o domínio dos monopólios no mercado (particularmente via fusões); c) a redução dos custos de produção para o capital – como o trabalho (via subcontratação, reforma da previdência, flexibilização das leis trabalhistas, recortes do financiamento estatal na área social, etc.) e com os custos gerais da produção/comercialização (fundamentalmente via reforma tributária, abertura de fronteiras dos Estados Nacionais para circulação de mercadorias, automação, engenharia, etc.).

Desta forma, o “projeto/processo neoliberal” constituiu a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise, do avanço técnico científico e das lutas de classes que se desenvolvem no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra) reforma do Estado”. (MONTAÑO e DURIGUETTO.2010, p.193)

O país periférico do capital e sua configuração como Estado de capitalismo dependente, ao seguir as tendências dos países centrais do capitalismo, penaliza, novamente a população que, uma vez já superexplorada e espoliada pelos descomandos de uma política que escolheu ter como norte uma cultura de violência.

(...) com a decorrência da onda neoliberal, os empregos formais caíram sobremaneira. Com isso aumentou a informalidade e, sobretudo, o desemprego passou a ordem do dia das classes populares. O fim do paradigma fordista (ou varguista, se baseado exclusivamente no caso brasileiro) que por gerações orientou condutas, trajetórias e perspectivas individuais e familiares começavam a fazer água e não havia outro horizonte que substituísse a possibilidade de ascensão social pelo mundo do trabalho. Esta ruptura foi determinante para toda uma geração.

Se por um lado grande parte da mão de obra se viu excluída do trabalho formal, para os que ficaram a realidade não era tão animadora. Os salários passaram a cair em todos os setores. Segundo o economista Márcio Pochman, entre 1995 e 2004, a renda do trabalho perdeu 9% do seu peso relativo à renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3% no mesmo período (POCHMANN. 2011:9). Em paralelo com o aumento do desemprego e o rebaixamento dos salários, o poder de pressão dos trabalhadores organizados também passa a diminuir. Dessa forma, cai o número de trabalhadores sindicalizados e diminui o número de greves, que por sua vez passam a ter um caráter mais defensivo e por manutenção de direitos do que um caráter ofensivo, ou por aquisição de novos direitos (SECCO. 2011:178)

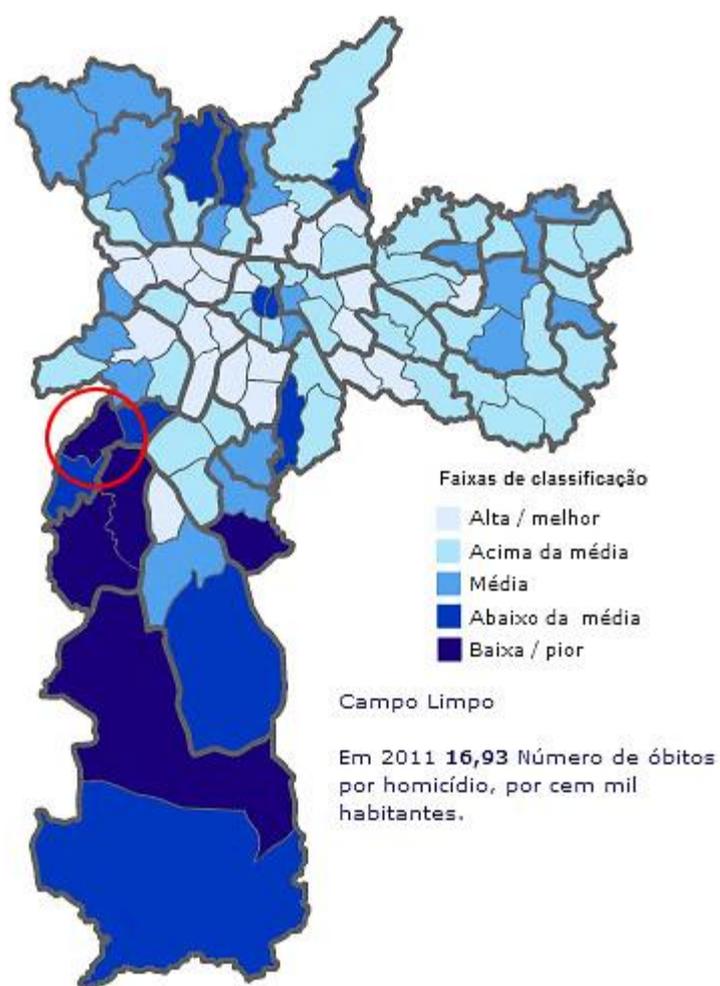
Como síntese desse período, pode-se afirmar que a falta de representatividade política e ao descrédito nas instituições somaram-se os baixos salários e o desemprego em massa, que por sua vez se mesclaram ao individualismo utilitarista cada vez mais em voga e à privatização da vida e dos espaços públicos. Por sua vez, estas novidades, ao se incrustarem em bases assentadas em nossa sociedade e cuja origem são a escravidão e o autoritarismo, fizeram da década de 1990 um caldeirão explosivo no plano social. (D’ANDREA. 2013, p.54)

Nos primeiros anos de 2000 mesmo com uma expressiva queda dos índices de homicídios no distrito, em relação a década anterior, que retira a periferia dos rankings internacionais, os números ainda são elevados.

Campo Limpo ocupa o segundo lugar no ranking de homicídios da cidade (...) (BERGAMIN, 2011, p.3). Desde o início de 2012 uma nova onda de violência atinge as periferias de São Paulo. Numa complexa disputa de poder entre traficantes e poder policial local, dezenas de pessoas (policiais, traficantes e civis) foram assassinadas. Entre 17 e 28 de junho de 2012, segundo dados do Sistema de Informações Criminais (Infocrim), 127 pessoas foram assassinadas na capital paulista. Durante todo o mês de junho de 2012, 39 cidades da Grande São Paulo registraram, juntas, 166 mortos. A maior concentração desses homicídios encontra-se na periferia da zona sul da cidade de São Paulo (...). Situação marcada pelo processo de formação e urbanização da região, caracterizados por um desenvolvimento esquizofrênico, numa combinação de elevada densidade populacional, infraestrutura básica precária e empobrecimento da população. (RAIMUNDO. 2014, p.117)

Em Raimundo (2014) encontramos o mapa, que ilustra a questão da violência no distrito em 2011.

Mapa 7: Óbitos por homicídio nos Distritos da cidade de São Paulo em 2011



Fonte: Observatório Cidadão

Elaboração: Rede Nossa São Paulo²⁰

²⁰ Disponível em: www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/

A “fórmula” da violência na região periférica se aplica, em nossas considerações: na configuração territorial dada a partir da lógica de acumulação capitalista, tendo por eixo a superexploração da força de trabalho; a espoliação urbana; a manutenção deste modelo de acumulação com a superestrutura da dominação burguesa e junto a uma onda neoliberal que chega ao país na década de 1990.

A década de noventa vem a ser a expressão máxima desta fórmula de queima de excedentes de força de trabalho.

Em grandes traços, este era o contexto social, político e econômico dos bairros periféricos de São Paulo da década de 1990. Uma mescla de desesperança, raiva, fracasso, resignação, pobreza, sangue, insegurança. Enfim, desespero. A civilização havia chegado ao limite e se equilibrava na beira de um abismo, impondo as perguntas mais básicas da espécie: a comida ou a fome, a vida ou a morte. Não havia outra saída a não ser tentar buscar esperança no mais básico dos instintos, aquele cujo o objetivo é perpetuar a espécie.

A partir desse cenário (...) e a partir do legado de experiências que haviam acumulado, os moradores de bairros populares passam a buscar saídas ao quadro que havia se estabelecido. Eram necessárias respostas práticas (D’ANDREA. 2013, p.57)

Assim, a violência que se instaura como resultado de uma conjuntura política, social e econômica no distrito, será mais uma mola propulsora para que a periferia da região sul de São Paulo se organize para mudar este panorama e busque a mudança no território que se dará também pela via da cultura.

O próximo capítulo deste trabalho irá abordar as respostas práticas (MÉSZÁROS. 2014) dadas ao distrito pela própria população local. A breve exposição do histórico de lutas na região será tratada desde a expansão da mancha urbana (1960/1970), com o “Clube de Mães”, passando pelo rap e sua música de denuncia nos anos 1980 e 1990, chegando aos anos 2000 com a literatura periférica/marginal, no intuito de quebrar o estigma social, até os dias atuais com a “Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo”.

2. “Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo”: Síntese das Lutas na Região Sul da Cidade de São Paulo

“Pesquisar na fonte de origem e devolver ao povo em forma de arte”

Solano Trindade

No tocante a nossa pesquisa sobre o processo da constituição do espaço urbano em São Paulo que inaugura no território a “questão urbana”, segregando majoritariamente pobres nas periferias e ricos nos centros da metrópole, seguindo as irracionalidades e (i) lógicas da acumulação de capital, imbuída em ideologias desenvolvimentistas (1930) e neoliberais (1990), demos maior enfoque à dinâmica de acumulação capital que fez e faz o território (HARVEY. 2006).

Neste capítulo faremos o resgate histórico das lutas de mulheres e homens contra a situação que implicou ao território periférico, desde a Lei de terras, a perpetuação de sua marginalidade (SINGER. 1985). Apresentaremos a “*Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo*”, que em nossas considerações, é a síntese de um processo histórico de lutas na região. Apresentar a Rede²¹ é, para nós, fazer o resgate histórico das lutas na região de origem. E para fins desta pesquisa, a cultura, a partir da leitura e observação dos sujeitos periféricos é compreendida em sua dimensão antropológica²² (VAL. 2017), o fazer cotidiano.

Abordaremos o primeiro movimento popular na região sul: O “*Clube de mães*” durante o regime militar e que viria a desencadear no “*Movimento contra a carestia*” e posteriormente a “*União Popular de Mulheres de Campo Limpo*”;

Na década de 1980 e 1990 surge como exponencial porta voz das periferias o Ritmo e poesia (Rap) com as “letras-denúncias” das condições de vidas dos periféricos nas letras de rap, trazendo outra face da história que era até então “legitimamente” contada (D’ANDREA. 2013). Neste ponto iniciamos nossa análise da cultura como um fazer ideológico, construindo uma hipótese de como os valores neoliberais foram difundidos e a resposta prática dada (MÉSZÁROS. 2014) a esses ideais dentro da organização cultural, via a linguagem artística do Rap;

²¹ Fomos a Whitaker (1993); Inojosa (1995) e Gonçalves e Guará (2010) para apreender a categoria rede e chegar a este método para a abordagem da “Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo”.

²² A abordagem feita por nós a categoria cultura em sua dimensão antropológica segue também os passos de Val (2017) que ministrou aulas dentro do curso de “políticas Públicas de Cultura” promovido pela “Escola de Parlamento” da cidade de São Paulo no ano de 2015, o curso em questão trouxe a experiência da Lei de Fomento a Cultura de Periferia.

Nos anos finais da década de 1990 e início dos anos 2000 emergem os escritores marginais/periféricos e explodem nas periferias os saraus com o objetivo de quebrar o estigma que o histórico de configuração territorial implicou na vida de seus moradores. Movimento literário que se reuniu com outras linguagens artísticas para a luta de políticas públicas para a cultura, conquistando orçamento para a execução de sua arte como reparação histórica ao território. A luta por orçamento é abordada em subtópico, observando o desencadeamento que esta luta traz: a “*Uni-diversidade de Saberes*” e o Manifesto “*Periferias por outro Brasil*” ainda em processo de construção.

2.1 “Clube de Mães”

A população que preenchia as bordas da cidade a partir de grandes fluxos migratórios durante o período do “milagre econômico”, adensando o território à procura de melhores condições de vida, é utilizada para atender um projeto político econômico de desenvolvimento desigual interno e dependência externa (FERNANDES. 2006).

A “*intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho*” (MARINI. 1973, p.12) faz com que sua reprodução de vida chegue a condições limítrofes.

As mulheres que até então não exerciam atividades econômicas, precisam começar a exercê-las para complementar a renda familiar, tendo por barreira a carência de bens coletivos no território (KOWARICK. 1979), não havia creches para que as mães pudessem exercer as atividades econômicas. Surge então a experiência de luta de mulheres periféricas.

Com a intensificação do processo migratório nas décadas de 1950 e 1960, muitos homens trabalhadores, ao chegarem à localidade, procuraram ocupação na construção civil. As mulheres permaneceram nos bairros, encarregadas dos serviços domésticos e cuidados com as crianças.

Já que o trabalho na construção civil não rendia o necessário, as mulheres passaram a desenvolver atividades econômicas. Não havendo infraestrutura necessária, como escolas, creches, hospitais, essas mulheres encontraram dificuldades em assumir uma jornada de trabalho, afinal, na sua ausência, não havia maneira de deixar as crianças em segurança. Mudar para as proximidades dos trabalhos, normalmente nas áreas centrais da cidade, era inviável, pois, o valor dos alugueis superava os rendimentos das famílias. Nesse período, passaram a lutar pela instalação de uma creche. A aproximação dessas mulheres devido a uma necessidade concreta inicia uma trajetória de luta na região.

(...) A semelhança das histórias de vida dos moradores da região despertara um sentimento comum, o de pertencimento a um grupo. A luta por uma creche

avançou e envolveu novas demandas, como a educação, por exemplo. (RAIMUNDO. 2014, p.122)

Esse período de luta pela implementação da creche e a consequente aproximação destas mulheres tendo como força motriz as reivindicações, que não se limitavam ao campo educacional, resultam em contínuas reuniões que a princípio tinham o caráter recreativo.

A mineira Odete Marques, 70 anos, uma das líderes do movimento, é uma testemunha da época. No início das reuniões do Clube, segundo Odete, as mulheres aprendiam bordado e demais trabalhos manuais, em aulas fornecidas pelas esposas de empresários do *Lyons Club*. Após a saída do *Lyons*, em 1971, os encontros passaram a debater também educação dos filhos, planejamento familiar e as péssimas condições dos bairros, nos quais faltavam escolas, assistência médica, transporte coletivo, água, saneamento. “Em pouco tempo ganhamos força e o nosso movimento cresceu”, recorda. (CHAGAS. 2010)

Entre as agentes sociais (SADER. 1988) que estiveram à frente das lutas por condições digna de vida nas periferias, encontramos o depoimento da educadora popular Neide, em entrevista realizada na dissertação de RAIMUNDO (2014) ela reconta a sua trajetória como educadora popular no Clube das Mães, em época de regime militar

O clube de mães surgiu na década de 1970, em 1971. Porque as mulheres passavam muitas necessidades. Então elas se reuniam para ver o que podia fazer. Os maridos não deixavam elas trabalharem fora, e tinha umas madames da cidade que traziam uma ajuda para as mães. Só que não dava para elas se soltarem, terem autonomia. A gente foi entrando e dando formação, discutindo a educação dos filhos, discutindo a questão da comida, do transporte. A gente discutia a política do país, escondido, escondido. Chegaram aqui perguntando por que a gente não podia comprar carne, leite, certas comidas. Só podiam comprar arroz e feijão, ainda com aquela dificuldade. Então comecei a discutir que tinha que ter uma mudança econômica, uma mudança no salário, um salário mais justo. Teria que ter outra forma de ter, por exemplo, a saúde. Fizemos uma Assembleia com a Secretaria da Saúde, mais de 300 mulheres em Santo Amaro. Nós fizemos movimentos grandes, tipos de congressos e chamávamos as autoridades e dizíamos, nós não temos Posto de Saúde, Papanicolau. Não tinha mesmo, no ano de 1980, 1981, não tinha. Tinha um posto que tinha Papanicolau. Não tinha o SUS. Em 1988 que foi ter o SUS. (...) Encontrei com médicas e fui ajudar a criar o SUS em Brasília. A gente foi lutar pelo primeiro conselho da condição feminina em Brasília, com o governo da repressão e nós estávamos lá. Conselho da Condição Feminina, porque a mulher era muito desprezada. Tem mulheres idosas daqui da região que foram também. Tem muita coisa. Tudo essas manifestações que estão acontecendo agora não tem a qualidade do que nós fizemos em baixo de repressão. Agora não tem aquela repressão que tinha. (RAIMUNDO. 2014, p. 124)

Outro agente social importante neste cenário foi Padre Jaime Crowe. Em setembro de 2017, ele esteve na terceira edição da “*Feira Literária da Zona Sul*”, a

FELIZS²³, realizada no Campo Limpo. Ele participou da mesa sobre “*Território, Movimentos Sociais e Educação Popular: Novos Círculos de Cultura*” junto a Pedro Pontual trazendo memórias sobre o “*Clube de Mães*”.

Na FELIZS ele conta sua história na cidade e também a época em que a igreja atuou junto ao Clube das Mães na década de 1970.

Eu cheguei no Brasil na época mais difícil da ditadura militar, em 1969, logo depois do AI5, logo depois da prisão dos dominicanos, Frei Betto, entre eles. Mas também tive muita sorte, por que logo em seguida foi nomeado arcebispo em São Paulo nos anos 1970, o grande cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, (...) que foi aquele que enfrentou a ditadura. Por mais difícil que fosse. (...) logo no início de sua caminhada (Dom Evaristo) na igreja de São Paulo foi criada quatro prioridades: 1) As Comunidades Eclesiais de base; 2) Pastoral operária; 3) Direitos humanos por conta das tortura e os esquadrão da morte e 4) Operação periferia pedindo para que as igrejas abrissem centros comunitários pelas periferias da cidade.

(...) Tinha uma grande rede das comunidades na época e dentro das comunidades, acho que ligadas a questão da educação popular, lembrando que as mulheres não eram muito soltas naquela época, era praticamente presas em casa. Eu me lembro de um livro, inclusive chamado “*Mulher objeto de cama e mesa*” muito usado na época para reflexões por que a mulher praticamente não saía, mal era deixada ir à missa, então era uma dominação ferrenha.

Mas aí as comunidades criaram o que foi chamado de “Clube das mães”. Geralmente na parte da tarde das 14h às 16h ou 17h da tarde as mulheres se reuniam na igreja. De início para trabalhos manuais, tricô, crochê, pinturas de pano de prato etc. para atrair as mulheres. E vocês sabem, juntou uma dúzia de mulheres, sai conversa. E isso deu em muita coisa boa. Com a troca de ideias, muita coisa boa saiu.

(...) E estas mulheres trocando ideias, descobriram caminhos. Um dos grandes problemas na época era a carestia, os preços que aumentavam dia a dia e os salários nada. E começaram a pesquisar preços em mercados, comparar, etc. E aí alguns membros iniciaram um grande abaixo assinado através destes Clubes das mães, que aliás começou aqui em um Clube das mães no Nakamura, na região de Jardim Ângela (...) articularam um grande abaixo assinado que levaram para Brasília mais de 100 mil assinaturas. E aí eu diria que foi o primeiro grande passo da libertação das mulheres.

Saíram em 27 de agosto (...) de 1978 e fomos recebidos por militares a cavalos e cachorros (...) que nos “acolheram” e tinha mais de 100 mil pessoas para encaminhar, enviar a Brasília o abaixo assinado, enfim cercaram, jogaram bombas de gás de lacrimogêneo na portaria da catedral (...) nesse espírito as mulheres enfrentaram. O exército que tinha foi colocado na Praça da Sé e ainda levaram o abaixo assinado em Brasília ainda no tempo do governo Geiser. (CROWE. 2017)

Em épocas de obscurantismo político, estas mulheres se reuniam nas igrejas, local que resguardava as organizações populares da repressão policial do regime ditatorial.

Inicialmente de forma despretensiosa, com atividades recreativas e ao passo do tempo ganhando força política reivindicatória que enfrentou o regime, como iremos mostrar mais adiante.

²³ Site da Feira: www.felizs.com.br/

Durante a pesquisa a respeito desta época dois fatores se mostram como contributivos à formação destas mulheres, o primeiro: a *educação popular*, Paulo Freire antes de ser exilado, auxiliou a formação de educadores populares para atuar na região de Campo Limpo

Entre janeiro e março de 1963, em uma experiência marcante do trabalho do educador Paulo Freire, foram alfabetizados 300 cortadores de cana em apenas 45 dias. O ministro da educação na época, Paulo Tarso, do governo de João Goulart, convida o educador para coordenar o Programa Nacional de Alfabetização, visando replicar a experiência para cinco milhões de adultos. A igreja do Campo Limpo teve um papel importante na formação de educadores populares envolvidos com o projeto de alfabetização. Com o início da ditadura militar, o projeto foi proibido e Paulo Freire preso e exilado. (RAIMUNDO. 2014, p.122)

E o segundo: a *“teologia da libertação”*, Padre Jaime é um dos expoentes que atuaram determinadamente para a pregação deste dogma. Estes dois fatores auxiliaram a condução no processo de organização política das mulheres.

(...) Nos bairros da periferia das grandes cidades nascem diversos movimentos populares. Organizados localmente no clube de mães, nos grupos de jovens, de mulheres, de educação popular, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), nas pastorais populares das igrejas, nas associações de moradores, os movimentos dos bairros emergiram como o apoio fundamental dos militantes católicos – Informados pela *Teologia da Libertação* – e de militantes de esquerda. É fundamental aqui destacarmos o importante papel que tiveram as CEB's no despertar para a luta política de diversos segmentos das classes trabalhadoras. Sua importância perde força com a mudança política do Vaticano na década de 1980, que “afastava os fiéis do compromisso com a luta diária por sua libertação política e enfatizava a visão da salvação espiritual, pessoal e individual” (MONTAÑO E DURIGUETTO. 2010, p. 275)

Na fala de Padre Jaime, vimos o desdobramento do Clube das Mães. As mulheres começaram a questionar o custo de vida, organizaram-se, planejaram e estudaram os preços em comparação ao salário mínimo e montaram um abaixo assinado. Formava-se então o *“Movimento contra a carestia”* momento crucial das lutas destas mulheres, onde houve o primeiro confronto direto contra o regime *“Saíram em 27 de agosto (...) de 1978 e fomos recebidos por militares a cavalos e cachorros (...) enfim cercaram, jogaram bombas de gás de lacrimogêneo na portaria da catedral (...)”* (CROWE. 2017)

Questionar os números do governo em relação aos preços e salários passou a ser uma forma importante de contestação. Em 1973 a partir de uma conversa de duas mulheres do Jardim Nakamura surgiu a ideia de escrever uma carta reclamando do alto preço dos alimentos para o presidente, a carta foi apresentada no clube de mães a formatação ficou a cargo de Ana Dias esposa de Santo Dias, Dona Odete, Conceição Peres e Irma Passoni. Em seguida a carta foi parar na imprensa e divulgada na rádio, foi baseada em pesquisas feitas entre 1973 e 1975 pelas próprias mães organizadas em suas comunidades e com apoio de bispos como Dom Mauro Morelli e Dom Evaristo Arns.

Depois de várias perseguições e de um árduo trabalho de pesquisa envolvendo mulheres principalmente da Vila Remo, os resultados eram divulgados na imprensa e nos meios de comunicação, a carta foi divulgada as autoridades em 1975. (DINIZ. 2015, p.2359)

Após estas importantes articulações, como foi o movimento contra a Carestia, o “Clube das Mães”, modo que encontraram para camuflar suas ações devido ao regime militar, passa a lutar por sua institucionalização. Quando ocorre a abertura democrática do Estado. É importante dar ressalva ao depoimento supracitado de Neide, pois ela traz o registro de que estas mulheres estiveram junto à luta pela reabertura democrática, atuando na construção da política setorial da saúde “*Não tinha o SUS. Em 1988 que foi ter o SUS. (...) Encontrei com médicas e fui ajudar a criar o SUS em Brasília. A gente foi lutar pelo primeiro conselho da condição feminina em Brasília, com o governo da repressão e nós estávamos lá.*” (RAIMUNDO. 2014, p. 124).

Em 1987 cria-se a “*Associação Popular de Mulheres do Campo Limpo e adjacências*” (UPM) (RAIMUNDO. 2014). A UPM está ativa até os dias atuais. Possui Estatuto e um Tutorial

O Tutorial da UPM – em construção permanente –, pensado especialmente para ampliar a visão dos trabalhadores sobre os projetos em andamento, assegura no trecho inicial que a UPM é um movimento popular comprometido com as lutas populares e com a construção de novos valores para a constituição de outra sociedade, tendo como horizonte os princípios da educação popular e da Economia Solidária. Na sequência lê-se: “somos uma organização anticapitalista e não acreditamos nos valores desta sociedade, pois são pautados no lucro, no dinheiro. Não queremos ser incluídos ou incluir alguém. Estamos construindo outros valores que preservem as relações humanas. Assim construiremos outra sociedade, mais solidária”. (RAIMUNDO. 2014, p.127)

É uma associação que desempenha ações com recortes sociais. Deste modo suas atividades são voltadas para: Idosos; mulheres; crianças, adolescentes e jovens; saúde; Cultural e Pedagógica, profissionalizante e sustentabilidade. (RAIMUNDO. 2014). A associação apoia e auxilia a estruturação de novos coletivos, como é o caso da Agência Popular Solano trindade e Banco Comunitário União Sampaio.

A associação ganharia nos finais dos anos 1980 mais um aliado para travar a batalha, mas agora no campo das ideias. O rap chegava às periferias e somaria na luta periférica.

2.2 O Rap²⁴

“A toda comunidade pobre da zona sul”

Fim de semana no Parque
Racionais MC’s

No Brasil, as expressões artístico-culturais advindas das camadas populares – mais especificamente, dos pobres e negros moradores de quilombos, cortiços, favelas e periferias das cidades – foram historicamente perseguidas. A capoeira na era colonial e imperial (REIS. 1994), o samba na República (GUIMARÃES. 1998) e o Rap no século XX em hipotético Estado democrático de direito.

O estilo musical Rap tem na região sul da cidade uma importância peculiar, ele se insere no país na década de 1980, nacionalizando-se em 1990. Década da qual traçamos sucintamente o cenário da cidade.

Com o advento de uma onda neoliberal, importada pelos países centrais do capitalismo (Inglaterra e EUA), vimos que a reestruturação geral da acumulação capitalista (MONTAÑO e DURIGUETTO. 2010) estava em marcha e o Estado brasileiro, subalterno às potências econômicas, seguia as cartilhas internacionais.

A periferia da região sul da cidade que outrora foi palco de perseguição pelo regime, confrontando-o na luta por direitos básicos, é contínuo alvo de ataques da dominação burguesa. Em Montañó e Duriguetto (2010) vemos que a ordem capitalista permitia às nações uma falsa democracia em um Estado de Direito, porém, a luta e resistência na periferia estavam imbricadas em seus sujeitos (D’ANDREA. 2013) e pela via da expressão artística, jovens, negros e periféricos seriam os porta-vozes das mazelas locais e acabariam se colocando ao embate à ideologia neoliberal que se tentava instalar nas mentes dos periféricos.

Para melhor análise deste período e da presença da “veia artística” como um fator de continuidade à luta periférica, dividiremos em dois subtópicos nossa abordagem ao Rap: 1) A construção de uma hipótese de como se operou o processo de difusão da ideologia neoliberal na periferia, na tentativa de nos responder como na década de 1990, menos de duas décadas depois da histórica luta por direitos em plena era da repressão ditatorial, esta memória aparentemente foi alienada e fez com que a periferia sangrasse

²⁴ A respeito da origem deste estilo musical e seu histórico, recomendamos a leitura dos trabalhos utilizados nesta pesquisa: D’Andrea (2013); Silva (1998); Silva (2012) e Guimarães (1998).

violentamente com um número alarmante de homicídios e 2) a presença da veia artística, na linguagem do Rap, que traz ao cotidiano violento da periferia, questionamentos, normas e condutas a serem seguidas. Forma em que a juventude periférica da época encontrou para ampliar o debate sobre a problemática da violência.

2.2.1 A operacionalização ideológica neoliberal na periferia

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social levou, na definição de toda a realização humana, a uma evidente degradação do ser em ter. A fase presente da ocupação total da vida social em busca da acumulação de resultados econômicos conduz a uma busca generalizada do ter e do parecer, de forma que todo o «ter» efetivo perde o seu prestígio imediato e a sua função última. Assim, toda a realidade individual se tornou social e diretamente dependente do poderio social obtido. Somente naquilo que ela não é, lhe é permitido aparecer.

A sociedade do Espetáculo
Guy Debord

O ideário (neo) liberal (BEHRING e IVANETE. 2009) era disseminado no país na época da primeira eleição direta pós-regime militar. Pregava-se o estado mínimo. O documentário de Tendler (2014) “*Privatizações: A distopia do capital*” relembra a disseminação do ideário neoliberal pela mídia hegemônica. Ainda no documentário, se resgata a publicidade na era Collor sobre o Estado, representado pela figura de um elefante, tentava-se disseminar a ideia de que o Estado era pesado, custoso e ineficiente, pretexto às privatizações, esta que era uma das três frentes do ataque neoliberal (MONTAÑO e DURIGUETTO. 2010)

Mas como então na periferia, local opaco (SANTOS e SILVEIRA. 2006) em que historicamente a presença do Estado é mínima, a não ser pelo seu aparato de segurança pública, poderia se lançar o pensamento neoliberal às mentes e corações periféricos?

(...) A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo.

(...) As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As

ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; por tanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX. 2007, p.47)

Em uma paráfrase sucinta de Marx, é a burguesia local que irá planejar a germinação territorial da ideologia neoliberal. A dominação burguesa opta “*por um tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa.*”. (FERNANDES. 2006, p.353)

Mero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reorientando, espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa. Isso explica, sociologicamente, como e por que a dominação burguesa se erige no alfa e no ômega não só da continuidade do modelo imperante de transformação capitalista como, ainda, da preservação e alteração da ordem social correspondente. (FERNANDES. 2006. P353)

A operação desta germinação ideológica nas periferias na década de 1990, época em que se registram as maiores taxas de homicídios, ser dá por valores (neo) liberais (D’ANDREA. 2013) que a burguesia difunde. Suas características em síntese eram:

- a) **Predomínio do individualismo.** Os liberais consideram o indivíduo (e não a coletividade) como sujeito de direito, de modo que os direitos civis foram os primeiros a ser reconhecidos pelo Estado liberal do século XVIII, pois a liberdade de ir e vir, de adquirir e comercializar propriedade era um requisito fundamental para instituir a sociedade de classe.
- b) **O bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo.** Para os liberais, cada indivíduo deve buscar o bem-estar para si e para a sua família por meio da venda de sua força de trabalho no mercado. Assim, não cabe ao Estado garantir bens e serviços públicos para todos. Nessa perspectiva, cada um, individualmente, deve garantir seu bem-estar, o que levaria a todos os indivíduos a atingir uma situação de bem-estar. Tal princípio se funda em outro – a liberdade em detrimento da igualdade.
- c) **Predomínio da liberdade e competitividade.** A liberdade e a competitividade são entendidas como forma de autonomia do indivíduo para decidir o que é melhor para si e lutar por isso. Os liberais não reconhecem que a liberdade e a competitividade não assegurariam a igualdade de condições nem a oportunidade para todos.
- d) **Naturalização da miséria.** Os liberais veem a miséria como natural e insolúvel, pois decorre da imperfectibilidade humana, ou seja, a miséria é compreendida como resultado da moral humana e não como resultado do acesso desigual à riqueza socialmente produzida.
- e) **Predomínio da lei da necessidade.** Baseados nas teses Malthusianas, os liberais entendem que as necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas, pois sua manutenção é um instrumento eficaz de controle do crescimento populacional e do consequente controle da miséria.
- f) **Manutenção de um Estado mínimo.** Para os liberais, o Estado deve assumir o papel “neuro” de legislador e árbitro, e desenvolver apenas ações complementares ao mercado. Sua intervenção deve restringir-se a regular as relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado.

- g) **As políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício.** Para os liberais, o Estado não deve garantir políticas sociais, pois os auxílios sociais contribuem para reproduzir a miséria, desestimular o interesse pelo trabalho e geram acomodação, o que poderia ser um risco para a sociedade e o mercado.
- h) **A política social deve ser um paliativo.** Como, na perspectiva liberal, a miséria é insolúvel e alguns indivíduos (crianças, idosos e deficientes) não têm condições de competir no mercado de trabalho, ao Estado cabe apenas assegurar assistência mínima a esses segmentos, como um paliativo. A pobreza, para os liberais, deve ser minorizada pela caridade privada. (BEHRING e IVANETE. 2010, p.62)

E como estes valores foram veiculados na periferia pela burguesia? Compreendemos que para se operacionalizar a difusão de valores do Estado burguês, uma vez que apenas a repressão do Estado alcança o território majoritariamente, seria necessária a “ampliação do Estado” no território. A centralidade teórica do “Estado ampliado” em Gramsci é encontrada em Coutinho (1992)

(...) o Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado de coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc (COUTINHO. 1992, p.72)

A sociedade civil, em um aparelho privado de hegemonia especificamente burguês, cumpre o papel de levar os valores que o Estado pretende disseminar para assegurar um consenso e garantir sua dominação, *“Irmão, o demônio fode tudo ao seu redor/ Pelo rádio, jornal, revista e outdoor/ Te oferece dinheiro, conversa com calma/ Contamina seu caráter, rouba sua alma/ Depois te joga na merda sozinho/ Transforma um preto tipo A num neguinho”* (RACIONAIS MC’S. 1997)

(...) o que especifica essa sociedade civil é o ato de, através dela, ocorrerem relações sociais de direção político-ideológico, de hegemonia, que - por assim dizer- "completam" a dominação estatal, a coerção, assegurando também o consenso dos dominados (ou assegurando tal consenso, ou hegemonia, para as forças que querem destruir a velha dominação).

Vemos assim que a sociedade civil tem, por um lado, uma função social própria: a de garantir (ou de contestar) a legitimidade de uma formação social e de seu Estado, os quais não têm mais legitimidade em si mesmos carecendo do consenso da sociedade civil para se legitimarem. E, por outro, que ela tem uma materialidade social própria: apresenta-se como um conjunto de organismos ou de objetivações sociais, diferentes tanto das objetivações da esfera econômica quanto das objetivações do Estado *strictu sensu*. Digamos que, entre o Estado que diz representar o interesse público e os indivíduos atomizados no mundo da produção, surge uma esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si. Essa esfera intermediária é precisamente a sociedade civil, o campo dos aparelhos privados de hegemonia, o espaço da

luta pelo consenso, pela direção político-ideológico (...). (COUTINHO. 2011, p.16)

O nosso debruçar sobre a esfera da sociedade civil em Gramsci a partir de dois ensaios de Coutinho (1992) e (2011) nos leva a apontar que o processo histórico que faz emergir esta categoria de organização cultural se mostra, dentro do processo histórico, como um campo complexidades.

Na citação acima vimos que a sociedade civil, na categoria de Estado ampliado de Gramsci pode vir a ser elemento da dominação estatal, mas se regressarmos ao ponto histórico em que Gramsci vê emergir a sociedade civil, com a laicização do Estado, observamos que a sociedade civil em suas instâncias de legitimação ideológica, possuem uma relativa autonomia para travar embates a ideologia dominante, como a do Estado, por exemplo.

Com as revoluções democrático-burguesas, com o triunfo do liberalismo, acontece um fato novo: o que poderíamos chamar de laicização do Estado. As instâncias ideológicas de legitimação passam a ser algo "privado" com relação ao "público": o Estado já não impõe uma religião, ou uma visão do mundo em geral; a religião deve conquistar consciências, deve confrontar-se, entrar em luta contra outras ideologias, contra outras visões do mundo. Criam-se assim, enquanto portadores materiais dessas visões de mundo, o que Gramsci chama de aparelhos 'privados' de hegemonia. (COUTINHO. 2011, p.15)

Neste ponto conseguimos apreender o movimento histórico em marcha. Pois é em pleno período em que os países centrais do capitalismo decidem difundir o neoliberalismo como ideologia que observamos uma alteração hierárquica na igreja católica.

É fundamental aqui destacarmos o importante papel que tiveram as CEB's no despertar para a luta política de diversos segmentos das classes trabalhadoras. Sua importância perde força com a mudança política do Vaticano na década de 1980, que "afastava os fiéis do compromisso com a luta diária por sua libertação política e enfatizava a visão da salvação espiritual, pessoal e individual" (MONTAÑO E DURIGUETTO. 2010, p. 275)

Tratar-se-ia da repetição histórica que de trágica foi à farsa? (MARX. 2011). O abandono das Comunidades Eclesiais de base pela Igreja, órgão fundamental nas lutas de 1970 e início da década de 1980 é acompanhado pelo abandono de setores da esquerda nos sindicatos, associações de bairros e a rede comunitária que havia na periferia da região sul. Identificada em D'Andrea (2013) por agentes políticos do partido dos trabalhadores.

O desaparecimento da movimentação política engendrada pelo PT nas periferias de São Paulo e o fim das discussões fomentadas pelas CEB's foram fatores fundamentais para a falta de representatividade política que passou a assolar os bairros populares na época. A perda destes referenciais é sentida até hoje, e nunca mais as periferias urbanas voltaram a fervilhar politicamente com

a mesma intensidade como ocorreu nos anos 1980 e em grande parte devido à ação destes dois agentes. É bem verdade que outras formas de fazer político estão em curso. (D'ANDREA. 2013, p. 51)

A mudança na postura ideológica da igreja, os abandonos aos sindicatos e organizações de bairro pelos partidos políticos são dois fatores que contribuem para que a ideologia neoliberal se coloque em processo de disseminação na periferia.

Acreditamos que neste processo outros aparelhos privados de hegemonia²⁵ estiveram atuando concomitantemente junto aos dois anteriores citados. O breve enfoque que daremos aqui será na “*organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc)*” (COUTINHO. 1992, p.14) em nosso entendimento, um dos aparelhos privados de hegemonia que chegam à periferia, “sem precisar estar de fato lá”. A nova relação social entre as classes se estabelece em um espetáculo

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens.

O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu *instrumento de unificação*. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo *separado*, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada.

O espetáculo não pode ser compreendido como abuso do mundo da visão ou produto de técnicas de difusão massiva de imagens. Ele é a expressão de uma *Weltanschauung*, materialmente traduzida. É uma visão cristalizada do mundo. O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante.

Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna. (DEBORB. 2003, p. 10)

Consideramos que este modo de insemear valores e por sua vez intensificar o processo de mistificação (MÉSZÁROS. 2014) à população, tenha sido o mais sofisticado que a classe dominante encontrou para conseguir executar seus projetos de mudança na reestruturação de acumulação de capital. “O *espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se torna imagem.*” (DEBORB. 2003, p.20). A força potencial de suas “inversões práticas e ideológicas” (MÉSZÁROS. 2014) além de sofisticadas são predominantes.

²⁵ O Jornal “Notícias Populares” é exemplo de aparelho privado de hegemonia que se adentrou na periferia, legitimando o estigma local, o histórico do jornal pode ser encontrado em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noticias-populares>

O poder da ideologia predominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, “consensualmente”, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários a seus interesses vitais. Nesse aspecto, e em muito outros, a situação das ideologias em disputa decididamente não é simétrica. As ideologias críticas que tentam negar a ordem estabelecida não podem mistificar seus adversários pela simples razão de que não têm nada a oferecer – por meio de suborno e de recompensas pela acomodação – àqueles que já estão bem estabelecidos em posições de comando, conscientes de seus interesses imediatos tangíveis. Por isso, o poder da mistificação sobre o adversário é um privilégio da ideologia dominante e só dela. (MÉSZÁROS. 2014, p.472)

A operacionalidade ideológica pelo cerne da espetacularização (DEBORB. 2003.) e mistificação (MÉSZÁROS. 2014) impacta o território seguindo a métrica do que Mézàros (2014) denominou “*inversões práticas e ideológicas*”, compreendidas por nós como a violência que se tornou banal no território.

Ela se dá em dois aspectos: 1) Pela contínua repressão do Estado coercitivo. O esquadrão da morte, poder extra-estatal presente nas periferias na época do regime militar e que se desdobrava em milícias.

A atuação destes grupos de extermínio foi registrada nas letras de Rap escrita por jovens, negros e periféricos durante o período. A história destas milícias torna-se também, como vimos em Guedes (2007) literatura. Constituíam-se assim o estigma periférico.

*E estamos acostumados a conviver com más notícias / Assassinatos causados por Ganges de polícia / Na Avenida São Miguel três corpos foram encontrados fuzilados / RDS, MOL e CGP/ Que aparentavam menores de 18 anos todos de cor parda / E foi mais um fato/ Que com certeza por muitos foi esquecido / Talvez menos por nós / Por termos sido criados no meio da maldade / Onde matar é honra de sua personalidade / E eu vou/ Citar alguns nomes pra vocês acreditarem/ **Pé de pato/ Cabo Bruno/ Conte Lopes** passaram por lá/ "Cheios de razões e calibres em punho" / Somente pra matar. (Consciência Humana. 1995)²⁶*

Cabe fazer a ressalva de que duas das três milícias (citadas na letra acima) que atuavam na periferia tinham nome de oficiais da segurança pública de São Paulo, sendo que hoje um deles, Conte Lopes, é vereador na cidade de São Paulo.

2) E uma violência praticada nas periferias por seus pares dada no cotidiano por “*motivos fúteis*” (FERREIRA. 1998)

²⁶ “*Consciência Humana*” é um grupo de Rap da região Leste da cidade de São Paulo, junto ao livro “*Rota 66*” têm se mais uma evidência empírica de que os grupos de extermínio cobriam toda a região periférica da cidade.

As histórias com motivos fúteis podiam envolver bandidos. Mas a sua principal característica era de que os motivos que levaram à morte não estavam ligados a interesses do mundo do crime (disputa pelo poder local, divisão de produto ou dinheiro roubado.). Eles se relacionaram às discussões cotidianas. (FERREIRA. 1998, p.73)

O estudo de Ferreira (1998) traz diversos casos de óbitos dentro do cotidiano periférico, onde pequenos desagravos tornam-se estatística. As dificuldades enfrentadas e até mesmo a violência policial em 1970 e 1980, força motriz de mobilização não incide no território em 1990 com a mesma pulsão.

Um desses casos acontece no COHAB Adventista (Capão Redondo), a dona da casa onde se deram os fatos testemunhou: “Entrou repentinamente, ninguém conhecia, queria pinga/ ninguém bebia/ sacou o revólver/ sem mais nem menos deu um tiro. Atingiu as costas de Reginaldo, que ficará paralítico. Tentou fugir, foi detido por transeuntes/” O réu estava bêbado e exigiu a pinga, mas ninguém bebia na casa. Após de atirar e quase matar Reginaldo, o réu tentou fugir. Entretanto ele foi pego por moradores que queriam linchá-lo. Ele só conseguiu se salvar porque o policial militar dispersou a multidão e o prendeu em flagrante. (FERREIRA. 1998, p. 75)

Compreendemos que a queima do excedente de força de trabalho começou a ser executado pelas mãos do próprio excedente de força de trabalho. *“Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.”* (MARX. 2010, p.80). A sociabilidade alienante desumaniza os homens e os tornam seus próprios algozes. A tônica capitalista de competição do mundo do trabalho chega ao cotidiano da vida periférica.

Os valores neoliberais foram disseminados, as relações sociais se desumanizam, o individual sobrepuja-se ao coletivo. A meritocracia apresenta-se como uma novidade e o estilo de vida burguês um parâmetro a ser alcançado.

Um discurso de prosperidade se impunha sobre toda a sociedade. Tal discurso reverberava em muitos estratos sociais pregando o *“faça você mesmo”* e o empreendedorismo no plano econômico. Impulsionados pela possibilidade de aquisição de produtos importados, o consumismo e a ostentação se colocaram como balizadores das relações sociais. Condutas individualistas eram estimuladas e tudo aquilo que denotasse ser comum ou público era criticado em nome das vantagens do privado. A partir desse discurso, passam a ser justificados os condomínios fechados, a privatização da gestão urbana e a substituição dos serviços públicos pelos serviços privados, por meio do desmonte do Estado, dentre outras medidas. (D’ANDREA. 2013, p. 54)

Neste aspecto, a ideologia em Marx (2007) se apresenta como fato. *“Se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.”* (MARX. 2007, p. 94)

Este é o chão que se encontra o Rap na década de 1990 e torna-se um estilo musical de relevância, no que concerne a levantar questionamentos sobre o modo de sociabilidade observado no cotidiano periférico e se colocando no campo da batalha das ideias.

2.2.2 Organização cultural: Quando sujeitos da crítica ideológica entram em cena²⁷

*“A nossa filosofia é sempre transmitir
A realidade em si
Racionais MC’s”*

Pânico na zona sul
Racionais MC’s

A crítica à lei geral da acumulação capitalista e por sua vez, ao modo de sociabilidade que ela produz, foram “dichavadas”²⁸ via “organização cultural” (COUTINHO.2011) que surgia na periferia. No final da década de 1980 o rap chegava ao país e em 1990 emergia nas periferias, os “*Racionais MC’s*”²⁹. Nas considerações de (SOUZA. 2012) os “*intelectuais de periferia*”.

A burguesia, conhecida como classe nobre/ Tem nojo e odeia a todos nós,
negros pobres/ Por outro lado, adoram nossa pobreza/ Pois é dela que é feita
sua maldita riqueza/ Beco sem saída!/ “-É, meu mano KL Jay./ O poder mente,
ilude, e domina a maioria da população,/ Carente da educação e cultura./ E é
dessa forma que eles querem que se proceda. Não é verdade?”/ “-É, pode crê!”
(RACIONAIS MC’S. 1990)

A letra é da música “*Beco sem saída*”, do álbum “*Holocausto urbano*” de 1990. A sensibilidade de captar o movimento real e trazê-lo como crítica em uma linguagem artística criada na periferia para os periféricos é o que faz deste grupo um referencial neste estilo musical, assim como o suporte para levantar questionamentos e lutar contra a desumanização das relações que estavam dizimando a população periférica, seja por “motivos fúteis”, por “justiceiros” ou “matadores” (FERREIRA. 1998) como o título do primeiro álbum lançado na década de 1990 sugere um: “*Holocausto urbano*”. Temática retratada na letra “*Pânico da zona sul*” do mesmo álbum.

²⁷ Organização Cultural de Gramsci, analisada por Coutinho (2011); Crítica ideológica de Mészáros (2014) e o “entrar em cena” de Sader (1988). Estamos no campo eclético?

²⁸ Neologismos advindos do processo de formação política pelos membros do “Movimento Cultural das Periferias”

²⁹ Em Silva (1998); Souza (2012); D’Andrea (2013) têm-se as análises do rap no Brasil e a história do grupo “Racionais MC’s”

Justiceiros são chamados por eles mesmos/ Matam humilham e dão tiros a esmo/ E a polícia não demonstra sequer vontade/ De resolver ou apurar a verdade/ Pois simplesmente é conveniente/ E por que ajudariam se eles os julgam delinquentes/ E as ocorrências prosseguem sem problema nenhum/ Continua-se o pânico na Zona Sul (...) / Eu não sei se eles/ Estão ou não autorizados/ De decidir que é certo ou errado/ Inocente ou culpado retrato falado/ Não existe mais justiça ou estou enganado?! Se eu fosse citar o nome de todos que se foram/ O meu tempo não daria pra falar MAIS... / Eu vou lembrar que ficou por isso mesmo/ E então que segurança se tem em tal situação/ Quantos terão que sofrer pra se tomar providência/ Ou vão dar mais algum tempo e assistir a sequência/ E com certeza ignorar a procedência (...) (RACIONAIS MC'S. 1990)

Estes quatro jovens, negros e periféricos, junto a um grande grupo, se reúnem para fazer arte crítica. Neste período que nos dedicamos a analisar, são três álbuns lançados: “*Holocausto urbano*” (1990); “*Raio X do Brasil*” (1993) e “*Sobrevivendo no inferno*” (1997).

O rap vem ocupar um local de luta nas periferias. Agora o espaço dos embates se potencializa pela via da cultura, protagonizados por sujeitos periféricos (D'ANDREA. 2013). Este grupo simboliza a continuação da luta periférica, mas agora pela via da organização da cultura, no referente período.

Embora Gramsci tenha usado apenas esporadicamente o termo, me parece indicar um momento necessário do seu sistema categorial; ele vê que, numa força social de tipo "ocidental", a **organização da cultura** já não é algo diretamente subordinado ao Estado, mas resulta da própria trama complexa e pluralista da sociedade civil. Mais que isso aparece como um momento necessário da articulação e da afirmação da própria sociedade civil. Desse modo, os intelectuais já não são mais necessariamente ligados ao Estado ou aos seus aparelhos ideológicos; eles podem se articular agora com essa esfera de organismos "privados", exercendo suas atividades (e, entre elas, a de lutar pela hegemonia política e ideológica do grupo social que representam) *através* e *no seio* dessas formas autônomas de criação e de difusão da cultura. A "organização da cultura", em suma, é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo. (COUTINHO. 2011, p. 17)

O produtor do grupo, Milton Sales, vê no Rap e os demais elementos do Hip Hop uma potência de luta, uma arte crítica que veio para transformar a cultura do país.

Em 1988, foi criado, na cidade de São Paulo, o Movimento Hip Hop Organizado (MH2O), iniciativa do produtor musical Milton Sales. — O que me motivou a criar o MH2O foi a possibilidade de fazer uma revolução cultural no país. A ideia principal foi fazer do MH2O um movimento político através da música (...). (SILVA.2012, P.71)

Este movimento, que tem como expoente o grupo de rap Racionais MC's, se coloca neste campo antagônico de classes e etnias, que por um lado têm a classe dominante branca alcançando a tal ponto o processo de acumulação a ponto de se tornar

imagem, que mediatiza as relações sociais, falseando a consciência e fragmentado o mundo em uma unificação “*que não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada.*” (DEBORD. 2003, p. 10) em um processo de inversões práticas/materiais e intelectuais/ideológicas de sua mistificação (MÉSZÁROS. 2014) e por outro a classe trabalhadora periférica³⁰ que está inserida no processo de determinações históricas que trará à tona a resposta prática a esta operacionalização ideológica.

Apenas as determinações concretas do ser social, manifestadas nas circunstâncias históricas prevaletentes sob a forma de *forças sociais* antagonicamente opostas (...), podem apresentar a solução *prática* também para os dilemas aparentemente insolúveis e para os “mistérios” dos *pontos de vista sociais* mutuamente opostos, isto é, o “ponto de vista do capital” (ou o “ponto de vista da economia política”) colocado em contraposição ao “ponto de vista do trabalho”(...) Por isso, o “ponto de vista da humanidade social” – que antecipa a resolução desse antagonismo (...). Deve ser concebido como um empreendimento intensamente *prático*, que busca a *verdade*, isto é, a prova “da *realidade* e do *poder* de seu pensamento, a prova de que seu pensamento é *deste mundo.*”.

É por isso que a crítica da ideologia se torna inseparável da busca por *autonomia* e *emancipação* – na verdade, as duas coisas são em grande medida idênticas. E é por esse motivo que não se pode se esgotar na condenação unilateral e totalmente idealista da ideologia como “falsa consciência”, a cuja produção esse ser mentiroso e autoenganador, compulsivo e incurável – a “consciência social” – se dedica como a seu passatempo favorito. (MÉSZÁROS. 2014, p. 461)

Nesse espaço de lutas, o grupo faz de sua crítica ideológica uma “arma” contra as inversões práticas/materiais e intelectuais/ideológicas que atuam no território, na quebra da espetacularização das relações sociais dadas no campo das imagens pela mídia hegemônica e da objetivação, alienação e estranhamento de suas vidas decorrentes do processo de trabalho “*Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa.*” (MARX. 2010) resultado da disseminação de valores neoliberais que desumanizam os homens em suas relações sociais.

A letra “*Mano na porta do bar*” do álbum de 1993 “*Raio X do Brasil*”, é emblemática para ilustrar nossa assertiva.

A música conta a história de um rapaz simples e humilde, alvo do processo de mistificação, e visa “prosperar” na vida, porém nas favelas o modo “fácil” e “rápido” de ascensão social, procurada pelo personagem da história é pela via do tráfico de drogas, como retrata a letra

³⁰ Encontramos um consenso em Silva (1998), Raimundo (2017) e D’Andrea (2013) a respeito da categoria periférico, ela é a junção da complexidade que extrapola os conceitos geográficos tornando-se uma identidade.

Você viu aquele mano na porta do bar/ Jogando um bilhar descontraído e pá/
Cercado de uma pá de camaradas/ Da área uma das pessoas mais consideradas/
Ele não deixa brecha, não fode ninguém/Adianta vários lados sem olhar quem/
Tem poucos bens, mais que nada,/ Um fusca 73 e uma mina apaixonada/ Ele é
feliz e tem o que sempre quis/ Uma vida humilde, porém sossegada/ Um bom
filho, um bom irmão,/ Um cidadão comum com um pouco de ambição/ Tem
seus defeitos, mas sabe relacionar/ Você viu aquele mano na porta do bar...

Você viu aquele mano na porta do bar/ Ultimamente andei ouvindo ele
reclamar/ Da sua falta de dinheiro era problema/ Que a sua vida pacata já não
vale a pena/ Queria ter um carro confortável/ Queria ser uma cara mais notado/
Tudo bem até aí nada posso dizer/ Um cara de destaque também quero ser/ Ele
disse que a amizade é pouca/ Disse mais, que seu amigo é dinheiro no bolso/
Particularmente para mim não tem problema nenhum/ Por mim cada um, cada
um/ A lei da selva consumir é necessário/ Compre mais, compre mais/ Supere
o seu adversário,/ O seu status depende da tragédia de alguém./ É isso,
capitalismo selvagem/ Ele quer ter mais dinheiro, o quanto puder/ Qual que é
desse mano ?/ Sei lá qual que é/ Sou Mano Brown, a testemunha ocular/ Você
viu aquele mano na porta do bar...

Você viu aquele mano na porta do bar/ Ele mudou demais de uns tempos para
cá/ Cercado de uma pá de tipo estranho/ Que promete pra ele o mundo dos
sonhos/ Ele está diferente não é mais como antes/ Agora anda armado a todo
instante/ Não precisa mais dos aliados/ Negociantes influentes estão ao seu
lado/ Sua mina apaixonada, linda e solitária/ Perdeu a posição agora ele tem
várias.../ Várias mulheres, vários clientes, vários artigos,/ Vários dólares e
vários inimigos./ No mercado da droga o mais falado/ O mais foda, em menos
de um ano subiu de cotação/ Ascensão meteórica, contagem numérica,/ Farinha
impura, o ponto que mais fatura/ Um traficante de estilo, bem peculiar/Você
viu aquele mano na porta do bar (RACIONAIS MC'S. 1993)

O desfecho da história é mais um número, advindo da região periférica, na estatística do Sistema de Informações Criminais (Infocrim). O antes e o depois da “mistificação” de um periférico, que, para conquistar um status depende da “tragédia alheia”. Sendo que o poder de mistificação está no campo ideológico da classe dominante, como vimos em Mészáros (2014).

As ideologias críticas que tentam negar a ordem estabelecida não podem mistificar seus adversários pela simples razão de que não têm nada a oferecer – por meio de suborno e de recompensas pela acomodação – àqueles que já estão bem estabelecidos em posições de comando, conscientes de seus interesses imediatos tangíveis. Por isso, o poder de mistificação sobre o adversário é um privilégio da ideologia dominante e só dela. (MÉSZÁROS. 2014, p.472)

Deste modo, como a crítica ideológica pode ser efetiva, levando em conta essa condição assimétrica? Nossa hipótese sobre a funcionalidade da crítica ideológica no espaço de luta das ideias contra a disseminação ideológica neoliberal está em Bakhtin (2010). Em sua investigação sobre as problemáticas que o marxismo encontrou na filosofia da linguagem, oferecendo como “única saída” a concepção da *filosofia do signo ideológico* como método sociológico marxista.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

O valor exemplar, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica já deveriam nos fornecer razões suficientes para colocarmos a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias. É precisamente, palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica.

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro. Cada um dos demais sistemas de signo específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhes são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. (BAKHTIN. 2010, p.37)

As funções ideológicas dos signos, que encontram suporte nas letras, são utilizadas pelos *rappers*, uma vez que o poder hegemônico da ideologia dominante possui condições materiais maiores de veicular e propagar valores.

A situação assimétrica da crítica ideológica (MÉSZÁROS. 2014) encontra nas palavras, principalmente, o suporte para travar o embate às ideias hegemônicas.

No álbum de 1997, “*Sobrevivendo no inferno*” a função ideológica que o narrador atribui às palavras podem ser analisadas na letra da música “*Capítulo 4 – Versículo 3*”

Meu estilo é pesado e faz tremer o chão/ Minha palavra vale um tiro e eu tenho muita munição (...)

Como um ataque cardíaco/ No verso/ Violentamente pacífico/ Verídico/ Vim pra sabotar seu raciocínio/ Vim pra abalar o seu sistema nervoso e sanguíneo/ Pra mim ainda é pouco/ Brown cachorro louco/ Número 1 dia/ Terrorista da periferia/ Uni-duni-tê/ O que eu tenho pra você/ Um rap venenoso ou uma rajada de PT/ E a profecia se fez como previsto/ 1. 9. 9. 7, depois de Cristo/ A fúria negra ressuscita outra vez/ Racionais capítulo 4 - versículo 3 (RACIONAIS MC’S. 1997)

As condições miseráveis e violentas na periferia; a inserção de um novo estilo musical de caráter reivindicatório no país, apreciado pelos jovens periféricos; a suplantação perversa de uma sociabilidade no território e as condições materiais limitadas da organização cultural na periferia potencializam o uso da palavra como crítica ideológica.

(...) a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda a criação ideológica, seja ela qual for.

A palavra acompanha e comenta todo o ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não-verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele. (BAKHTIN. 2010, p.38)

Retomando Mézàros estas são “*as determinações concretas do ser social, manifestadas nas circunstâncias históricas prevalentes sob a forma de forças sociais*

antagonicamente opostas” (MÉSZÁROS. 2014, p. 461) que apresentam ao território “a solução prática para os dilemas aparentemente insolúveis e para os “mistérios” dos pontos de vista sociais mutuamente opostos” (ibdem)

A cultura periférica é assim o espaço privilegiado que os sujeitos periféricos encontram para se colocar na arena da luta de ideias. Realizando a crítica ideológica dentro da esfera social da cultura.

Dão continuidade ao caráter questionador e contestatório da ordem vigente, e, neste espaço tempo que analisamos, dedicam-se a despertar a população, que imbuída na espetacularização das relações sociais, reproduzem os valores neoliberais.

Em meio a tantas armas de que esses jovens podem lançar mão, escolheram a mais eficaz: a cultura. A cultura hip hop – afinal, a cultura não é propriedade da academia, do governo, da burguesia – pertence àquele que é capaz de produzi-la. Então se constata um fenômeno sociocultural em que, rejeitando a sedução do — ouro de tolo oferecido pelo monopólio da indústria fonográfica fabricante de modismos comportamentais, muitos desses jovens organizam-se em posses, Brasil afora, realizando estudos e eventos, produzindo arte, interferindo na linguagem e na metodologia educacional, reivindicando políticas públicas e propondo resistência, independência, autenticidade, atitude. (Faustino *Apud* Silva. 2012, p.77)

A palavra como arma ideológica é, nos anos finais de 1990 e início dos anos 2000, utilizada em outra linguagem artística: “a Literatura Periférica”.

Periferia que se torna um signo ideológico por excelência utilizada pela organização cultural no território. Consenso em Silva (2012), D’Andrea (2013), Duarte (2016) e Raimundo (2017).

A literatura periférica é tema de nosso próximo tópico.

2.3 “É tudo nosso!”: Da Literatura Periférica à disputa orçamentária

“Lá no interior eu era mais feliz, tinha paz mental. Gozava a vida e não tinha nenhuma enfermidade. E aqui em São Paulo, eu sou poetisa!”

Carolina Maria de Jesus

A literatura periférica produzida nos finais dos anos 1990 até os dias atuais se dá na emergência de uma gama de escritoras e escritores que se valeram das experiências periféricas de coletividade para que, em conexões extras literárias (NASCIMENTO 2009), houvesse fortalecimento do grupo, da produção e circulação de suas obras, respectivamente.

Entende-se que não por acaso cada edição de literatura marginal em revista foi apresentada como um ato e trouxe à cena cultural, de maneira coletiva, escritores que já haviam publicado livros nos anos de 1990 e autores em início de carreira, todos originários das periferias. Para que essa ação coletiva se realizasse e tivesse continuidade, a mobilização de uma rede de conexões extraliterárias por parte dos escritores envolvidos foi determinante.

A primeira conexão importante, a revista *Caros Amigos*, foi mobilizada por Ferrez, colunista fixo do periódico desde 2000. Alguns dos aspectos que demonstram a importância da parceria entre a “*Caros Amigos*” e a produção literária periférica já foram evidenciados anteriormente: o subsídio dado ao projeto coletivo dos escritores da periferia, a difusão de determinados sentidos atribuídos à expressão literatura marginal, a primeira oportunidade de publicação para a maioria dos autores, a circulação em nível nacional dessa produção e, finalmente, a legitimação dos textos. Entretanto, no que se refere à construção das carreiras dos autores, há efeitos que não se esgotam nesses argumentos, até mesmo quando se trata de Ferrez.

Para o organizador das edições especiais *Caros Amigos/ Literatura Marginal*, por exemplo, houve a possibilidade de fazer com que autores, ainda desconhecidos, tivessem seus textos circulando nacionalmente, facilitando a projeção no campo literário de outros escritores que partilham do mesmo perfil sociológico. Ao elaborar o projeto editorial que se colocou como uma possibilidade de reversão da estigmatização atribuída aos moradores da periferia ou às suas manifestações artístico-culturais, Ferrez tornou-se o principal responsável por aglutinar escritores de diferentes regiões em torno de um projeto literário comum. (NASCIMENTO. 2009, p. 89)

A formação da literatura Marginal/periférica³¹ se dá no agrupamento de escritores em projetos diversos. Dentre estes, o que Nascimento cita acima: a reunião de escritores de um mesmo perfil sociológico (ibidem), “*em torno de um projeto literário comum*”, tendo por pivô um escritor do Capão Redondo. Estes escritores observam neste

³¹ A problematização a respeito do termo “Marginal” no campo literário são feitas em Nascimento (2009). E a problematização sobre o termo periférico no campo social é feita em D’Andrea (2013)

projeto “*uma possibilidade de reversão da estigmatização atribuída aos moradores da periferia ou às suas manifestações artístico-culturais*” (ibdem).

Em perspectiva diacrônica, em 2003, o distrito de M’Boi Mirim alocaria em um bar (Zé batidão) as apresentações semanais de um sarau advindo da Cooperativa Cultural das Periferias: A Cooperifa

Idealizada e organizada pelos poetas Sérgio Vaz e Marco Pezão, a Cooperifa se originou de uma reunião de amigos e artistas para apresentações de música, poesia e teatro numa fábrica abandonada de Taboão da Serra, em outubro de 2001. As reuniões deveriam ser bimestrais, mas logo os artistas perderam o espaço da fábrica e ficaram sem palco para se apresentar. Em novembro do mesmo ano, entretanto, o bar de um amigo comum de Sérgio Vaz e Marco Pezão, ainda em Taboão da Serra, foi cedido para que as apresentações continuassem e, assim, a Cooperativa Cultural da Periferia passou a existir como uma associação, sem registro legal, de poetas, artistas plásticos, jornalistas, atores amadores e músicos.

(...) O sarau da Cooperifa serve ainda à divulgação de eventos de cidadania e cultura da região, debates sobre temas de interesse geral (como a reforma da previdência, a luta por moradia etc.) e projetos nos quais os poetas estão envolvidos.

(...) Vaz faz questão de ressaltar que a Cooperifa, no entanto, não é espaço para artistas vaidosos, é lugar para artistas-cidadãos: aqueles interessados em trocar informações sobre literatura, acontecimentos políticos ou mobilizações sociais; comprometidos em apresentar gratuitamente seus produtos artísticos e em traduzir as injustiças sociais nas suas poesias. Por isso prevalecem apresentações com poemas, músicas e intervenções teatrais com temáticas engajadas sobre questões raciais, problemas que atingem os membros das classes populares situados em bairros periféricos, violência, desemprego, etc. – ainda que se fale também de questões abstratas, como liberdades individuais, amor e solidariedade. (NASCIMENTO. 2009, p. 255)

Ainda na perspectiva diacrônica das manifestações artístico culturais periféricas, desponta no distrito do Campo Limpo (ao lado do distrito de M’Boi Mirim onde está a Cooperifa) o “Sarau do Binho”

Com um histórico de oito anos de apresentações semanais, dão a fama e efetivaram o espaço de sua realização, o bar, um dos únicos locais públicos da periferia paulistana, com a propaganda de vender o pior pastel e a pior coxinha da cidade, as segundas-feiras regadas à poesia, cultura e cerveja, ganharam destaque nos cadernos de cultura, por, além de ser um bar, ficar na periferia, divulgar e ser palco da cultura periférica.

Movimento nascido na década de 1990, no distrito do Campo Limpo, na cidade de São Paulo, através de uma série de encontros entre amigos para ouvirem músicas e declamarem poesias. O sarau passou por diversas transformações, teve seu antecessor o primeiro bar “*Las tetas*”, o segundo bar no qual o nome ganhou força, o *BBinho*, (bar do binho) e um terceiro momento no qual o nome ganhou força, o “*BBinho*” é fechado e o sarau fica itinerante até mudar-se para o espaço “*Clariô*” de teatro na cidade de Taboão da Serra, divisa com São Paulo.

O seu anfitrião, Robinson de Oliveira Padial (o binho), 50 nanos, demonstra o caráter coletivo tanto por suas transformações quanto por suas ações agregadoras, que, dependendo do momento, podem contar com uma infinidade de colaboradores que de alguma forma contribuem para o fortalecimento do sarau. (DUARTE. 2016, p. 70)

Um exemplo concreto de ação agregadora por parte do Sarau do Binho é a FELIZS, supracitada neste trabalho. Uma feira literária que ocorre anualmente desde 2015, idealizada pelos poetas que são do sarau e que com a luta e militância que se atribuiu ao espaço, conseguiu executar suas ações literárias.

Os novos intelectuais de periferia (SILVA. 2012) se reúnem nos saraus da região e sua luta se faz cultura e sua cultura é sua luta, consideração feita por Rafael Mesquita em evento denominado “*Estética das Periferias*”³², realizado em 2012 na cidade de São Paulo no SESC Santo Amaro, uma parceria de terceiro setor (ONG Ação Educativa), Instituições públicas e privadas.

Abaixo temos a transcrição da fala de Rafael da “Agência Popular Solano Trindade”, um coletivo que promove a articulação entre coletivos, auxiliando na formação de redes periféricas.

Aí a gente vai falar um pouco assim, pegar o histórico dessa criminalização do povo né? Esse povo muita vezes dito sem produção artística né?

Ai pra isso a gente quer começar falando do pouco da formação de São Paulo que tem um pouco da formação da União Popular de Mulheres que é o espaço que a gente se organiza que dá todo o suporte pra gente, que começa a se organizar na década de 1960 com os retirantes né? De todo lugar do Brasil que vem construir São Paulo e aí alguns momentos históricos, por exemplo, que a gente considera através da nossa entidade é o golpe e o ano de 1968 com o golpe militar, onde muitas ações da periferia, muitas ações culturais eram proibidas, como a gente tá vendo agora no Rio de Janeiro hoje e na própria cidade de São Paulo também. Isso é um fato hoje, essa perseguição.

Em 1992 é um momento histórico de legalidade de alguns movimentos também né, de políticas públicas. Se começa a pensar isso em 2005 e 2010 a gente tá aqui com a Agência com todo esse trabalho que é decorrente dessa construção.

Então a União Popular de Mulheres e aí a gente pode ampliar isso pra toda a nossa periferia. Ela sempre teve voltada pras lutas populares, né, pra conquistar a suas condições básicas de vida. E essas condições básicas de vida tem a ver com a nossa cultura, a gente compreendendo cultura de uma forma antropológica: o nosso viver, o nosso querer fazer as coisas, o nosso querer ficar.

O Binho uma vez colocou pra gente, “*todo mundo fala do direito de ir e vir, mas e o direito de ficar?*” O pessoal lá do Pinheirinho queria ficar lá e daí não podia né?

Então isso faz parte da nossa cultura. A nossa luta é nossa cultura e nossa cultura é nossa luta, né?

E isso sempre em rede, que quanto mais a gente tenta trazer que isso é um movimento novo, a gente sabe que isso não é né? Tanto que os movimentos populares e culturais como, por exemplo, as redes que se tem aí de, por exemplo, de crime organizado e as redes políticas e tudo mais. Então, a organização em rede, acho que é algo que sempre fortaleceu e a União Popular de Mulheres se destacou muito nisso, por que elas sempre trabalhou fomentando os movimentos populares. E sempre também construindo valores de troca, de solidariedade né. Então a gente sempre teve as nossas manifestações com muita arte, ou seja, esses movimentos populares não são movimentos novos né? A gente vê muito tempo que existe movimento comunitário, existe movimento cultural, existe movimento operário, pelo

³² Link do último evento realizado em 2017 <http://esticasdasperiferias.org.br/2017/>

reconhecimento do povo né? Pelo reconhecimento da luta popular e da construção do povo né? Então eu me pergunto: “*o nome melhor seria estética da periferia?*” Sendo que a gente colocou como é amplo essa questão da periferia ou estética do povo oprimido, né? Por que a gente entende que na verdade ela tá muito mais relacionada a uma opressão, um povo sem espaço do que antes não tinha e não produzia (ESTÉTICAS DAS PERIFERIAS. 2012)

A produção literária nas periferias, cunhadas na cultura da luta e a luta da cultura na região sul nos Distritos de Campo Limpo e M’Boi Mirim, ganham notoriedade e despontam como fenômeno cultural nos iniciais anos de 2000, seja na articulação de escritores em um projeto editorial ou na reunião de artistas semanalmente em bares.

A força dos saraus poéticos vai para além do encontro presencial, reverberando por diversos bairros das periferias de São Paulo seu clamor por atitude e consciência. Ele se desdobra, sob diversas formas, para além da poesia. Seja virtualmente, por intermédio da internet (via blogs ou sítios temáticos), seja presencialmente, no desdobramento em múltiplos encontros culturais (BIN. 2009, p.130)

A presença de saraus nos distritos de Campo Limpo e M’Boi Mirim que reverberaram periferias à fora, faz com que os sujeitos periféricos transitem nas extremidades da cidade. No fluxo de pessoas e poesias periféricas formam-se as conexões extraliterárias (NASCIMENTO. 2009), multiplicam-se os saraus por todas as periferias da cidade e a circulação da poesia imbricada de signos ideológicos (BAKHTIN. 2010) são parte do processo de identificação periférica (DUARTE. 2006).

Dito isso, acreditamos que as expressões culturais na periferia se dão em dois movimentos dialéticos: Um movimento interno que se dá pela via artística do *estranhamento* (CHKLOVSK. 1971), experimentado pelos sujeitos que vivenciam a arte periférica nos saraus. Espaço em que se realizam as várias manifestações artísticas

E eis que para devolver a sensação da vida, para sentir os objetos, para provar que pedra é pedra, existe o que se chama arte. O objeto da arte é dar a sensação do objeto como visão e não como reconhecimento; o procedimento da arte é o procedimento da singularização dos objetos e o procedimento que consiste obscurecer a forma, aumentar a dificuldade e a duração da percepção. O ato da percepção em arte é um fim em si mesmo e deve ser prolongado; a arte é um meio de experimentar o devir do objeto, o que já é “passado” não importa para a arte. (CHKLOVSK. 1971, p. 45)

E outro movimento externo que se dá na luta da cultura e a cultura da luta dos diversos sujeitos quando buscam ampliar no território estas experiências. “*A vida da obra poética (a obra de arte) se estende da visão ao reconhecimento*” (...) (CHKLOVSK. 1971, p. 45). Este movimento dialético perpassado pelos sujeitos dentro e fora de seus territórios resulta na organização periférica na luta pela cultura na periferia.

O que acreditamos ser a continuidade do percurso trilhado pelas mulheres periféricas da região em 1960, tendo por luta a reivindicação de condições básicas de sobrevivência

(...) a cultura já era uma questão na década de 1970, apenas tomou uma importância maior devido, primeiro ao contexto mais democrático que permitiu parte da sociedade civil exigir políticas públicas específicas para essa área e segundo porque muitas reivindicações ligadas às necessidades básicas já tinham sido conquistadas. Nesse caso, não podemos esquecer inclusive a própria democracia foi também conquistada à duras penas pela periferia. (RAIMUNDO. 2017, p.144)

E do movimento do hip hop com o rap, principalmente, que frente às assimetrias ideológicas (MÉSZÁROS. 2014), faz sua crítica como organização cultural, utilizando a palavra como resposta prática ao ideário neoliberal que vinha mediatizar e mistificar as relações sociais na periferia, desumanizando-as.

Os atuais sujeitos periféricos dão continuidade à luta, agora a demanda é ter o básico para seus fazeres culturais. E a luta travada por parte destes sujeitos seria através de políticas públicas de cultura nas regiões periféricas, uma vez que, *“muitas reivindicações ligadas às necessidades básicas já tinham sido conquistadas.”* (RAIMUNDO. 2017, p.144)

Para termos ideia de como se dispõem no território equipamentos de cultura públicos e privados, reconhecidos pelo Estado³³, exibimos logo abaixo a cartografia que

³³ A democratização e descentralização por parte da gestão do Ministério da Cultura e da Secretaria Municipal de cultura pode ser observada na gestão de Juca Ferreira. Em 2015 é possível que os produtores de cultura auxiliem o Estado a montar a cartografia cultural do território, abaixo excerto da política “Mapas Culturais”

Mapas Culturais é um software livre para mapeamento colaborativo e gestão da cultura que contribui tanto para qualificar a gestão pública, ao promover mais eficiência, quanto para a sua atualização frente às novas Tecnologias da Informação e Comunicação. O sistema é alimentado de duas formas: pelo poder público, que insere na plataforma informações sobre os equipamentos culturais, programações oficiais, editais, etc.; e pela população em geral, que se cadastra como agente de cultura (individual ou coletivo) e pode divulgar suas próprias programações.

Em paralelo à lógica descentralizada na publicação de dados está a gestão hierárquica – os gestores de cultura têm a possibilidade de mediar as relações, contatos e publicação de informações realizadas na plataforma, estimular as trocas e resolver os desafios que surgirem. A ferramenta incorpora nos processos públicos as lógicas do software livre, da colaboração, da descentralização, do uso de dados abertos e da transparência. Além disso, fortalece o Plano Nacional de Cultura, pois contribui para o cumprimento e acompanhamento de algumas de suas metas ([como por exemplo as metas 2, 3 e 8](#)) e das metas dos planos estaduais e municipais.

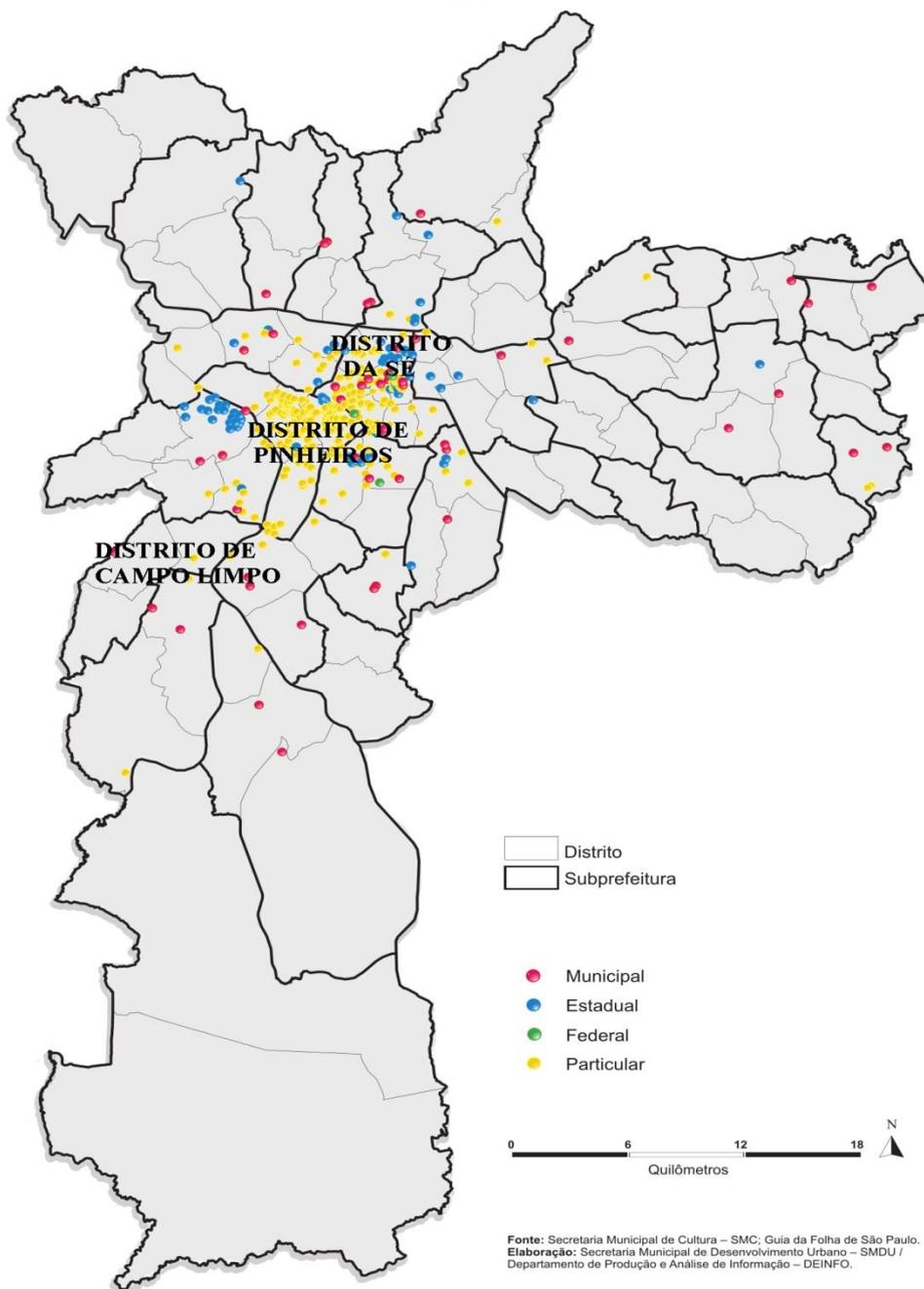
Em outubro de 2015, [Mapas Culturais foi adotado](#) pelo [Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais \(SNIIC\)](#), o que permite a integração dos sistemas. O Ministério da Cultura, por meio da Coordenação Geral de Monitoramento de Informações Culturais, oferece suporte a estados e

mapeia equipamentos culturais na cidade no ano de 2013 dentro da perspectiva metodológica que adotamos para exibir dados nesta pesquisa, a partir da comparação entre distritos centrais e o distrito periférico de Campo Limpo.

municípios que desejam implementar Mapas Culturais. Este apoio se dá por meio da oferta de infraestrutura tecnológica e material de apoio e de formação a distância. (...) Mapas Culturais foi criado em parceria com a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, o primeiro a adotar a plataforma ([SP Cultura](https://institutotim.org.br/project/mapas-culturais/)). (FONTE: <https://institutotim.org.br/project/mapas-culturais/>)

Mapa 8³⁴: Centros Culturais, Casa de Cultura, Espaços Culturais, Galeria de Arte e Museus no Município de São Paulo em 2013

Centros Culturais, Casa de Cultura, Espaços Culturais, Galeria de Arte e Museus
Município de São Paulo
2013



³⁴ **Fonte:** Secretaria Municipal da Cultura – SMC. Guia da folha de São Paulo

Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU/ Departamento de Produção e Análise de Informação – DEINFO. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/6_centros_culturais_casas_de_cultura_espac_2013_1087.pdf> Acesso em: 19/08/2017

Os jovens periféricos viram na cultura um campo autônomo, desde o Rap “*usando e abusando da nossa liberdade de expressão.*” (Racionais MC’s), pois “*a cultura não é propriedade da academia, do governo, da burguesia – pertence àquele que é capaz de produzi-la.*” (Faustino Apud Silva. 2012, p.77) e vira uma potencialidade para além de seus afazeres culturais, a cultura é um fazer ideológico.

A luta dentro da organização cultural teve a continuidade nas reivindicações ao Estado, assim como foi em 1970 pelas mulheres da região. A primeira lei municipal conquistada de caráter mais democrático foi a lei 13.540 de março de 2003 que instituiu o “Programa de valorização de iniciativas culturais” para jovens entre 15 a 29 anos, o programa VAI³⁵. A lei em questão fomenta com recurso financeiro projetos de diversas linguagens culturais, contemplando muitos projetos nas periferias.

Nesta década, no ano de 2007 o Movimento Hip Hop Organizado (MH²O) tem seu pleito conquistado pela Lei municipal 14.485/2007 que institui a semana do Hip Hop no calendário oficial da cidade, articulação do movimento que teria a primeira legislação em 2004 com a Lei 13.924/2004 com seus recursos congelados.

O MH²O, entrou em 2010 com representação contra o município junto ao Ministério Público pedindo providência urgente na execução da Lei Municipal 14.485/2007 “SEMANA DO HIP HOP”. A lei se consolida, mas não o orçamento.

Fórum Hip Hop Municipal envia ao Ministério Público representação contra Prefeitura de São Paulo. O Fórum de Hip Hop Municipal SP, com apoio da ONG Ação Educativa, entrou na última quarta-feira (06/07) com representação junto ao Ministério Público para pedir providência urgente na execução da Municipal Lei 14.485/2007 “SEMANA DO HIP HOP”.

Consta na lei que a Semana do Hip Hop deve acontecer na segunda quinzena do mês de março, levando em consideração a semana do dia 21, quando se comemora o dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial. Entre os pedidos protocolados na representação constam: A abertura de Inquérito Civil Público para que sejam averiguados os motivos da não-realização da Semana do Hip Hop; Pedido de regulamentação para realização anual da Semana do Hip Hop; Propositura de Ação Civil Pública, caso os procedimentos extrajudiciais não tenham efeito. Além dos pedidos acima, em caráter de urgência, considerando que a Lei Orgânica do Município prevê o envio da Lei Orçamentária Anual 2011 à Câmara Municipal de São Paulo até o dia 30 setembro de 2010, e que neste período as Secretarias de governo estão definindo suas propostas orçamentárias, o Fórum de Hip Hop Municipal SP solicita que seja recomendada a Secretaria Municipal de Cultura a previsão de rubrica específica própria para o cumprimento da lei municipal. (SANTOS. 2010)

A luta nas periferias por direitos culturais entraria em um novo estágio: o de disputar orçamento para o território.

³⁵ <http://programavai.blogspot.com.br/p/sobre-o-vai.html>

Em Raimundo (2017) encontramos o registro das etapas de organização para a conquista da lei de fomento a cultura pelo “Movimento Cultural das Periferias”, aqui já supracitada neste trabalho algumas vezes, esta lei (16.496/2016) de iniciativa popular é nas palavras de Raimundo (2017) um período de formação *simbólica, prática e horizontal*.

Simbólica, porque durante o trabalho contínuo de pesquisa e redação da lei, houve uma intensa discussão sobre a noção de periferia. Nesse momento, as trocas de experiência de vida e as dificuldades que cada um encontrava para desenvolver suas atividades culturais contribuíram para a criação de uma identidade de pertencimento a certa fração da sociedade. A periferia então se fortaleceu como marca dessa identidade, construída desde início do movimento do hip hop. Prático, porque foi necessário exercitar e aprender uma série de habilidades ligadas à pesquisa, escrita, articulação, mediação de conflito, comunicação entre outras. Horizontal, por que entre tantas experiências nas quais nos relacionamos de forma vertical, como nas escolas e empregos pelos quais passamos, o trabalho em um coletivo e em um Fórum (Fórum Cultural da Zona Leste) requer além da expressão da oratória, do falar bem, a paciência do silenciar, do ouvir bem. Não houve uma única atividade, fosse reunião, assembleia, ato, no qual as pessoas foram cerceadas da fala. Muito pelo contrário, no início de cada encontro acompanhado durante os trabalhos de campo, sempre houve uma apresentação do histórico da elaboração da lei e a abertura da roda para apresentações, informes e perguntas. De certa forma, os encontros potencializam e fortalecem o conhecimento popular. (RAIMUNDO. 2017, p. 239)

Esse período de formação política por parte destes sujeitos seria posta à prova no ano de 2017, uma vez que mudaria a gestão municipal da cidade. No final do ano de 2016, em novembro, os sujeitos periféricos lotaram o plenário da câmara municipal de São Paulo a fim de fiscalizar o relatório de orçamento para 2017 na Comissão de finanças.

A secretaria de Cultura, que tem uma previsão de receber pouco mais de R\$ 487 milhões em 2017, ganhou um incremento de R\$ 17 milhões. A maioria das pessoas que participou dos debates pediu mais recursos para as periferias. “A cultura teve reivindicação máxima e dentro das prerrogativas conseguimos aumentar a receita”, disse o relator.(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 2016)

A transição de governo se efetiva, assume o prefeito João Dória Jr. do Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB) e em janeiro, mesmo com a previsão de aumento do orçamento na pasta da cultura, sai o anúncio de congelamento do orçamento na secretaria. Projetos culturais como: o VAI I, VAI II³⁶ e o Veia e Ventania, que contemplam o território periférico, são atingidos, sendo inviabilizados por falta de recurso.

³⁶ Depois de 10 anos da Lei que institui o programa VAI, cria-se a modalidade II do programa pela Lei 15.897/2013, que não possui recorte geracional e tem por critério o tempo de atuação de um projeto nas regiões periféricas.

Acompanhamos as movimentações da “Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo” junto a outros coletivos de cultura de todas as regiões da cidade que se articulavam contra o discurso de “rombo no orçamento da prefeitura” por parte do executivo municipal.

A fim de breve e simples contextualização, a União estava sob o governo de um projeto chamado “Ponte para o futuro” e suas políticas de cortes e congelamentos em programas sociais estava em plena marcha para a “descentralização”. Estados e Municípios após o ano de 2016 adotariam a política segundo a tônica da crise.

Nos anexos deste trabalho há as imagens sobre as movimentações contra o congelamento da cultura que foram extraídas de uma página da web “Rede Popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo” em uma rede social, no mês de fevereiro de 2017.

Em março de 2017 o Partido dos Trabalhadores (PT), partido de oposição na câmara, apresentou aos coletivos de cultura a planilha da execução orçamentária de 2017, apontando os congelamentos de cada programa de política pública para cultura no município. Este estudo foi publicado na página da “*Rede popular de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo*”. As planilhas estão em anexo a este trabalho.

Uma cidade que tinha previsto em seu orçamento para o ano de 2017 uma arrecadação de 54 bilhões de reais, com o incremento na pasta de cultura, segundo o relatório final da comissão de orçamento e finanças, de 17 milhões (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 2016) sofre um congelamento de 46,99% de seus recursos³⁷.

Por todo o ano de 2017 houve reuniões, manifestações e atos contra o congelamento da cultura, conforme fomos acompanhando as redes sociais dos coletivos e em especial da “Rede de Cultura de M’Boi Mirim e Campo Limpo”.

Frente aos cortes e congelamentos sociais, os sujeitos periféricos que atuam na cultura se articulariam em outras frentes com outros sujeitos de outras esferas sociais, estas manifestações foram acompanhadas por nós a distância, pela internet, ou quando possível presencialmente em suas reuniões.

Objeto de nosso próximo tópico.

³⁷ Vide planilhas em anexo

2.4 Debates e projetos para o país: A “Uni-diversidades de Saberes” e o Manifesto “Periferias por um outro Brasil”

A lei no que pudemos mostrar, não garantiria o essencial (orçamento) para que o fazer cultural nas periferias se realizasse efetivamente. Processo de judicialização contra o município, para conquistar rubrica específica para se valer a lei, como foi o caso do Movimento Hip Hop da cidade e posteriormente manifestações contra congelamentos de pastas, como foi o caso de programas específicos na cultura que impactam diretamente o fazer cultura nas periferias, tiveram que ocorrer. Porém a conquista de chegar aos cofres do município foi vista como uma possibilidade de distribuir orçamento público de forma equânime, dada pelas lutas na cultura.

A conquista de orçamento para a cultura teve desdobramentos, dentre as articulações que observamos no ano de 2017, duas em específico foram analisadas mais de perto pelo conteúdo de suas propostas. Em comum elas propõem debates pelas regiões periféricas, movimento que se iniciou, a nosso ver, pelos saraus periféricos.

A “*Uni-diversidades de Saberes*”, com o seus escambos de ideias em quatro regiões periféricas realizadas mensalmente.

A Uni-Diversidade de Saberes nasce como um espaço de trocas sobre assuntos que vivenciamos diariamente em casa, nas ruas, ou no trabalho, onde quer que seja. (...) A cada mês, um tema é escolhido como destaque para as discussões. As rodas são fruto da conquista da Lei de Fomento às Periferias, da Prefeitura de São Paulo. (PERIFERIA EM MOVIMENTO. 2017)

Na consulta a página do projeto³⁸ vemos a proposta da dinâmica que mantém seu caráter: *simbólico, prático e horizontal*. (RAIMUNDO. 2017)

Cada encontro da Uni-diversidade é organizado em roda, de forma que saberes acadêmicos terão o mesmo peso que griots, militantes de movimentos sociais, pesquisadores independentes e artistas. A ideia é que cada encontro seja um escambo, troca entre saberes de diferentes vertentes sobre um mesmo tema ou assunto. Todas as rodas de escambo acontecem nas periferias da cidade, sendo elas: Noroeste (Quilombaque), Norte (Casa do Meio do Mundo) Leste (Fórum de Cultura da Zona Leste) e Sul (Brechtoteca). (UNI-DIVERSIDADES DE SABERES. 2017)

Foram divididos em quatro grandes eixos de debates: A cultura da mentira; Política, Cultura e Território; Lutas Populares e Direitos Humanos; Economia; Mídias Comunitárias. Os recursos para que esta mobilização se concretizasse foi via Lei de fomento à cultura, como se encontra na página do projeto. Os encontros se iniciaram no mês de abril de 2017.

³⁸ https://www.facebook.com/pg/unidiversidadedesaberes/about/?ref=page_internal

Imagem 1: Prospecto Uni-diversidade de Saberes de Maio de 2017



Fonte: Unidiversidades de Saberes

Também no ano de 2017, surge o manifesto “*Periferias por um outro Brasil*”. Escrito coletivamente, o manifesto encontra-se na página de uma rede social³⁹, ainda disponível para que seus apoiadores solicitem a contribuição em sua escrita em um formulário *online*.

“Periferias por um outro Brasil” é um conjunto de movimentos, coletivos, grupos e pessoas que se uniram com o objetivo de colaborar com as múltiplas articulações presentes nas periferias brasileiras. Nosso foco é a construção de um projeto político participativo e popular baseado em uma agenda ampla, capaz de garantir a preservação de nossas vidas, reconquistar nossos direitos sequestrados e que permita que nosso povo possa sonhar com um futuro melhor. (PERIFERIAS POR UM OUTRO BRASIL. 2017)

A partir do Manifesto, as várias mãos que escreveram os manifesto marcam mensalmente reuniões amplas e abertas (meses de agosto e setembro) e a partir de outubro já planeja as plenárias territoriais.

O manifesto, ainda em processo de construção coletiva em deliberações que permeiam o ponto de partida dos sujeitos periféricos e ao ponto de chegada que será registrado no manifesto, está em anexo a este trabalho.

³⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/PeriferiasPorUmOutroBrasil/posts/1917167211885284:0>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do fenômeno “cultura periférica” na cidade de São Paulo entre o período de 1990 até os dias atuais, foi apreendida por nós na abordagem à configuração sócio-espacial que dentro de uma política e projeto sócio econômico “escolhido” pelo Estado burguês do país, dispôs as classes entre centro e periferia.

Dos primórdios da industrialização (1930) ao “milagre econômico” (1960), as periferias seriam o destino geográfico de uma superpopulação que ocuparia um território e que dentro das irracionalidades e (i) lógica de acumulação capitalista seriam superexplorados, espoliados, oprimidos e coagidos pela dominação burguesa.

O território periférico, pelo modo no qual se deu sua configuração, torna-se um legítimo local de opressão e resistência. A passagem pelo período ditatorial não inibiu a luta de mulheres por condições básicas. Conforme a marcha histórica segue, também segue o processo de trabalho alienante, com a superexploração da força de trabalho e a espoliação da vida do trabalhador.

Em 1990, o Estado junto a um processo de disseminação ideológica em aparelhos privados de hegemonia, espetacularizam a sociedade, mediatizando as relações sociais e a ideologia dominante viria a espetacularizar e mistificar a população periférica. Esta conjuntura de processos de mutações nas relações sociais nas periferias resultaria na queima do excedente de força de trabalho no território para além da repressão policial em seus esquadrões da morte e mais tarde, as milícias. A repressão policial não foi a única a atuar nas baixas territoriais, a sociabilidade que se desenvolvia resultaria na execução de seus pares dentro da periferia.

Os altos índices de homicídios ganham repercussões e estigmatizam o território. O estranhamento do processo alienante do trabalho, a espetacularização das relações humanas e a mistificação destas se colocam como um forte aparato nas periferias. Estas condições, em nossas considerações serão determinantes para que a continuidade da luta prossiga, porém agora a resposta prática dada seria na cultura, pela via ideológica.

A assimetria ideológica que há entre os campos antagônicos sociais, faz com que os sujeitos periféricos utilizem na cultura o mais essencial dos suportes: a palavra. Assim o rap e a literatura advinda da periferia emergem no campo da disputa ideológica.

A luta que funda o território é parte da cultura periférica e a cultura de periferia é fundamentada na luta periférica, são assim indissociáveis. Os finais anos de 1990 aos

anos de 2000 são permeados de luta pelos sujeitos periféricos que produzem cultura nas periferias em reivindicações ao Estado pleiteando direitos via legislações específicas para a cultura de periferia.

Com a ação arbitrária do governo municipal, congelando os recursos para as legislações conquistadas, os sujeitos periféricos articulam-se somando forças em outras frentes de lutas, junto a movimentos populares e aos educadores e pesquisadores da região, desta articulação saem ações como a “*Uni-diversidade de Saberes*” proposta de levar aos quatro cantos das periferias temáticas para travar debates unindo movimentos populares, *griots*, pesquisadores independentes, acadêmicos, assim como a população periférica.

E a produção coletiva (ainda em processo) de um Manifesto que propõe o debate para que as periferias planejem outro projeto de país, o Manifesto “*Periferias por um outro Brasil*”.

O sucinto e breve panorama traçado, assim como a nossa análise sobre os fenômenos, tiveram como pressuposto apresentar de que forma a ideologia perpassa pelos campos antagônicos sociais e como pela classe trabalhadora ela foi apropriada pelo suporte que cabia dentro das possibilidades e condições da organização cultural nas periferias: a palavra.

Das letras artísticas às letras da lei, a luta na periferia se fez verbo. O que nos levou a nomear nosso trabalho como “*Cultura: um fazer ideológico*”.

REFERÊNCIAS

A PERIFERIA é o Centro: 10 anos do Programa VAI. Direção: Peu Pereira e João Claudio de Sena. São Paulo: A Ponte Audiovisual, 2014. Youtube (31 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lezP-VjqWi0>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BAKHTIN, M.M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução. Michael Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BIN, M. A. **As redes de escritura nas periferias de São Paulo: a palavra como manifestação da cidadania**. 2009. 199f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

BOSI, A. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Relatório do Orçamento de 2017 é aprovado na Comissão de Finanças. **Blog Câmara Municipal de São Paulo**, 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/blog/relatorio-do-orcamento-de-2017-e-aprovado-na-comissao-de-financas/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 1975. 335 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280428>>. Acesso em: 1 set. 2017.

CHAGAS, G. A saga do Clube de Mães da Zona Sul. **Jornal UNESP**, Julho 2010, Ano XXII, nº 257. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/257/ciencias-humanas.php>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CHKLOVSK, V. A arte como processo. In: TODOROV, T. **Teoria da Literatura I: Textos dos Formalistas Russos**. Lisboa: Edições 70, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Brasília, 2006. 66f. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais.

COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil: Um ensaio sobre ideias e formas**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CROWE, J.; PONTUAL, P.; FERRARI, F. **Território, movimentos sociais e educação popular: novos círculos de cultura**. In: III FEIRA LITERÁRIA DA ZONA

SUL, 2017, São Paulo. Disponível em: <<https://youtu.be/NfmLxPpqWQo>>. Acesso em: 12 out. 2017.

D'ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e Política na cidade de São Paulo**. 2013. 309f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DASSOLER, E. R. Do triângulo da Morte ao círculo das artes: um olhar sobre a movimentação cultural da periferia de São Paulo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CULTURAS JOVENS – Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros, 2012, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2012. p. 1-17. Disponível em: <http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda_eventos/inscricoes/PDF_SWF/11551.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Brasil: Ed. eBook Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

DINIZ, C. A. N. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo: mobilização social e participação política das mulheres da periferia de São Paulo em tempos de ditadura e as possibilidades de análise na perspectiva dos estudos de gênero. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Maringá. **Anais**. Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1187.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

DUARTE, D. E. S. **Sarau do Binho Vive! Identidades alteradas e o sarau como processo de identificação periférica**. 2016. 235f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

EAGLETON, T. **Ideologia: Uma Introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ESTÉTICAS DAS PERIFERIAS. Redes e Movimentos Culturais Policêntricos. 2012. Youtube (126 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TIRT-K2YZYA&t=3637s>>. Acesso em: 13 out. 2017.

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de uma interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, M. I. C. **Homicídios na periferia de Santo Amaro: Um estudo sobre a sociabilidade e os arranjos de vida num cenário de exclusão**. 1998. 297f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FIORI, J. L. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. **Novos Estudos**, n. 40, p. 125-144, nov. 1994. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/21854371/181802338/name/Fiori_o_no_cego_do_des_brasileiro%5B2%5D.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

FÓRUM HIP HOP. Campanha Municipal Pela Semana do Hip Hop – Lei Municipal 14.485/2007. **Blog Fórum Hip Hop Municipal de São Paulo**, 28 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.forumhiphopmsp.com.br/2010/07/campanha-municipal-pela-semana-do-hip.html>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GONÇALVES, A. S.; GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social na comunidade: por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede. In: GUARÁ, I. M. F. R. **Redes de proteção social: Abrigos em movimento**. 2010. Disponível em: <<http://www.neca.org.br/fumcad2009/2-enc-reg-01.09.09-texto-redes-isa.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

GUEDES, N. G. T. **Nos rastros de Rota 66 e Abusado: o livro-reportagem e a tradição das narrativas realistas/naturalistas brasileiras**. 2007. 199f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GUIMARÃES, M. E. A. **Do Samba ao Rap: música negra no Brasil**. 1998. 277f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, questão social e serviço social no Brasil. **Revista em pauta**, n. 21, p. 117-139. Disponível em: <<http://www.epublicações.uerj.br/ojs/index.php/revistaempauta/article/viewFile/93/85>>. Acesso em: 11 set. 2017.

INOJOSA, R. M. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, p. 115-41, set. 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7628>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

KONDER, L. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOWARICK, L. **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 44).

LESSA, C. **A opção pelos pobres e a crítica a Delfim Neto**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lessa140207.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. Trad. Marcelo Carcanholo e Carlos Eduardo Martins. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

MARX, K. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo. Boitempo, 2010.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_brumario.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. A Lei Geral da Acumulação capitalista. In: _____. **O Capital: Crítica da economia política – Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 835-958.

MÉSZAROS, I. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. A resposta do capital à crise no novo cenário mundial. In: _____. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5).

NAKANO, K.; MALTA CAMPOS, C.; ROLNIK, R. Dinâmica dos subespaços na área central de São Paulo. In: COMIN, A. A.; SOMEKH, N. (Orgs.). **Caminhos para o centro**, São Paulo, PMSP/Cebrap/CEM, 2004, p. 123-158. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/diversidade/numero2/caminhos/11Nakano_Malta_Rolnik.pdf>. Acesso em: 9 set. 2017.

NASCIMENTO, E. P. **Vozes marginais na literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: Conhecimento e Crítica**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/10965704/cotidiano-conhecimento-e-critica---carvalho-m-do-carmo>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981.

PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-141, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011216170.CD9_artigo_5.pdf>. Acesso em: 1 set. 2017.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. Uni-Diversidade de Saberes promove discussões sobre Cultura da Mentira em abril. **Blog Periferia em Movimento**, 3 abr. 2017. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/uni-diversidade-de-saberes-promove-discussoes-sobre-cultura-da-mentira-em-abril/>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

PRIVATIZAÇÕES: a distopia do Capital. Direção: Silvio Tendler. [S.I.]: Caliban Cinema e Conteúdo, 2014. Youtube (56 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU&t=2468s>. Acesso em: 15 out. 2017.

RAIMUNDO, L. **Finanças Solidárias e a luta contra hegemônica**: um estudo de caso do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014.

RAIMUNDO, S. L. **Território, Cultura e Política**: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e cidade desejada. 2017. 247 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REIS, L. V. S. A capoeira: de “Doença Moral” à “Gymnástica Nacional”. **Revista História**, São Paulo, n. 129-131, p. 221-235, ago.-dez. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18730/20793>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, A. L. Fórum Hip Hop Municipal envia ao Ministério Público representação contra Prefeitura de São Paulo. **Blog Núcleo Força Ativa**, 12 jul. 2010. Disponível em: <<http://forcaativa.blogspot.com.br/2010/07/forum-hip-hop-municipal.html>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. As diferenciações no território. In: _____. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, J. C. G. **Rap na cidade de São Paulo**: música, etnicidade e experiência urbana. 1998. 286f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SILVA, R. S. **A periferia pede passagem**: trajetória social e intelectual de Mano Brown. 2012. 293f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1541614>>. Acesso em: 16 set. 2017.

TOURINHO, A. O. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In: GYTAHY, M. L. C.; LIRA, J. T. C. (Orgs.). **Cidades, Impasses e perspectivas**. Arquiteses, v. 2. São Paulo: FAUUSP/FUPAM/Annablume, 2007. p. 11-28.

VAL, A. P. et al. **Políticas públicas de cultura**. São Paulo: s.n., 2016. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2016/06/20161006_LIVRO_DIGITAL_POLITICAS_PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

WITHAKER, F. Redes: Uma estrutura Alternativa de Organização. **Revista Mutações Sociais**, CEDAC, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 1993. Disponível em: <http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm>. Acesso em: 16 out. 2017.

ZENI, B. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 225-241, abr. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100020>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

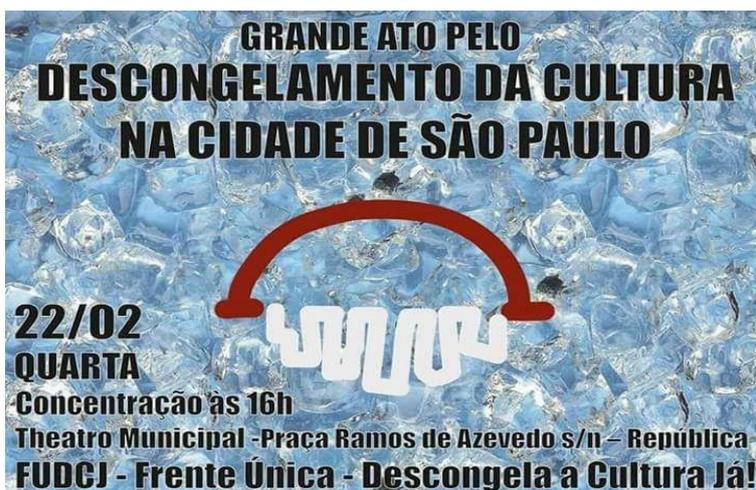
ZIZEK, S. Introdução. In: _____. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXOS

Reunião de articulação dos coletivos culturais da cidade contra o congelamento da cultura em 2017



Grande Ato pelo Descongelamento da Cultura na Cidade de São Paulo



Bandeira no Ato pelo descongelamento da Cultura



Fonte: Rede Popular de Cultura de M'Boi Mirim e Campo Limpo

Congelamento das Secretarias do Município da Cidade de São Paulo no ano de 2017

Congelamentos Secretarias

ÓRGÃOS MUNICIPAIS	ORÇADO	CONGELADO	%
Secretaria Municipal de Habitação	746.585.435,00	622.040.664,75	83,32%
Secretaria Municipal de Serviços e Obras	1.132.027.357,00	808.278.561,25	71,40%
Prefeituras Regionais	1.873.015.299,00	670.432.962,09	35,79%
Fundos Municipais	11.675.320.637,00	3.436.745.552,60	29,44%
Secretarias Meio Indireta + CMSP + TCM	10.645.875.228,00	1.387.360.515,07	13,03%
	13.208.527.984,00	581.054.317,72	4,40%
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	110.034.279,00	54.289.386,00	49,34%
Secretaria Municipal de Cultura	518.728.834,00	243.774.295,45	46,99%
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	19.800.531,00	8.931.449,50	45,11%
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	276.888.185,00	95.040.367,40	34,32%
Secretaria Municipal de Educação	10.985.422.304,00	1.540.974.226,16	14,03%
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	149.571.066,00	15.386.040,75	10,29%
Secretaria Municipal de Segurança Urbana	545.881.586,00	37.719.293,50	6,91%
Secretaria Municipal de Transportes	2.655.239.705,00	47.744.740,25	1,80%
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	151.644.713,00	69.019.941,25	45,51%
Total Geral	54.694.563.143,00	9.618.792.313,74	17,59%

Fonte: Rede Popular de Cultura M'Boi Mirim e Campo Limpo

Elaboração: Liderança da Bancada do PT

Execução Orçamentária por Projeto/Atividade Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo, 2017 (I)

Execução Orçamentária por Projeto/Atividade							
Secretaria Municipal de Cultura							
Município de São Paulo, 2017							
Projeto/Atividade	Orçado			Empenhado Líquido		Liquidado	
	Nominal	Congelado Nominal	%	Nominal	%	Nominal	%
Ações de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Arqueológico	1.401.000,00	1.101.000,00	78,6%	27.459,00	2,0%	-	0,0%
Administração da Unidade	121.781.495,00	7.437.571,09	6,1%	24.265.812,88	19,9%	15.220.025,07	12,5%
Apoio a Ações e Projetos Culturais na Periferia	700.000,00	700.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Apoio à Arte Urbana	250.000,00	250.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Apoio a Coletivos Culturais de Ocupação de Espaços Públicos	300.000,00	300.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Apoio a Eventos Culturais na Cidade de São Paulo	450.000,00	450.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Apoio à Formação Artística em Circo	150.000,00	150.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Apoio a Mostras e Festivais de Cinema	700.000,00	700.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Apoio dos Projetos Desenvolvidos pela Entidade Samba da Vela	50.000,00	50.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Apoio, Assistência e Fomento a Projetos Culturais, em especial as Ações do Grupo Cenário	450.000,00	450.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Aproantes - Desenvolvimento de Atividades Culturais e Desportivas Cnpj N° 07.910.208/0001-97	600.000,00	600.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Atividades Culturais Diversas	655.000,00	655.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Aumento de Capital da SP Cine	15.000.000,00	15.000.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Biblioteca Mario de Andrade	13.150.847,00	3.362.711,75	25,6%	9.110.164,79	69,3%	1.041.459,26	7,9%
Bolsa Cultura	1.621.000,00	406.000,00	25,0%	950.565,60	58,6%	171.047,96	10,6%
Centro de Memória do Circo	600.000,00	600.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Centro de Referência da Dança	31.000,00	31.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Construção de quatro casas do HIP HOP	1.000,00	1.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Construção, Requalificação ou Reforma de Equipamentos Culturais	16.496.395,00	16.437.862,60	99,6%	-	0,0%	-	0,0%
Contratação Artística, Locação de Palco, Equipamentos de Som e Iluminação para a Festa de Aniversário do Bairro Vargem Grande, Subprefeitura de Parelheiros	100.000,00	100.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Contratação Artística, Locação de Palco, Equipamentos de Som e Iluminação para o Evento Colônia Fest, Subprefeitura de Parelheiros	100.000,00	100.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
continua 1/4							

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, consulta no dia 22/03/2017 às 12h46.

● Elaboração: Liderança da Bancada do PT ● 4

Fonte: Rede Popular de Cultura M'Boi Mirim e Campo Limpo

Elaboração: Liderança da Bancada do PT

Execução Orçamentária por Projeto/Atividade Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo, 2017 (II)

Projeto/Atividade	Orçado		Congelado Líquido		Empenhado Líquido		Liquidado	
	Nominal		Nominal	%	Nominal	%	Nominal	%
Criação da Casa da Capoeira	300.000,00		300.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Editais Redes e Ruas	1.029.000,00		1.029.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Escola Municipal de Iniciação artística (EMIA)	3.000.000,00		918.952,80	30,6%	2.078.716,80	69,3%	107.198,40	3,6%
Eventos Culturais	100.000,00		100.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Execução de Evento para o Instituto Nação Treme Terra, CNPJ: 11.106.968/0001-13	50.000,00		50.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Execução do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais	12.865.200,00		4.566.300,00	35,5%	56.400,00	0,4%	-	0,0%
Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo	15.000.000,00		9.375.000,00	62,5%	5.244.470,00	35,0%	-	0,0%
Fomento à Música	1.500.000,00		1.500.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Fomento ao Circo/Editais Xamego	4.000.000,00		3.500.000,00	87,5%	145.500,00	3,6%	5.000,00	0,1%
Fomento às linguagens artísticas	8.550.722,00		8.550.722,00	100,0%	600.000,00	7,0%	-	0,0%
Implantação de Galeria de Arte a Ceu Aberto na Área Externa ao CEU Parque Anhanguera	30.000,00		30.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Implantação de Pontos e Pontões de Cultura - Cultura Viva	15.074.000,00		15.074.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Implantação do Conservatório Musical da X-9 Paulistana	50.000,00		50.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Implantação do Fundo Municipal de Cultura	1.000,00		1.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Implantação, Reforma e Requalificação de Casas de Cultura	1.500.000,00		1.500.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Incentivo aos Projetos Desenvolvidos pela Associação Cristã de Moços - ACM de São Paulo	200.000,00		200.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Instalação de Ar Condicionado para a Casa de Cultura Salvador Ligabue no Largo da Matriz na Freguesia do Ó	100.000,00		100.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Lei de Fomento à Dança	13.960.000,00		8.960.000,00	64,2%	2.701.749,44	19,4%	435.963,86	3,1%
Lei de Fomento ao Teatro	18.170.000,00		10.170.000,00	56,0%	1.615.206,38	8,9%	722.974,17	4,0%
Lei dos Mestres da Cultura Popular	1.000,00		1.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Manutenção de Sistemas de Informação e Comunicação	8.195.761,00		2.048.940,25	25,0%	6.137.496,72	74,9%	619.109,98	7,6%
Oficinas Culturais de Valorização da Comunidade	30.000,00		30.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Oficinas e Programações nas Casas de Cultura	6.900.000,00		6.000.000,00	87,0%	5.000,00	0,1%	-	0,0%
Operação e Manutenção de Equipamentos Culturais	84.070.439,00		22.268.524,61	26,5%	52.223.010,24	62,1%	5.542.218,41	6,6%
Orquestra Sinfônica Carlos Gomes - Projeto Musicalidade	50.000,00		50.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Políticas de Audiovisual	17.500.000,00		4.375.000,00	25,0%	-	0,0%	-	0,0%
Políticas de promoção cultural	2.970.960,00		1.758.728,00	59,2%	45.115,59	1,5%	43.615,59	1,5%
Prêmio Zé Renato	12.000.000,00		12.000.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%

continua 2/4

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, consulta no dia 22/03/2017 às 12h46.

● Elaboração: Liderança da Bancada do PT ● 5

Fonte: Rede Popular de Cultura M'Boi Mirim e Campo Limpo

Elaboração: Liderança da Bancada do PT

Execução Orçamentária por Projeto/Atividade Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo, 2017 (III)

Projeto/Atividade	Orçado		Congelado Líquido		Empenhado Líquido		Liquidado	
	Nominal		Nominal	%	Nominal	%	Nominal	%
Programa Aldeias	700.000,00		700.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa de Atividades Culturais da Biblioteca Mario de Andrade	1.000.000,00		1.000.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa de Gestão Cultural Comunitária de Espaços	2.001.000,00		2.001.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa Jovem Monitor Cultural	10.230.000,00		5.230.000,00	51,1%	206.755,86	2,0%	-	0,0%
Programa Municipal do Livro e da Leitura	150.000,00		150.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa Ônibus-Biblioteca	5.500.000,00		5.500.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa PIÁ	1.715.000,00		943.250,00	55,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa Veia e Ventania	1.000.000,00		1.000.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programa Vocacional	2.119.000,00		1.165.450,00	55,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programação - Bibliotecas Públicas	2.000.000,00		1.000.000,00	50,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programação de atividades culturais	36.429.101,00		13.844.335,10	38,0%	1.303.509,03	3,6%	695.516,40	1,9%
Programação de atividades e eventos da cultura Reggae	1.000,00		1.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Programação do Clube do Choro de São Paulo	500.000,00		500.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Projeto São Paulo Musical/2017 da União Paulista de Artistas Seniores - Rua Bage, 230 - 172B	100.000,00		100.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Projeto Superando Limites - Associação de Ballet de Cegos Fernanda Bianchini	30.000,00		30.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Projetos da Orquestra Sinfônica de Santo Amaro	50.000,00		50.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Projetos de Preservação e Recuperação do Patrimônio, Histórico, Artístico, Cultural e Arqueológico	22.402.275,00		22.402.275,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Promoção de Atividades Culturais - Áudio e Vídeo para Jovens, Região de Tremembé/Jaçanã	80.000,00		80.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Promoção de Campanhas e Eventos de Interesse do Município.	15.626.350,00		14.626.350,00	93,6%	999.999,99	6,4%	-	0,0%
Promover Oficinas, Workshops, Feiras e Diversos Eventos de Capacitação e Entretenimento Cultural com Participação Cidadã e Engajamento Social	150.000,00		150.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Rádios Comunitárias - Lei nº 16.572/2016	3.400.000,00		3.400.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Realização da 41ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo	100.000,00		100.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Realização da 6ª Edição da Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental	100.000,00		100.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
Realização da 6ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental	30.000,00		30.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%

continua 3/4

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, consulta no dia 22/03/2017 às 12h46.

Elaboração: Liderança da Bancada do PT

6

Fonte: Rede Popular de Cultura M'Boi Mirim e Campo Limpo

Elaboração: Liderança da Bancada do PT

MANIFESTO: "Periferias por um outro Brasil"

Nós, o povo, estamos aqui.

Estamos aqui, em primeiro lugar, para dizer chega! Não aceitamos que nossas filhas e filhos sejam assassinados por serem pobres, pretos, indígenas, mulheres e LGBTs.

Sabemos que atravessamos uma grave crise. Mas sabemos também que não é por acaso que essa crise (política, econômica, social) existe. Ela foi criada por pessoas, é alimentada por pessoas e tem o objetivo de favorecer os mais ricos e prejudicar os mais pobres.

Em um boicote aberto contra o país, setores do empresariado e do capital financeiro estimularam o crescimento de desemprego e inflação, criando o cenário para que políticos e empresários corruptos, apoiados por uma mídia monopolista, tomassem o poder, sem votos, com um objetivo determinado: rifar o povo com medidas não apenas impopulares, mas comprovadamente ineficazes, como o corte das aposentadorias e a destruição de direitos trabalhistas, conquistados a duras penas pelas trabalhadoras e trabalhadores deste país. Esse ataque dos ricos contra os pobres não é uma exclusividade do Brasil. Já aconteceu na Europa, nos Estados Unidos, em vários países do mundo, com resultados desastrosos não só para os pobres, mas para toda a sociedade. As chamadas políticas de austeridade, que dizem reduzir os custos do Estado, na verdade, reduzem a presença do Estado para os pobres enquanto aumentam o auxílio do Estado para os muito ricos. Apenas 1% da população se beneficia delas.

Para os outros 99%? Desemprego, sub-emprego, sub-moradia, sub-saúde, sub-educação, sub-segurança, sub-sonho, cadeia, vala comum.

Afinal, é isso que significa uma Reforma Trabalhista como a que eles passaram. Entre outras medidas, ela aumenta a jornada de 44 para 55 horas semanais (com até 12 horas diárias de trabalho), reduz o intervalo do mínimo atual de 1 hora para 30 minutos, praticamente acaba com o vínculo empregatício e com as obrigações das empresas com relação a segurança, remuneração justa e garantias como transporte e saúde. Como se não bastasse, ela ainda permite que o patrão coloque mulheres grávidas e amamentando para trabalhar em ambientes insalubres. E sendo o Brasil o país que mais mata travestis e transsexuais no mundo, imaginem só qual será a situação dessas pessoas. Se hoje elas já não encontram trabalho, com essa reforma será impossível.

A Reforma da Previdência é literalmente uma sentença de morte: pretende fixar 25 anos de contribuição mínima e exige 49 anos de contribuição para aposentadoria integral. Ou seja, a maioria do povo vai morrer trabalhando. A proposta ainda equipara a idade mínima entre homens e mulheres, desconsiderando as duplas e até triplas jornadas das mulheres. Para as mulheres negras que, estatisticamente recebem os piores salários e ocupam os postos mais precarizados, a situação será ainda mais desesperadora. Ironicamente, para os políticos e empresários que querem passar esse absurdo, a lei não prevê mudança nenhuma. Na prática, essa Reforma transferiria, por ano, R\$ 400 bilhões da previdência pro bolso dos banqueiros. É rico assaltando pobre.

Esse assalto covarde é coisa antiga por aqui. Foi assim em todos os ciclos econômicos da nossa história – sobretudo com a escravização da população de origem africana, cujas consequências a gente vive até hoje. Ainda somos um país onde, das 16,2 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza, 70,8% são negras e negros. Os salários médios das pretas e pretos no Brasil são 2,4 vezes mais baixos que o das brancas e brancos; e 80% das pessoas consideradas analfabetas no Brasil também são pretas. É também negra a maioria da população carcerária - e nada disso é à toa.

Rafael Braga, condenado a 11 anos de prisão pelo porte de 0,6 gramas de maconha no mesmo país em que o senador Zezé Perrela pousou seu helicóptero carregado de 450 quilos de cocaína, é símbolo dessa marca racista. E é por isso que todos que se dizem antirracistas têm o dever de exigir LIBERDADE IMEDIATA E INCONDICIONAL PARA RAFAEL BRAGA.

Também é um dever exigir respeito, equidade e reparação às populações indígenas. Vítimas do maior genocídio da história da humanidade, eles vivem ainda hoje na mira de uma elite atrasada, que acha que progresso é lucrar com a devastação de nosso povo, nossa cultura e nossa biodiversidade. O aprofundamento dessas crises humanitárias é sintoma de que a elite no Brasil, insatisfeita com o pouco que conquistamos nos últimos anos, resolveu dar o bote e matar nosso direito de sonhar... mais uma vez.

Não passarão!

Sabemos que este é um momento decisivo na história, sabemos que a crise veio para ficar, sabemos que os ricos vão disputar cada migalha das ruínas do capitalismo, mesmo que isso custe nossos direitos básicos de viver com dignidade, crescer com saúde e segurança, aprender com qualidade, trabalhar com honestidade. E nós entramos na luta com nossa criatividade, nossa vontade de mudança, nossa união na diversidade, nosso caráter.

Nós, o povo, estamos aqui.

Estamos aqui para lutar por uma REFORMA POLÍTICA com participação popular, que acabe com os currais eleitorais, com o sequestro da política por interesses privados e dê plenos direitos de decisão para todo o povo!

Estamos aqui para lutar por eleições DIRETAS E GERAIS JÁ e para que se estabeleça um sistema político verdadeiramente legítimo e democrático!

Estamos aqui para lutar por um ESTADO que sirva ao povo! Um Estado laico e democrático, que garanta equidade e reparação racial; garanta a vida, o acesso à educação e o protagonismo social e político de mulheres, LGBTs, indígenas, pretos, migrantes e imigrantes.

Estamos aqui para lutar por um OUTRO MODELO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, que priorize o bem-estar das pessoas e da natureza, que reduza a taxa de juros, que dê acesso ao crédito para empreendedores da base da pirâmide, que fortaleça as práticas de geração de renda nas regiões populares, entendendo como direito humano a possibilidade de uma pessoa fazer seu sustento!

Estamos aqui para lutar por uma REFORMA TRIBUTÁRIA capaz de diminuir impostos dos mais pobres e aumentar pros bilionários que sangram as periferias e escondem o patrimônio nacional em paraísos fiscais!

Estamos aqui para lutar por uma REFORMA URBANA ampla, que possibilite o acesso a lazer, cultura, moradia, transporte, saneamento básico e segurança!

Estamos aqui para lutar por uma REFORMA AGRÁRIA que demarque as terras indígenas, quilombolas e ribeirinhas, garanta o direito humano das pessoas tirarem seu sustento da terra, priorize a agricultura familiar e a segurança alimentar e acabe com a exploração irresponsável, anti-ecológica e anti-humana do agronegócio!

Estamos aqui para lutar por uma MUDANÇA NA POLÍTICA DE DROGAS, que deixe de criminalizar o pobre e o preto, passe a encarar a dependência como questão de saúde e promova um amplo debate com a sociedade sobre um processo de descriminalização das drogas.

Estamos aqui para lutar por um NOVO MODELO DE MÍDIA, que reavalie as concessões, instaure um conselho popular de mídia, acabe com o monopólio de empresários e políticos bilionários e possibilite ao povo contar suas histórias e expressar suas opiniões.

Estamos aqui para lutar por uma REFORMA DO JUDICIÁRIO, que faça com que o único poder não-eleito da República deixe de ser uma máquina de prender pobre e preto e torne-se uma ferramenta de promoção de inclusão e justiça social!

Estamos aqui para lutar por uma SOCIEDADE ABERTA, DIVERSA E INCLUSIVA, que valorize o que as pessoas são e não o que elas têm!

Estamos aqui para lutar, enfim, pelo direito de VIVER e SONHAR com um futuro melhor!

Nós, o povo, estamos aqui. E daqui não vamos sair. (PERIFERIAS POR UM OUTRO BRASIL. 2017)

Periferias por um Outro Brasil (logo)

